

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS

**LEOLINDA DALTRO, A *CAMINHANTE DO FUTURO*: uma análise de sua  
trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920)**

São Leopoldo.

2014

**PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS**

**LEOLINDA DALTRO, A *CAMINHANTE DO FUTURO*: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920)**

Tese apresentada como requisito final à obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na Linha de Pesquisa Sociedades indígenas, cultura e memória, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck.

Aprovada em 1º de julho de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck – Orientadora

Prof. Dr. Mauro Dilmann Tavares – FURG

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nikelen Acosta Witter – UNIFRA

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – UNISINOS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – UNISINOS

São Leopoldo.

2014

C972l Cunha, Paulete dos Santos

Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920) / Paulete dos Santos Cunha; Eliane Cristina Deckmann Fleck, orientadora. – São Leopoldo, 2014.

163f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

1. História. 2. Causa indígena. 3. Emancipação feminina. I. Fleck, Eliane Cristina Deckmann, orient. II. Título.

CDD 980.41

Ao semeador de estrelas que me permite conviver com meus amores.

## **Agradecimentos**

Permito-me fazer, inicialmente, uma ponderação sobre a operação dos registros da memória individual, pois ela remete a um exercício feito acerca das lembranças e do esquecimento. Por certo, aqui, alguns se farão lembrados e outros esquecidos. Mesmo assim, vou tentar.

Primeiramente, devo reconhecer a importância da Bolsa do Fundo Pe. Milton Valente para que eu pudesse me dedicar integralmente às atividades curriculares e de pesquisa.

O encontro com a minha atual orientadora, a professora Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck, foi um indicativo decisivo de minhas expectativas em relação ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. A professora foi membro da Banca que participou do processo seletivo dos candidatos ao Doutorado para o primeiro semestre de 2010. A ela serei eternamente grata por conseguir alcançar a terceira margem do rio. Especialmente, no momento que retornei às atividades de ensino, pesquisa e extensão que cumpro no Colegiado do curso de História, campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins. Eliane permita-me assim chamá-la, foi também uma amiga, que se fez presente nos momentos de tensões e angústias, os quais são inerentes aos percursos acadêmicos de todos os pesquisadores. Seu profissionalismo no meio acadêmico nos oferece confiança e dignidade.

Cabe aqui mencionar dois momentos especiais no Programa. O meu primeiro contato com a Unisinos, que se deu através da professora Dr.<sup>a</sup> Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos. Seu contato me foi repassado pelo professor José Pedro Cabreira, meu colega no Colegiado do curso de História. Enviei a ela um email falando sucintamente sobre o meu objeto de pesquisa, tendo obtido uma resposta muito acolhedora. O professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, em momento oportuno, durante o período em que estive na

Coordenação do Programa, mostrou solidariedade sem cobranças. Quem não se lembra do “Poeminha do contra”?!

À Banca Examinadora composta pelo professor Dr. Mauro Dilmann Tavares, professora Dr.<sup>a</sup> Nikelen Acosta Witter, professora Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, e professor Dr. Cláudio Pereira Elmir, pela leitura atenta e minuciosa e pelas contribuições e sugestões ao texto da Tese.

Ao professor Dr. Cláudio Pereira Elmir e ao professor Dr. Eduardo Neumann, pelas relevantes contribuições ao texto por ocasião do exame de Qualificação.

Reconheço também a contribuição e agradeço aos demais professores do PPGH com que tive aulas durante os semestres do Doutorado, como à Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Bohn Martins, à Dr.<sup>a</sup> Marluza Harres e ao Dr. Martin Dreher.

A todos os colegas com os quais tive oportunidade de conviver entre 2010 e 2012, optando por não nominá-los para não ser traída pelo esquecimento. Faço, aqui, um agradecimento especial às secretárias do Programa Janaína Trescastro e Saionara Brazil. Sempre solícitas e procurando da melhor maneira possível atender às demandas dos pós-graduandos.

À família Daltro Bosisio, em especial ao Rafael Daltro Bosisio, trineto de Leolinda, pois foi um cicerone incansável em Inhaúma, bairro da cidade do Rio de Janeiro, onde ainda reside parte da família. Somente me foi possível localizar a família através da publicação de um artigo de Rafael em periódico eletrônico. Nessa ocasião, Rafael era doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Ao Sr. Othon de Castilho Daltro (in memoriam), neto de Leolinda de Figueiredo Daltro. Com este educado e amável senhor tive o imenso prazer de conversar no mês de junho de 2011. Em sua casa, também nos recebeu sua filha Margareth. Ao seu filho Othon Alves Daltro, que me repassou parte de seu acervo que denominou “história da minha bisavó”. Ainda, em Inhaúma, fui carinhosamente acolhida na casa onde hoje residem alguns dos filhos da família de Lêda Daltro Bosisio, Neyda, Nancy, Nely e Daniel.

Ao Sr. Fred Lane, bisneto de Horace Lane, que aceitou me conceder entrevista em sua residência, nas imediações do Mackenzie, no mês de julho de 2011. Por intermédio de Fred Lane, conheci o professor Dr. Marcel Mendes, então Vice-Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, com quem tive uma conversa informal sobre o tema da tese.

Meu reconhecimento e gratidão ao inestimável professor Dr. Antonio Teixeira Neto, pois elaborou os Mapas do itinerário de Leolinda, que traçam o percurso terrestre e fluvial de sua viagem do Rio de Janeiro até o norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins.

Ao professor Dr. Ivo Schroeder, da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, que, atendendo a meu pedido, enviou cópia da memória de etnógrafos – Revista do IHGB e do IHGSP – que tiveram contato com grupos Xerente nas primeiras décadas do século XX.

Ao professor Dr. Marlon Salomon, da Universidade Federal de Goiás – UFG, que, gentilmente, enviou-me um exemplar de seu livro *Arquivologia das correspondências*.

À Valéria Melo, doutoranda de Antropologia Social da Universidade Federal da Amazônia – UFAM, que se disponibilizou a registrar foto da Aldeia Porteira na área Xerente, no período em que estava cursando as disciplinas de doutorado na Unisinos.

À professora Dr.<sup>a</sup> Nina Manfroi por, gentilmente, enviar-me fonte valiosa sobre Leolinda, a protagonista desta tese.

À Fátima Cançado sempre muito atenciosa, a nos encaminhar importantes documentos do acervo da Fundação Educacional Frei Simão Dorvi – FECIGO, na Cidade de Goiás-GO.

Faço, ainda, meu sincero agradecimento aos diversos profissionais que me atenderam para que eu pudesse realizar pesquisas fundamentais para o desenvolvimento de minha tese, em acervos públicos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, pesquisei no Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro; na Fundação Biblioteca Nacional; e também através da Coordenação de Atendimento a Distância, no Arquivo Nacional; e no TRE-RJ. Na cidade de São Paulo, pesquisei no Museu Paulista.

Ao Colegiado do curso de História do Campus de Porto Nacional, que deliberou meu afastamento para qualificação docente, em especial, à professora Dr.<sup>a</sup> Ana Lucia Gomes Muniz.

Às revisoras Ana Maia e Elionara Rech, especialmente a esta última, pelo seu profissionalismo e incansável disposição em me atender em tempo recorde.

Ao Paulo Renato e à Rosângela da Silva. Devo a eles o incentivo para cumprir esta etapa acadêmica e, também, o carinho constante.

Ao Eduardo Devens agradeço sua inesgotável paciência e humanidade a qualquer tempo que se fez necessário.

A toda minha família, com eterna gratidão à minha mãe Sidrônia Cunha dos Santos, que me incentivou desde a mais tenra idade ao hábito da leitura. A meu pai Paulo Jardim dos Santos (in memoriam). À Janaína, minha filha amada, que sempre esteve ao meu lado e, por isso, tolerou todas as alterações de humor próprias deste “rito de passagem”. Através dela, recebi inesquecíveis alegrias e com ela tive momentos de prazer em nossas vidas.

A todos que acreditaram e, por essa razão, propiciaram o final de minha travessia.



*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam.  
E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem.*

*José Saramago, 2008.*

## RESUMO

A presente tese busca analisar as experiências da educadora baiana Leolinda Daltro (c.1859-1935) como catequista entre os povos indígenas do Brasil central – região entre os rios Araguaia e Tocantins – e sua trajetória como mediadora e feminista, após o regresso ao Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX. Em decorrência desta percepção, optamos por, efetivamente, conceder relevo às repercussões da experiência de missão de Leolinda e sua articulação com uma ampla rede de personagens (ilustres ou não) da sociedade regional e nacional. Por esta proposição, situaremos aqui a memória individual da protagonista entendida como uma das práticas culturais dos registros de uma “produção de si”. Leolinda, com certeza, sentiu, pensou e viveu experiências simultâneas e, por vezes, díspares – entre a sua atuação política em defesa da causa indígena e da emancipação da mulher –, que a colocaram como uma testemunha de tempos e espaços múltiplos nos anos que sucederam à instauração da República. Em relação a sua trajetória, esclarecemos que, após abordarmos sua atuação pela *causa indígena*, iremos nos deter também, mesmo que não de forma aprofundada, na fase inicial de sua atuação no Rio de Janeiro. Atuação que é tida como decisiva para alavancar o longo percurso do movimento pela emancipação feminina, especialmente, na luta pela igualdade política entre homens e mulheres e pelo pleno exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Leolinda Daltro. Trajetória. Mediadora. Causa indígena. Emancipação feminina.

## ABSTRACT

The present thesis aims to analyze the experiences from the educator Leolinda Daltro (c.1859-1935) as a catechist among the indigenous of central Brazil – a region between the Araguaia and Tocantins rivers – and her journey as a mediator and a feminist, after returning to Rio de Janeiro, in the late nineteenth century to the twentieth. As a result of this perception, we chose to effectively provide relief to the impact of the experience of mission Leolinda and its articulation with a wide network of characters (distinguished or not) of regional and national society. For this proposition, we will place here the memory of the individual protagonist understood as one of those cultural practices from records of a "self-production". Leolinda surely felt, thought and lived simultaneous experiences and sometimes disparate – among her political action in defense of indigenous cause and women emancipation – which put her as a witness for multiple spaces and times in the years followed the establishment of the Republic. Related to her journey, we clarify that after we discuss her actions for indigenous cause, we'll also discourse, even if not deeply, the initial stage of her action in Rio de Janeiro. Action that is seen as crucial to leverage the long course of the movement for women's emancipation, especially in the struggle for political equality between men and women and the full exercise of citizenship.

**Keywords:** Leolinda Daltro. Trajectory. Mediator. Indigenous cause. Female emancipation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Fotografias do Posto de Saúde da Aldeia Porteira.....	18
Ilustração 2	Folha de rosto da obra <i>Da catechese dos indios no Brasil</i> (1920).....	20
Ilustração 3	Folha de rosto da obra <i>Inicio do Feminismo no Brazil</i> (1918).....	22
Ilustração 4	Fotografias dos filhos de Leolinda - Oscar e Leobino - crianças e adultos	40
Ilustração 5	Fotografia de Aurea, filha de Leolinda.....	41
Ilustração 6	Mapa da primeira viagem de Leolinda .....	48
Ilustração 7	Mapa da segunda viagem de Leolinda.....	50
Ilustração 8	Recorte do <i>Semmanario</i> Oficial de Goyaz.....	53
Ilustração 9	Primeira comissão de índios de Goiás ao Rio de Janeiro (1902).....	94
Ilustração 10	Segunda comissão enviada pelo capitão Sepé (1903).....	95
Ilustração 11	Índios da ‘tribu’ <i>Cherente</i> após sua chegada de Goiás (c.1903).....	96
Ilustração 12	“Uma boa brasileira” – facsimile de uma caricatura do <i>Jornal do Brasil</i> (1902).....	101
Ilustração 13	Carta de Leolinda ao Barão do Rio Branco.....	107
Ilustração 14	Os índios da professora Daltro pedindo ao presidente Afonso Penna a jubilação de sua mãe adotiva para com ela seguirem para as aldeias - facsimile de uma caricatura no <i>Jornal do Brasil</i> (1909).....	109

Ilustração 15	Grupo de sócios e convidados que assistiram a instalação da “Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas” na Sociedade de Geografia (1909).....	111
Ilustração 16	Uma lição ao ar livre, por D. Leolinda Daltro, em sua residência, Morro de S. Carlos (1906).....	112
Ilustração 17	Uma lição de Geografia por D. Leolinda Daltro, em sua residência, Morro de S. Carlos (c.1906) .....	113
Ilustração 18	Leolinda Daltro rodeada de seus discípulos em seu sítio em Inhaúma (c.1909).....	113
Ilustração 19	Leolinda Daltro entre seus educandos (1909).....	114
Ilustração 20	Convite da 10ª Edição do Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro .....	130
Ilustração 21	Fotografia de um arco indígena (2011).....	134
Ilustração 22	Telegrama de Darcy Vargas à Leolinda.....	136
Ilustração 23	Fotografia do filho Leobino e da sua esposa Iracema de Amazonas Daltro.....	137
Ilustração 24	Fotografia de Othon de Castilho Daltro e de Lêda Daltro Bosisio.....	138
Ilustração 25	Fotografia de Othon de Castilho Daltro.....	138

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: LEOLINDA E SUA AUTODESCOBERTA.....</b>	<b>16</b>
1.1 O QUE JÁ SE ESCREVEU SOBRE LEOLINDA E SUA MILITÂNCIA PELA CAUSA INDÍGENA E PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	22
1.2 OS QUESTIONAMENTOS E A PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO DE SUA ATUAÇÃO POLÍTICA: A MILITÂNCIA PELA CAUSA INDÍGENA E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	26
<b>2 LEOLINDA E A VIAGEM AO ENCONTRO DE SI MESMA.....</b>	<b>33</b>
2.1 INDÍCIOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE LEOLINDA: A REMEMORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE UMA CATEQUISTA LEIGA.....	35
2.2 O <i>OLHAR</i> VIAJANTE EM BUSCA DO DESCONHECIDO: OS INDÍGENAS DO VALE ENTRE O ARAGUAIA E O TOCANTINS E A DUPLA VIAGEM DE LEOLINDA.....	46
2.3 UM <i>ÁLBUM</i> DE VIAGEM QUE VIROU LIVRO: O ESFORÇO DE COMPROVAÇÃO DA ‘MISSÃO’ DE LEOLINDA.....	66
<b>3 A VIAGEM QUE ELA FEZ PARA FORA DE SI.....</b>	<b>78</b>
3.1 LEOLINDA: OACI-ZAURÉ (ESTRELA D’ALVA) DOS XERENTE: ‘MEMORIA’ SOBRE A CATEQUESE DOS ÍNDIOS.....	81
3.2 A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AUXÍLIO AOS SILVÍCOLAS DO BRASIL: UMA SAGRADA MISSÃO.....	86
3.3 LEOLINDA COMO MEDIADORA: SUA ATUAÇÃO PELA <i>CAUSA INDÍGENA</i> .....	95
<b>4 A VIAGEM DE RETORNO, PARA DENTRO DE SI MESMA.....</b>	<b>115</b>
4.1 UMA <i>BRILHANTE</i> FÉ DE OFÍCIO.....	118

4.2 DE CATEQUISTA A FEMINISTA: IDEAIS QUE FAZEM PARTE DE ‘MEU EU’ .....	125
4.3 PARA O JUÍZO DA HISTÓRIA: A PROPOSTA DE UM PARTIDO ORGANIZADO.....	128
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO:



### LEOLINDA E SUA AUTODESCOBERTA

Leolinda de Figueiredo Daltro<sup>1</sup> possui, no mínimo, uma trajetória singular. Natural da Bahia,<sup>2</sup> tendo o catolicismo como religião, migrou, acompanhando seu segundo marido<sup>3</sup> para, a então capital, o Rio de Janeiro, entre os anos do final do Império e o advento da República. Lá, passou a atuar como professora no magistério público municipal educou e

---

<sup>1</sup> O título da tese remete ao modo como Leolinda se referia a si mesma, isto é, como “caminheira”, uma denominação que, acredito, deve ter sido usual naquele período. Optei por adaptar o termo para “caminhante”, por considerar que mantém o sentido que Leolinda quis dar a ele.

<sup>2</sup> Segundo ROCHA (2002), Leolinda teria nascido em c.1859, em *Najé*, no Recôncavo baiano. Entretanto, ao verificarmos esta informação, constatamos que Nagé é um dos distritos do atual município de Maragogipe. Ainda no período do Império colonial português, de acordo com a análise cartográfica e documental de Adriano Andrade, a vila de S. Bartholomeu de Maragogipe, assim como outras importantes vilas, localizadas próximas a rios navegáveis, que compunham o Recôncavo baiano, constituíram um adensamento urbano ao longo dos setecentos. A extraordinária participação desta região no contexto socioeconômico da Capitania da Bahia e de exportação para a rede colonial portuguesa, especialmente como área produtora de açúcar, tabaco e mandioca, propiciou o desenvolvimento de uma rede regional urbana das vilas entre si, que por sua vez exerciam uma conexão por caminhos terrestres e hídricos com o porto da cidade-capital de Salvador, do outro lado da baía de Todos os Santos. In: ANDRADE, Adriano. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, RJ. 2011. p. 1-15..

<sup>3</sup> De acordo com seu neto Othon de Castilho Daltro, seu segundo marido Appolonio de Castilho Daltro era funcionário da Fazenda da Província da Bahia, na capital Salvador, e foi transferido para o Rio de Janeiro. Entrevista concedida à pesquisadora, na cidade do Rio de Janeiro, em 17 jun. 2011.



sustentou uma família de cinco filhos, nascidos de dois casamentos.<sup>4</sup> Publicou dois livros e foi editora de três jornais.

Foi uma oportunidade inusitada que proporcionou à professora Leolinda o contato com um grupo indígena Xerente<sup>5</sup>, em visita ao Rio de Janeiro. Sensibilizada com a situação do grupo e identificada com a ‘missão’ de educá-los, decidiu acompanhá-los no retorno aos sertões do norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. Sua obra *Da catechese dos índios no Brasil*<sup>6</sup> parece comprovar seu pioneirismo, ao propor um projeto laico de educação indígena, a ser implantado no norte de Goiás, no final do século XIX.

Antes de dar início à reconstituição da trama (in) comum que envolveu Leolinda no passado, eu gostaria de relatar o meu encontro – no tempo presente – com a protagonista desta tese. Ele revela a boa surpresa que me esperava na aldeia Porteira da etnia Xerente, acontecimento que, muito provavelmente, determinou que eu continuasse a buscar informações sobre a vida e a obra de Leolinda. Meu encontro com Leolinda se deu quando, na condição de consultora do curso de formação para professores indígenas bilíngues do Tocantins (função que exerci durante o período de 2001 a 2004), realizado, naquela

---

<sup>4</sup> Seus filhos se chamavam Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea, e Leolinda dedicará a eles seu livro *Da catechese dos índios no Brasil*.

<sup>5</sup> Etnia Xerente do grupo Jê central, que vive hoje (em área demarcada) às margens do Tocantins e do Sono, no município de Tocantínia (anteriormente S. Sebastião de Piabanha), atual Estado do Tocantins. Sobre os Xerente e outros povos indígenas no Brasil central, consultar GIRALDIN (2002). Sobre a estrutura social e política dos Xerente recomenda-se ver SCHROEDER (2010). Ainda, sobre os povos indígenas Akwen e os contatos com os não índios em Goiás ver SILVA (2010).

<sup>6</sup> *Da catechese dos índios no Brasil*. (Notícias e documentos para a História) 1896-1911. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. 637 p. Quanto ao número de edições/tiragens somente podemos informar sobre os três exemplares que conhecemos. O 1º exemplar que tivemos acesso [sem dedicatória] estava no acervo da Biblioteca da UnB, Brasília-DF. O 2º no Instituto de Estudos Brasileiros – USP, São Paulo-SP, este exemplar foi oferecido por Rachel Prado à “talentosa escritora e ilustrada professora Mercedes Dantas ofereço o livro da sua velha amiga Daltro”, Rio, 01/09/1929. O 3º e provável exemplar, porque encontramos somente a sua folha de rosto, que está estampada em ROCHA (2002, p. 9), e foi oferecido por Leolinda à redação de “O Combate” [este periódico tem edição a partir de 1903, no município de Jaboticabal-SP, e circula até o presente momento e, possivelmente, fosse a sua redação que Leolinda dedicou um dos exemplares de sua obra], Rio, 05/12/1920. Quanto aos locais de provável circulação da obra encontramos sua referência em âmbito nacional e internacional. No primeiro, o editor Hélio Silva, responsável pela Revista *A Informação Goyana*, na cidade do Rio de Janeiro, cita sua obra em matéria encimada por sua foto intitulada “D. Leolinda Daltro”, na edição de 10 maio 1921. Também Basílio Magalhães cita sua obra na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v. 55, 1927. Na esfera internacional, o médico Moisés Bertoni publica nos Anais do Congresso Internacional de Americanistas suas impressões sobre uma viagem de estudos ao Brasil e nelas inclui: “A fines del pasado siglo, surgió en el Brasil una mujer extraordinária.” Paraguay: Ex Sylvis, 1924.

ocasião, no município de Tocantínia, tive a oportunidade de acompanhar um grupo de professores Xerente em uma ida à aldeia Porteira. Após conversar com algumas lideranças sobre questões referentes à educação indígena, nos dirigimos à escola e, em seguida, ao Posto de Saúde.

Ao adentrar, logo me deparei com uma foto que trazia Leolinda entre os índios Xerente.<sup>7</sup> Esta foto, entre outras, encontra-se também no seu livro *Da catechese dos índios no Brasil*, sobre o qual nos debruçaremos ao longo da tese.

Procurei, então, saber dos anciãos da aldeia se havia algum *rastro* que pudesse identificar a atuação da *catequista* junto a este povo, mas não obtive sucesso. Diante disso, aumentaram ainda mais a minha curiosidade e o meu interesse na história de vida desta personagem e na obra que escreveu. Obra rara, à qual tive acesso somente depois de algum tempo, quando me encontrava trabalhando em um projeto sobre os impactos ambientais causados pela Usina Hidrelétrica do Lajeado à etnia indígena Xerente (2006), pelas mãos de um mestrando em Antropologia Social da UnB.

Ilustração 1 – Fotografias do Posto de Saúde da Aldeia Porteira, Tocantínia-TO.  
Vê-se foto emoldurada de Leolinda entre os índios no alto da porta.



Fonte: Melo (2010).

<sup>7</sup> Esta é uma cópia da que foi publicada no livro de GAGLIARDI (1989). Chamamos a atenção para um erro em sua identificação: “Grupo de índios Akwe-Xerente [entre eles está Porpipó Krahô], em viagem ao Rio de Janeiro, capital da República, 1896.” Com o olhar mais atento e o exame do conjunto de fotos existentes em *Da catechese*, constatamos que são os índios que chegaram na 2ª comissão, em 1903, dentre outros que, ainda, chegaram após esta data na capital. Ainda, na continuidade da identificação da foto, um dos objetivos do grupo era “[...] chamar a atenção do governo para a ameaça que os grandes fazendeiros faziam para as terras dos Akwe.” A afirmação se enquadra perfeitamente na longa história de contato e, especialmente, – a partir da missão dos capuchinhos e da colonização em meados do século XIX – tem-se a dimensão da luta que os Xerente enfrentaram com a sociedade não indígena para terem demarcado e homologado o seu atual território. O que aconteceu somente na década de 1990.

Foram, sem dúvida, as perguntas que me fiz a partir do contato com a foto de Leolinda entre “seus índios” e com a sua “rara obra” que me levaram a iniciar esta investigação. E, bem no início, quando ela não era mais do que uma ideia, surgiram, entre as minhas lembranças, as palavras de Peter Burke (1992) acerca do ofício do historiador. Ele afirma que o fotógrafo para o tempo, registrando-o com sua câmera, através da qual é capaz de capturar desde um fato trivial praticado por um indivíduo “comum” até os atuais conflitos internacionais. O historiador, por sua vez, possui como instrumental o registro, isto é, a escrita sobre os acontecimentos na multiplicidade de tempos e espaços. A imagem e a escrita constituem, assim, uma completude, que torna possível a divulgação destes acontecimentos sob a forma impressa e, mais recentemente, através do livro eletrônico (*e-book*). Este esforço de busca pela completude entre imagem e escrita orientou, em grande medida, o desenvolvimento desta tese.

Após esta breve incursão nas reflexões de Burke, podemos nos perguntar: mas o que dá legitimidade aos objetos históricos? A resposta: depende das perguntas que formulamos, de como tratamos o tema ao revisitar o passado.<sup>8</sup> Por essa razão, meu maior objetivo, neste primeiro momento, será o de apresentar o meu tema e o meu problema de pesquisa. A proposição de um projeto de missão laica de Leolinda para os indígenas de Goiás suscitou alguns questionamentos iniciais: por que uma jovem professora municipal na cidade do Rio de Janeiro ousou propor um modelo de catequese independente do apoio do Estado e da Igreja? Como ela se dirige aos índios? Como eles se referem a ela? Considerando o contexto de virada do século XIX para o XX, qual a importância que assumia um projeto de missão a ser desenvolvido por uma mulher leiga?

A obra *Da catechese*<sup>9</sup>, na qual Leolinda reconstitui tanto os seus contatos com os Xerente e a viagem que fez aos sertões de Goiás, quanto o período após seu retorno ao Rio de Janeiro, está organizada em duas partes. A primeira, intitulada *Noticias e documentos*, refere-se ao contato inicial com o grupo Xerente, ainda na cidade do Rio de Janeiro, em julho do ano de 1896, até a viagem propriamente dita (1897-1900). A segunda parte, *A*

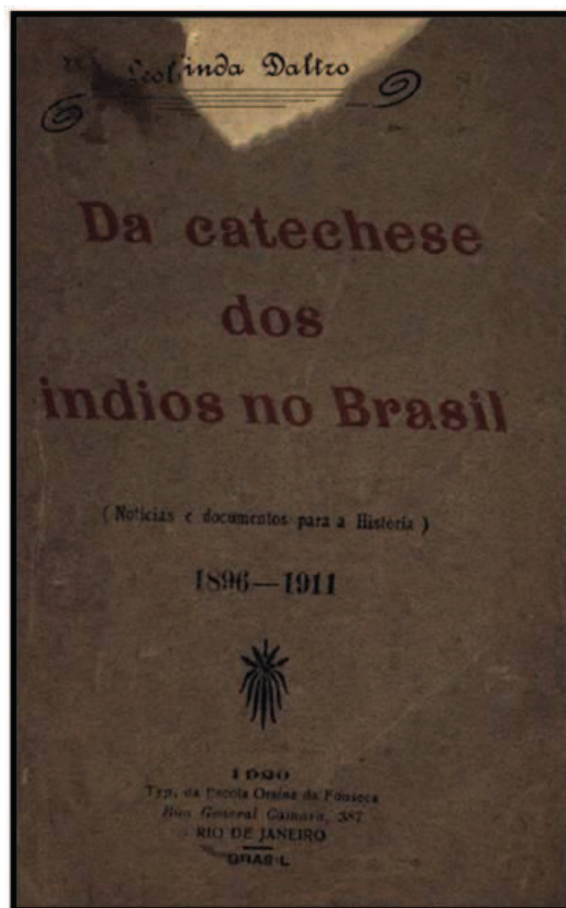
---

<sup>8</sup> Palavras do professor Jordi Canal, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), ao ministrar um dos *Tópicos Especiais* do PPG em História. O professor, ao abordar os denominados “objetos triviais”, tais como festas, monumentos e cores, fez esta pergunta, que não costuma ser feita – ao menos não com regularidade – pelos historiadores.

<sup>9</sup> Ao folhear as primeiras páginas do livro, identifiquei já nos Agradecimentos feitos por Leolinda, informações sobre a viagem que realizou – do Rio de Janeiro aos sertões do norte de Goiás – com o objetivo de ministrar catequese laica às populações indígenas –, ainda nos anos finais do século XIX, percorrendo diversas cidades do vale entre os rios Araguaia e Tocantins incluindo Porto Nacional, além de Tocantínia, o município onde atualmente se encontra a reserva Xerente.

*minha acção pelos autóchtones na Capital Federal*, apresenta a sua obstinada luta [de uma década], até 1910, circulando por várias instituições e congressos com o objetivo de criar a ‘*Associação de Protecção e Auxilio aos Selvicolas do Brasil*’.

Ilustração 2 – Folha de rosto da obra *Da catechese dos indios no Brasil*



Fonte: Daltro (1920).

No prólogo, identificado como ‘*Explicação necessaria*’ (Anexo A), Leolinda esclarece que pretendia fazer uma série de conferências e depois publicar as ‘Memorias’ detalhadas da viagem que havia feito às aldeias indígenas das margens do Araguaia e Tocantins, com o objetivo de catequizar as populações indígenas que ali viviam.<sup>10</sup> Neste texto introdutório, Leolinda nos fala “da grandeza e belleza do mais rico pedaço do Mundo – Goyaz!”; e também “do ineditismo da vida indigena com toda a sua simplicidade e

<sup>10</sup> Esse objetivo estava em consonância com um dos ideais positivistas que caracterizavam a postura dos intelectuais do período, a saber, a educação laica em um Estado que se tornara laico com a instituição da República (1889), o que foi confirmado na Constituição (1891).

encantos”, dos sentimentos altruísticos dos sertanejos, e também da ignorância e fanatismo praticados no serviço dos que se diziam representantes “de um Deus de amor e perdão!”<sup>11</sup>

Ao retornar à capital federal – o Rio de Janeiro –, depois de quatro anos nos sertões de Goiás, Leolinda irá se deparar com uma postura de hostilidades tanto da imprensa, quanto de setores da elite fluminense, o que levou-a a calar-se e a aguardar por um momento oportuno para a publicação, que ocorreria somente em 1920, portanto, vinte anos depois. Esta opção feita por Leolinda nos levou a outros questionamentos: quais foram, de fato, as circunstâncias que a impediram de publicar a obra logo após seu retorno de Goiás?<sup>12</sup> Por que optou por abandonar a narrativa pessoal da experiência, preferindo reunir documentos de comprovação da missão realizada entre os Xerente?

Situaremos, aqui, a outra obra escrita por Leolinda, *Início do Feminismo no Brasil*, publicada em 1918. Ao tomar contato com ela, o leitor depara-se com a ‘*Advertencia necessaria*’ (Anexo B)<sup>13</sup>, o que equivaleria a um prólogo. O título dado é similar ao que encontramos na obra posteriormente editada, à qual já nos referimos a *Da catechese dos índios no Brasil* (1920), na qual se encontra a *Explicação necessaria*. Em relação à primeira, observamos a manifestação da memória individual, entendida como uma das práticas culturais dos registros de uma “produção de si”, que adquire significados específicos a partir da constituição do indivíduo moderno. Chama-nos a atenção, ainda, certa ambiguidade que caracterizaria esta proposta de Leolinda, pois se trata do relato de sua trajetória individual, ao mesmo tempo em que a autora pretendia subsidiar, em poucas páginas, a história do feminismo no Brasil.

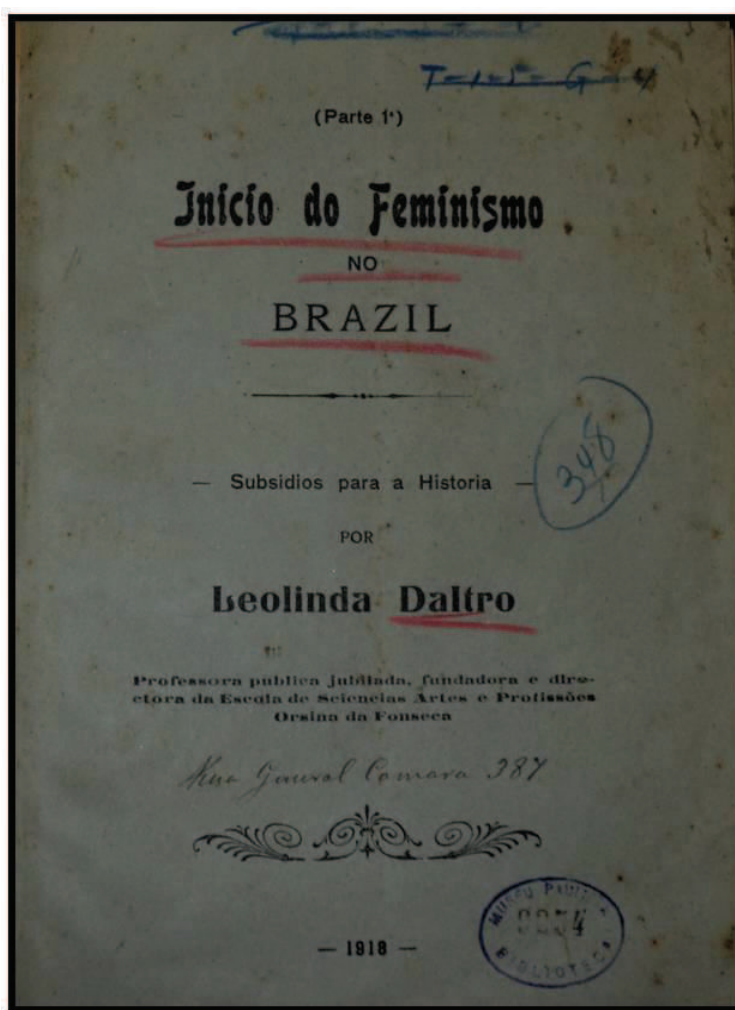
---

<sup>11</sup> DALTRO, 1920, p. xvii.

<sup>12</sup> Desde o projeto inicial, utilizamos a noção de LE GOFF (2003), de que o documento é um monumento, pois ela permite examinar as condições de produção, considerando que sociedade o produziu e como o produziu. A proposição é perfeita para lidarmos com a principal fonte documental que constitui o livro *Da catechese ...*

<sup>13</sup> Faz-se necessário avisar ao leitor que optamos por preservar a ortografia do documento. Também utilizaremos aspas ‘ ’ nas expressões transcritas do livro como ‘advertencia’, ‘partido organizado’, ‘carta circular’, ‘missão’, dentre outras.



Ilustração 3 – Folha de rosto da obra *Início do Feminismo no Brazi*

Fonte: Daltro (1918).

Numa tentativa de resposta a estas indagações, realizamos uma cuidadosa revisão bibliográfica, visando não apenas à demarcação da originalidade da investigação que realizamos, mas também à sistematização das informações já levantadas por outros historiadores, educadores e antropólogos que se debruçaram sobre a trajetória de vida de Leolinda de Figueiredo Daltro.

### 1.1 O QUE JÁ SE ESCREVEU SOBRE LEOLINDA E SUA MILITÂNCIA PELA CAUSA INDÍGENA E PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

De acordo com Mariza Corrêa, em *Antropólogas & Antropologia* (2003),<sup>14</sup> Leolinda teria sido uma das pioneiras dentre as antropólogas brasileiras, por ter se

<sup>14</sup> CORRÊA emprega o termo antropólogas, porque no período que se estende do século XIX até a década de 1930 os estudos antropológicos eram identificados como "estudos de sociedades indígenas", razão pela qual Leolinda Daltro, Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres são tidas como antropólogas.

dedicado a estudos das sociedades indígenas, ainda no início do século XX. Entendemos que Leolinda foi, de fato, uma precursora, atuando como ‘catechista leiga’<sup>15</sup> junto aos povos indígenas do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, e, em relação a esta sua peculiar condição, não podemos discordar do proposto por Corrêa. Contudo, diferentemente da autora, entendemos que os documentos que Leolinda coletou, codificou e publicou não foram reunidos de forma casual, obedecendo, sim, a uma intencionalidade e aos sentimentos que subjazem às relações tecidas entre ressentimento, história e memória.<sup>16</sup>

Entendemos, também, que Leolinda concede aos “seus índios” – era assim que se referiam, como ela mesmo diz: “[...] os que querem chacotear daquelles que lhes são superiores, porque alimentam um ideal [...]”,<sup>17</sup> – o papel de verdadeiros protagonistas de sua ‘missão’ de catequista, o que pode ser constatado nas cartas, abaixo-assinadas e atestados de apoio emitidos por integrantes da sociedade regional que reuniu e divulgou. Nestes documentos, mais do que os lamentos em relação à dureza e aos conflitos que caracterizavam a vida nos sertões de Goiás, os índios aparecem como aqueles que pedem instrução para si, seus filhos e netos, justificando a missão de catequista de Leolinda.

Para a reconstituição do papel de mediadora desempenhado por Leolinda, sobretudo em sua luta pela “causa indígena”, muito contribuiu a tese de Elaine Rocha – *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltró (1859-1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo* (2002) –, na medida em que relaciona os episódios mais significativos de suas experiências pessoais e profissionais, episódios que nos conduziram na reconstituição da rede social que ela construiu e que a envolveu. Outra investigação que colaborou para o desenvolvimento da investigação foi a desenvolvida por Patrícia Grigório, que resultou na dissertação *A professora Leolinda Daltró e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910)* (2012). Nela, Grigório confirma os conflitos que marcaram a relação entre a professora e os missionários católicos que já atuavam na catequese dos índios em Goiás. Seu estudo é importante porque a autora se refere também aos contatos que Leolinda mantinha com os segmentos protestantes (em São Paulo e Goiás) e com os políticos locais que, por vezes, eram francamente contrários à atuação de missionários na região.

---

<sup>15</sup> Leolinda assim se autodefinia, certamente, porque tinha conhecimento do trabalho de catequese que vinha sendo desenvolvido por capuchinhos e dominicanos na região de Goiás.

<sup>16</sup> Sobre esta abordagem ver ANSART (2001).

<sup>17</sup> DALTRO, 1920, p. 548.

Também a dissertação de Maria Emilia de Abreu, intitulada *Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil 1895-1911* (2007) foi importante contribuição para a tese, já que trata da proposta pedagógica de Leolinda, oferecendo um panorama da história da educação escolar indígena no Brasil na virada do século XIX para o XX. Abreu analisa a trajetória de Leolinda enquanto um testemunho das dificuldades enfrentadas por uma mulher e professora que, naquela época, se dispôs a percorrer o sertão brasileiro.

O programa laico da professora Leolinda Daltro e seu desempenho no 1º Congresso Brasileiro de Geografia são apresentados por José Mauro Gagliardi, em seu livro *O indígena e a República* (1989). Já nas primeiras páginas, percebemos sua sensibilidade (acredita-se que tenha sido o primeiro a exibir uma foto de Leolinda com “seus índios”), ao identificar o engajamento efetivo de Leolinda na “causa indígena”, no período que permaneceu no norte de Goiás, assim como em suas ações no retorno ao Rio de Janeiro, e que visavam à criação de um órgão que assegurasse proteção à população indígena.

Na historiografia regional, destaca-se a obra *O coronelismo no extremo norte de Goiás* (1990), do professor e padre Luís Palacín, na qual encontramos uma discussão sobre a estrutura política da região e as relações sociais de Leolinda com coronéis locais, assim como a sua postura de estranhamento em relação aos responsáveis pela catequese religiosa em Goiás.

Em relação às obras produzidas na área da antropologia social, Ladislao Vásquez, no ensaio *Pensamientos indígenas en nuestra América* (2006), nos indica outra análise a respeito de alguns indigenistas (ou indianistas) que tiveram uma atuação independente das políticas oficiais de Estado nos séculos XIX e XX. Com esta perspectiva analítica, Vásquez elege Leolinda Daltro e Dora Mayer, respectivamente no Brasil e no Peru, como duas mulheres representativas de um protagonismo independente, ressaltando sua importância para a compreensão das políticas adotadas em relação ao indígena que não se encontram atreladas a um indigenismo oficial.<sup>18</sup>

Sobre, especificamente, a atuação de Leolinda como indianista e/ou feminista foram produzidos alguns artigos.<sup>19</sup> Apesar de considerarmos ainda modesta a produção existente sobre ela, ao recorrermos à busca em arquivos digitais, identificamos referências

---

<sup>18</sup> SOUZA LIMA (1987) apresenta Leolinda como agente “propagandista”, ao analisar o indigenismo e o discurso e a prática da proteção fraternal enquanto política de Estado do período.

<sup>19</sup> GRIGÓRIO (2008, 2011), TELLES (2011). Norma Telles faz uma narrativa que concede relevo à atitude arrojada e corajosa da *sertanista* e *feminista* Leolinda Daltro.



ao seu nome em uma infinidade de livros e artigos nacionais e também internacionais. Constata-se que a maior parte dentre eles se insere na literatura que trata do movimento feminista,<sup>20</sup> na qual é citada como fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910, e/ou precursora do movimento pelo sufrágio feminino no Brasil. Sobre sua fase sufragista, Mônica Karawejczyk produziu trabalho<sup>21</sup> que se vale de categorias de estudos de gênero na pesquisa histórica, no qual faz uma analogia entre a militância de Leolinda e de Bertha Lutz, segundo ela, ambas responsáveis pela articulação do movimento organizado feminino e sufragista no Brasil, no período da Primeira República.

Esta breve exposição da revisão bibliográfica que realizamos comprova a carência de estudos mais adensados sobre o tema que exploramos na tese. A pesquisa bibliográfica,<sup>22</sup> as fontes localizadas em acervos digitais, em arquivos e bibliotecas públicas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>23</sup>, a entrevista com o neto de Leolinda no Rio de Janeiro e o acesso parcial ao arquivo da família acabaram reforçando a possibilidade de abordarmos sob outras perspectivas os papéis de Leolinda como catequista e mediadora e, em menor medida, sobre sua fase feminista nas décadas iniciais da Primeira República.

---

<sup>20</sup> Sobre os trabalhos que se dedicam ao movimento feminino, destacamos a pesquisa interdisciplinar e pioneira no Brasil, da Fundação Carlos Chagas (1979, v.1). Leolinda e a criação do PRF também aparecem em artigo da estadunidense HAHNER, June E. *Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement in Brazil, 1850-1932*. *Latin American Research Review*, v. 15, n. 1, p. 65-111, 1980. Para além de fundadora do PRF, considera-a como uma mulher da classe média urbana, em exercício do magistério público, que no início do século XX, reivindica a “emancipation of Brazilian women” em termos gerais e, mais especificamente, advoga o direito de os brasileiros ocuparem cargos em serviços públicos independente de sexo. (1980, p. 94-95) HAHNER publicará pela *Brasiliense*, no ano seguinte, outro trabalho sobre a mulher brasileira, em que também citará Leolinda e suas lutas políticas e sociais para o mesmo período.

<sup>21</sup> *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2013. Leolinda Daltro e o PRF, especificamente, são tratados no segundo capítulo da Parte 2.

<sup>22</sup> As leituras que realizamos até o momento nos indicam o reconhecimento na literatura da atuação de Leolinda, a maioria dos registros, se faz paradoxalmente pela voz masculina. Exemplos se encontram em alguns artigos na literatura regional, nacional e até mesmo internacional. Uma matéria sobre a publicação de sua obra encontra-se na Revista *A Informação Goyana* (1921), com redação, edição e publicação na cidade do Rio de Janeiro. Seu principal mentor, como mencionamos, foi o goiano Henrique Silva, formado pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro. Disponível para a consulta na Fundação Educacional Frei Simão Dorvi – FECIGO, na Cidade de Goiás – GO. Na literatura internacional encontramos BERTONI, Moisés Santiago. *Relacion sucinta de un viaje de estudios al Brasil*. In: *Anais...* Puerto Bertoni, Alto Paraná, Paraguay: Ex Sylvis, 1924. (Cf. nota 6)

<sup>23</sup> Pesquisei no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (no Serviço de Documentação Escrita e, também, em sua Biblioteca); na Fundação Biblioteca Nacional (na Seção de periódicos); e no TRE-RJ. Também solicitei documentos – através da Coordenação de Atendimento à Distância do Arquivo Nacional e do CPDOC/FGV. Na cidade de São Paulo, pesquisei no Museu Paulista, tendo feito cópia fotográfica da obra de Leolinda Daltro *Início do Feminismo no Brasil*. Em São Paulo, entrevistei o Sr. Fred Lane, bisneto de Horace M. Lane, então diretor do Mackenzie e um dos principais incentivadores e patrocinadores da viagem de Leolinda ao norte de Goiás.

## 1.2 OS QUESTIONAMENTOS E A PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO DE SUA ATUAÇÃO POLÍTICA: A MILITÂNCIA PELA CAUSA INDÍGENA E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Acreditamos que boa parte das indagações que expusemos no tópico anterior possa ser respondida a partir da leitura e análise da obra que Leolinda produziu – *Da catechese dos índios no Brasil* –, através da qual podemos reconstituir o exercício de rememoração da experiência vivida<sup>24</sup> nos sertões de Goiás que ela fez ao selecionar e organizar os documentos que divulgaria.

Entendemos que a seleção e a ordenação do corpus documental – que acabaram definindo o livro, em especial, de sua primeira parte, o ‘*Album*’<sup>25</sup> – podem ser percebidas como as chaves de leitura do relato de sua atividade como missionária entre os índios dos sertões do norte de Goiás. Esse relato deveria cumprir, sobretudo, a função de comprovar uma experiência vivida vinte anos antes de sua publicização.

É, em razão disso, que estamos propondo que a obra *Da catechese* passou por um processo que podemos denominar de codificação<sup>26</sup>, ao qual foi agregado o sentimento de compromisso com a divulgação da experiência, atestado no texto ‘Memória’. Uma memória sobre a experiência que será a um só tempo individual e coletiva, considerando o emaranhado de personagens e instituições com os quais ela se envolveu, até mesmo porque

<sup>24</sup> Consideramos aqui a rememoração da experiência e seu efeito na reconstituição da trajetória de Leolinda de acordo com SARLO (2007), a partir de sua dimensão subjetiva e não como construção de verdade do sujeito.

<sup>25</sup> ‘*Album*’ – foi assim, que Leolinda definiu a primeira parte do livro, que contém os lugares por onde passou, desde a saída definitiva de São Paulo capital (em 1897) até o retorno à capital federal, Rio de Janeiro (em 1900), passando por Uberaba-MG e, especialmente, os testemunhos da sociedade regional que recolheu em sua ‘missão’ entre os ‘selvicolas’ na região do norte de Goiás. SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Um “álbum” que virou livro: o atestado final da “missão” de Leolinda de Figueiredo Daltro em educar os índios nos sertões do norte de Goiás. *Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, MG, v. 10, ano X, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2013.

<sup>26</sup> Entendemos que os documentos reunidos por Leolinda não foram aleatoriamente compilados, obedecendo a uma *codificação*. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, codificar significa reunir numa só obra textos, documentos e extratos reunidos de diversas fontes. Acredito que a aplicação desse termo justifica-se porque entre os documentos que compõem a obra, há dezenas de cartas, abaixo-assinados, atestados, atas, recortes de jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, e também fotos, que foram selecionados e organizados por Leolinda. Nesse sentido, entendemos a obra como um corpus documental comprobatório de sua atuação, como um registro que – de acordo com suas palavras – deveria, para o “Juízo da História”, comprovar seu envolvimento com a *causa indígena*.

“Indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência.”<sup>27</sup>

Em decorrência desta percepção, optamos por, efetivamente, conceder relevo às repercussões da experiência de missão de Leolinda – entre os povos indígenas do Brasil central, na região entre os rios Araguaia e Tocantins – e sua articulação com uma ampla rede de personagens (ilustres ou não) da sociedade regional e nacional.<sup>28</sup> Ou seja, sua atuação como mediadora entre uma sociedade que se considerava moderna e civilizada – fundamentada nas discussões positivistas e cientificistas – e as populações indígenas que devem ser instruídas, protegidas e incluídas na nova nação republicana. Em relação a sua trajetória, esclarecemos que, após abordarmos sua atuação pela *causa indígena*, iremos nos deter também, mesmo que não de forma aprofundada, na fase inicial de sua atuação no Rio de Janeiro. Atuação que é tida como decisiva para alavancar o longo percurso do movimento pela emancipação feminina, especialmente, na luta pela igualdade política entre homens e mulheres e pelo pleno exercício da cidadania.

Para atingirmos estes objetivos, nos dedicamos, inicialmente, à reconstituição da “viagem” que Leolinda empreendeu durante quatro anos, “refazendo”<sup>29</sup> o itinerário que ela percorreu, passando por lugarejos e cidades e adentrando os sertões, tanto por terra, quanto por água, com o intuito de identificar qual a realidade social<sup>30</sup> destas regiões que ela nos

<sup>27</sup> HALBWACHS In SANTOS, 2003, p. 43. O sociólogo Maurice Halbwachs não considerou a memória nem como um atributo da condição humana, nem a partir de seu vínculo com o passado, mas sim como resultado de representações coletivas construídas no presente, que têm como função manter a sociedade coerente e unida, razão pela qual a memória é memória coletiva.

<sup>28</sup> Esta é a razão para o título que dei à Tese: LEOLINDA DALTRO, A *CAMINHANTE DO FUTURO: UMA ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA DE CATEQUISTA A FEMINISTA* (RIO DE JANEIRO/GOIÁS -1896-1920). Consideramos importante registrar a reflexão do historiador e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) Paulo Renato da Silva, que inicialmente discordava da expressão *caminhante do futuro*, entretanto, após assistir a apresentação da defesa da Tese considerou a escolha pertinente, pois, de acordo com sua observação, “a proposta [da *causa indígena*], que Leolinda defendia ainda está por ser feita. Segue em aberto a sua proposta. É como se nós mesmos continuássemos no caminho, na busca, na luta dela.” Sobre o marco inicial da tese refere-se ao ano dos preparativos da incursão de Leolinda em direção aos sertões e o final, 1920, ao ano de publicação de sua obra.

<sup>29</sup> Colocamos propositadamente entre aspas o termo “refazendo”, referindo-nos ao itinerário que Leolinda percorreu, porque não pretendemos aqui dar nossa última versão para esta questão. Refazer o itinerário destas viagens exigiu longo e dedicado tempo de pesquisa, já que, para destacar um exemplo, os topônimos das cidades do final do século XIX nos exigiram atentas e repetidas leituras de suas anotações e da fala dos testemunhos pelos lugares que percorreu. Adiantamos que Leolinda fez uma dupla e temerária viagem. Após reconstituir, com auxílio da bibliografia e da documentação, o itinerário da viagem que Leolinda realizou do Rio de Janeiro até o norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins), encaminhei-o para o geógrafo Prof. Dr. Antonio Teixeira Neto, que elaborou o Mapa do itinerário de Leolinda, que traça o percurso terrestre e fluvial de sua viagem pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins.

<sup>30</sup> Esse termo é usualmente empregado pelos historiadores que adotam a microanálise, como por exemplo, Giovanni Levi. Em sua obra *Herança Imaterial* (2000), Levi trata de um fragmento do Piemonte do século XVII utilizando a técnica de reconstrução biográfica de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha

apresenta na obra que escreveu. Tal reconstituição nos permite acessar suas lembranças (e, evidentemente, os esquecimentos)<sup>31</sup> – e, também, seus conflitos interiores –, no registro que Leolinda faz sobre seus filhos, sobre os “seus índios”, sobre aqueles que considerou seus inimigos<sup>32</sup> e sobre os amigos que fez, sobre a imprensa [que, a um só tempo, a enaltece e a ridiculariza] e, ainda, sobre o poder público. Leolinda, com certeza, sentiu, pensou e viveu experiências simultâneas e, por vezes, díspares – entre a sua atuação política em defesa da causa indígena e da emancipação da mulher –, que a colocaram como uma testemunha<sup>33</sup> de tempos e espaços múltiplos nos anos que sucederam à instauração da República.

Em sintonia com as tendências da historiografia das últimas décadas – que relativizou os conceitos de cronologia e de linearidade no estudo das experiências do cotidiano dos indivíduos e dos grupos a que pertencem – não pretendemos fazer dessa tese um texto que dê a ilusão de um formato acabado e todo coerente à vivência de Leolinda. Nesse sentido, reiteramos que nosso objetivo foi o de analisar a trajetória de Leolinda, sem dissimular todas as tensões, contradições e angústias por ela vivenciadas.<sup>34</sup> Nossa intenção

---

deixado vestígios documentados. Contudo, a participação de cada indivíduo na trama e na (trans) formação das estruturas essenciais da *realidade social* pode ser analisada para além dos resultados perceptíveis. A partir desta ruptura com o óbvio na história de cada um, é possível constatar “ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.” Levi esclarece que a noção de estratégia por ele utilizada significa não somente a racionalidade expressa na forma de uma resistência à expansão da nova sociedade – o Estado absolutista e as relações de mercado – mas também uma racionalidade específica do mundo camponês, empregada “na obra de transformação e utilização do mundo social e natural.” Sua proposição pode ser mais bem entendida em suas palavras: “Este é o estudo de uma fase do conflito do qual saíram transformados tanto a sociedade local quanto o poder central.” p. 44-49.

<sup>31</sup> É plausível supor que nem todas as experiências que Leolinda teve foram registradas. Uma mulher, mesmo acompanhada de um de seus filhos, deve ter vivido situações que, por constrangimento ou, então, outra razão, optou por não relatar.

<sup>32</sup> Leolinda era tida como o “anticristo” por alguns missionários, como veremos nos desdobramentos do texto, que atuavam na região de Goiás.

<sup>33</sup> Para SARLO (2007), a retórica (ou discurso) testemunhal sobre o passado torna a se atualizar no presente. O tempo presente do discurso, que supõe um narrador implicado nos fatos ou experiências, possui hegemonia sobre o passado, pois o presente na enunciação é inevitável e está relacionado com a subjetividade que rememora no presente.

<sup>34</sup> Giovanni Levi, em entrevista concedida a Darío Barriera, propõe que o relevo do papel do historiador está em tornar-se protagonista da investigação, tanto como da realidade investigada (1999, p. 2). Por nos sentirmos identificados com esta orientação metodológica, recorreremos à micro-história, porque concede ao pesquisador uma via particular, através da qual, segundo Levi, ele torna-se parte inerente do relato. “O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não iniciado.” (1992, p. 153)

foi a de compreender a pluralidade de sua atuação e sua articulação com uma extensa rede<sup>35</sup> que ela construiu e que também a constituiu e envolveu.<sup>36</sup>

No *'Album'* de Leolinda, seu companheiro inseparável de viagem, cada documento reunido nos oferece um “micro” universo de sua “macro” atuação. Mesmo que a sua escrita de caráter autoral apareça de forma mais incisiva no prólogo, identificado como *'Explicação necessária'*,<sup>37</sup> suas percepções estão evidenciadas nos relatos que faz de cada um dos personagens (incluindo instituições) que compõem a ampla rede na qual se integrará. Essa proposição de exercício de microanálise do *'Album'* permite tanto o acesso à escala reduzida de observação, quanto, simultaneamente, a investigação da rede de relações.<sup>38</sup> A micro-história, de certa maneira, se propõe também a investigar as ações/conflitos que destoam, em alguma medida, de pensamentos e comportamentos considerados “normais” e/ou “tradicionais”. Sendo assim, pode-se presumir que o episódio singular vivido por Leolinda – e registrado em seu livro – nos aponta para diversos indícios sobre sua missão – nas cidades e nos sertões – e a pluralidade da rede da sociedade regional e nacional em que se envolveu e foi envolvida.<sup>39</sup>

---

<sup>35</sup> De acordo com LIMA (2006), a noção de composição interativa do tecido social é usada pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth, através do emprego de uma metáfora, a de *rede*, que é entendida como representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais.

<sup>36</sup> Carlo Ginzburg propõe uma investigação em séries documentais (em acervos públicos e/ou privados), pois esta permite encontrar, na multiplicidade dos tempos e dos espaços, o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diferentes. Segundo este autor, “O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. [...] As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174-75)

<sup>37</sup> Dentre outros documentos, Leolinda ainda apresenta no livro um Programa e uma Moção sobre a catequese dos índios no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909); Cartas abertas ao público (1902; 1908); um Discurso (1908); e entrevista para dois jornais, *Correio da Manhã* (1906) e *O Paiz* (1909).

<sup>38</sup> Ver mais sobre o método da microanálise em: LEVI, (1992, 2000, 2006); LIMA (2006); REVEL (2000) e GRENDI (1998).

<sup>39</sup> O método da micro-história nos parece o mais adequado para os objetivos que propomos porque recomenda outra possibilidade de acesso ao conhecimento do passado, isto é, “através de vários indícios, sinais e sintomas”, porque considera a prática investigativa fundamentada na redução de escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental, a qual toma o particular como ponto de partida e prossegue à luz de seu contexto específico. (LEVI, 1992, p. 136; 154) Uma das formas viáveis de o historiador argumentar um episódio singular, de acordo com a acepção de Levi, é pensá-lo “como um ponto de descoberta do contexto social em que um fato aparentemente anômalo ou insignificante assume significado, quando as incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são reveladas.” (1992, p. 155) Na historiografia nacional, uma pesquisa de fôlego é realizada por MUAZE (2008), que fez a opção da micro-história para analisar as relações de família e os diferentes papéis exercidos pelos indivíduos no interior de um núcleo em particular, como uma “boa porta de entrada” para entender as vivências familiares de frações da classe senhorial oitocentista. Ou seja, uma opção por reduzir a escala de observação em busca de vestígios que revelassem a singularidade do núcleo em questão. Certamente, o livro *Da catechese...* nos oferece uma multiplicidade de significados e nos permite identificá-

Considerando sua experiência entre os indígenas dos sertões de Goiás e a proposta de criação de uma associação de proteção aos povos indígenas que Leolinda divulgou intensamente e em vários espaços sociais após seu retorno, entendemos que seja bastante oportuno refletir sobre o que significava para ela o *outro*.<sup>40</sup> Afinal, o que ela sabia ou havia lido sobre o modo de vida dos indígenas antes de sua experiência entre eles? O que ela sabia da política indigenista adotada pela República?<sup>41</sup> Ou da região que se localizava entre os rios Araguaia e Tocantins e para a qual ela se dirigiu? Estas são as questões que abordamos ao longo do primeiro capítulo da Tese, que intitulamos “*Leolinda e a viagem ao encontro de si mesma*”.

Para a reconstituição da sua trajetória, acreditamos que seja importante também verificar como Leolinda se envolveu com a “causa indígena” após seu retorno ao Rio de Janeiro. Esse retorno teve, sem dúvida, uma dupla finalidade: a primeira estava associada ao seu projeto de regressar a Goiás e completar sua ação de missionária leiga, e a segunda previa a formação de opinião favorável, junto ao poder público e à sociedade fluminense, incluindo imprensa,<sup>42</sup> instituições e congressos, para a criação de uma associação de proteção aos povos indígenas. Para melhor explorarmos este retorno à capital federal, consideramos também importante refletir sobre como Leolinda conseguiu ganhar visibilidade. Ou como conseguiu sair do “silêncio” e obter a palavra pública.<sup>43</sup> Ou, ainda, como uma proposta laica de educação indígena conseguiu movimentar intensamente a opinião pública.

O conceito de mediação cultural<sup>44</sup> e o referencial teórico metodológico proposto por Paula Montero, em sua obra *Deus na Aldeia*, de 2006, serão considerados na análise que fizemos das principais fontes desta tese, que são as obras *Da catechese dos índios no*

---

lo em uma abordagem microanalítica, porque enfatiza a coexistência de diferentes dimensões em cada espaço social.

<sup>40</sup> Para esta reflexão, nos apoiamos em CERTEAU (1982).

<sup>41</sup> Sobre a política indigenista no século XIX consultar KARASCH (1992), CARNEIRO DA CUNHA (1992), BEOZZO (1983), MOREIRA NETO (2005), e KODAMA (2009).

<sup>42</sup> CORRÊA (1990), em artigo intitulado *Três heroínas do romance antropológico brasileiro*, analisa o imaginário literário presente em obras de três autores brasileiros. No caso específico de Leolinda Daltro, a personagem Florinda Seixas, do romance *Numa e a Ninfa*, de Lima Barreto (1915), ridicularizada por sua atuação política junto aos “caboclos”.

<sup>43</sup> PERROT (1998) sugere uma reflexão sobre as formas de circulação da palavra pública feminina a partir do século XIX. Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, finalmente, pela imprensa.

<sup>44</sup> Entendemos os mediadores como agentes dos processos de ressignificação da tradição indígena e não indígena.



*Brasil e Início do Feminismo no Brasil*, que serão tratadas no segundo capítulo da Tese<sup>45</sup>, intitulada “*A viagem que ela fez para fora de si*”. O papel de mediadora desempenhado por Leolinda pode ser entendido também como um processo de comunicação, pois ela construiu e foi construída por uma heterogeneidade de relações sociais, incluindo as definidas pela alteridade. Ainda neste mesmo capítulo, o segundo, pretendemos analisar o corpus documental produzido por Leolinda na perspectiva de uma “escrita de si”,<sup>46</sup> como aquela que institui também um “lugar de memória”,<sup>47</sup> pois seu relato busca registrar a pluralidade de ações de sua trajetória, ao mesmo tempo em que reivindica uma identidade singular no interior dos grupos a que pertence<sup>48</sup>, especialmente, em relação à postura feminista por ela adotada.

Desde o início da pesquisa, como já mencionamos, tivemos a oportunidade de consultar acervos públicos e privados, que nos permitiram acesso a outras fontes documentais imprescindíveis para o atendimento dos objetivos do terceiro capítulo da tese,<sup>49</sup> como o já citado *Início do Feminismo no Brasil*, publicado por Leolinda, em 1918. Outra fonte importante para abordarmos sua prática feminista é o Programa do Partido Republicano Feminino, que nos oferece informações sobre as estratégias iniciais de ação de Leolinda pela conquista do sufrágio feminino.<sup>50</sup>

Por último, apresentamos “*A viagem de retorno para dentro de si mesma*”, a fim de contemplar as experiências da face feminista de Leolinda e sua autodescoberta.<sup>51</sup> Para

---

<sup>45</sup> Esta opção implicou num questionamento: pode-se conjugar a proposição metodológica da mediação cultural com a da microanálise? Acreditamos que seja possível, pois ambas trabalham com processos de múltiplos espaços/tempos, isto é, o lugar de interação entre os diversos atores.

<sup>46</sup> Esta abordagem, de acordo com GOMES (2004), oferece ao historiador o espaço do privado na investigação histórica, ao focar os indivíduos comuns, no caso desta investigação, as mulheres.

<sup>47</sup> Para tratarmos a memória, o ressentimento e o esquecimento, nos valeremos das acepções de NORA (1993), POLLAK (1992), ANSART (2001), e SARLO (2007).

<sup>48</sup> Dentre os trabalhos a que tive acesso e que, inspirados em Ângela de Castro Gomes, se dedicam à análise da escrita de si, destaco a dissertação de Débora Clasen de Paula (2008), que se vale da correspondência privada como fonte, não somente para reconstituir uma trajetória de vida, mas como uma via para revelar o cotidiano e o pensamento de um segmento social privilegiado na passagem do século xx, na cidade de Pelotas (RS).

<sup>49</sup> Cabe ressaltar que estas fontes estão inseridas no período ora proposto (1896-1920).

<sup>50</sup> Alguns trabalhos realizados sob o apoio da FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (1979), os de ALVES, in SOIHET (2000), e de HAHNER (1980; 1981) são os primeiros a revelar Leolinda em sua fase de feminista (e sufragista). Leolinda e o Partido Republicano Feminino aparecem citados no *Dicionário Mulheres do Brasil* de SCHUMAHER; BRAZIL (2001).

<sup>51</sup> Leolinda, ao escrever e narrar sobre si mesma nas duas primeiras décadas do século XX, nos permitiu conhecer outras possibilidades de experiências de vida entre as mulheres de seu tempo. A historiadora Natalie Davis (1997) vale-se da acepção *autodescoberta* para acompanhar a trajetória de três mulheres aparentemente comuns, cujas histórias desvelaram outras possibilidades de vida no século XVII.

tanto, adotamos também uma perspectiva micro-histórica<sup>52</sup> –, a fim de compreender a atuação de Leolinda junto aos movimentos de emancipação feminina.<sup>53</sup> Apesar de não termos optado por uma história das mulheres, compreendemos que as experiências e, conseqüentemente, as formas de registro da memória de Leolinda estão conectadas a sua condição e ao lugar que ocupava no contexto de transformações sociais e políticas das primeiras décadas do século XX.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> SOIHET (1997). A autora destaca duas vertentes sobre a atuação e luta das mulheres. Uma delas trata dos movimentos organizados e a conquista de direitos de cidadania e a outra, de manifestações informais que se apresentam sob diversas maneiras de intervenção e ação femininas.

<sup>53</sup> Em relação à fase em que lutou pela causa indígena, pretendemos confirmar a intimidação que Leolinda sofreu ao adentrar em um universo masculino, ao propor um programa de catequese leiga aos ‘selvicolas’ no norte de Goiás.

<sup>54</sup> Sobre as experiências da memória feminina, PERROT (2005) considera que há uma tripla operação: acumulação primitiva, rememoração e ordenamento do relato. Estas reflexões serão extremamente importantes para a análise que pretendemos fazer da obra que Leolinda publicou.



## 2 LEOLINDA E A VIAGEM AO ENCONTRO DE SI MESMA

“Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto. / Devagar o liberto, de medo que desfaça entre os dedos. / É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos, e tem a macieza quente do lodo vivo. / É um rio. / Corre-me nas mãos, agora molhadas. / Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem. / Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio. /... Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas da memória e o vulto subitamente anunciado do futuro.”<sup>55</sup>

A epígrafe que abre este capítulo integra o que o escritor português Saramago chamou de *Protopoema*.<sup>56</sup> Nele, um adulto resgata do *novelo emaranhado da memória* as lembranças de sua infância, passada na aldeia Azinhaga, junto ao rio Almonda. O rio em que tinha se banhado e em que havia navegado. É ele que ativa sua memória. Que evoca luz e calor, formas e cheiros, cores e sentidos. Nestas lembranças, o rio e a criança fazem parte da mesma natureza. Sendo um só.

Esta sugestiva reflexão de Saramago sobre memória(s) e que alude ao universo de referências revisitado por um adulto nos permite agregar a concepção de sentidos da lembrança proposta por Sarlo. “Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. [...] A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável [...] Poderíamos dizer que o passado se faz presente.”<sup>57</sup>

A expressão “lembranças da memória” empregada por José Saramago e evocada por Beatriz Sarlo nos parece apontar para um viés investigativo na reconstituição da trajetória de Leolinda. Trajetória de vida de uma mulher que, apesar de não ter produzido um diário – o que talvez nos oferecesse mais pistas em seus registros –, imprimiu em sua obra, concomitantemente, a prática de arquivo<sup>58</sup> e a experiência de mediadora.<sup>59</sup>

<sup>55</sup> SARAMAGO, 2006, p. 8.

<sup>56</sup> Saramago, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>57</sup> SARLO, 2007, p. 10.

<sup>58</sup> De acordo com Priscila Fraiz, no campo da arquivística moderna se considera que o arranjo de papéis privados leva em consideração seu caráter orgânico, perceptível pelo processo de acumulação, o que significa aplicar-lhes os mesmos princípios de proveniência e do respeito à ordem original de arquivos públicos. (FRAIZ, 1998, p. 3-7)

Em sua obra *Da catechese*, Leolinda realizou um exercício da rememoração, ao reunir os testemunhos que colheu durante a viagem que realizou – acompanhada pelo chefe Xerente capitão Sepé –, às aldeias do então norte de Goiás, região do Brasil central, com o objetivo de atuar como catequista leiga junto àquelas populações indígenas.

Nas páginas iniciais já se pode constatar que a massa documental é indissociável da sociedade que a produziu. Por essa razão, optamos pelo viés investigativo da micro-história.<sup>60</sup> Tal entendimento é fundamental para analisarmos o extenso material codificado (e, como frisamos, não aleatoriamente compilado) na obra de Leolinda.

Além disso, a micro-história permite que os documentos reunidos por Leolinda sejam lidos como uma narrativa específica, ainda que não tenham sido produzidos por ela. Cada documento reunido por Leolinda nos oferece um microuniverso de sua atuação. Embora sua fala [autoral], como indicamos na Introdução, apareça mais incisivamente na sua *Explicação necessaria* (p. xvii-xxvi) e na *Memoria* (p. 547-560), suas ideias e comportamentos são apontados no relato de cada um dos personagens que compõem a ampla rede.

Entendemos que o historiador, ao analisar um documento, tem o papel de desmontá-lo e de desconstruí-lo para analisar as condições de produção de um dado documento-monumento,<sup>61</sup> para, assim, compreendê-lo enquanto testemunho de um poder polivalente. Considera-se, aqui, a sociedade que o produziu e como produziu. Pode-se, então, considerá-lo em períodos sucessivos, até mesmo quando foi esquecido. Assim, somos remetidos a uma dimensão histórica que não se restringe aos indígenas catequizados ou à rede de personagens ilustres e comuns que apoiavam Leolinda, tanto no Rio de Janeiro, quanto nos sertões. Pode-se sugerir que este documento construído por dezenas de

---

<sup>59</sup> A proposição de Paula Montero sugere colocarmos o problema das relações entre índios e missionários no plano da análise das “configurações culturais”, ou seja, o plano se desloca da mudança cultural para o paradigma da *mediação cultural*. (MONTERO, 2006)

<sup>60</sup> LEVI (1992), ver nota 39. Para esse campo conceitual ver também GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279.

<sup>61</sup> Essa reflexão foi inspirada nas que propõe o medievalista Jacques Le Goff. Para ele o “documento” é “monumento” porque: “No limite não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. [...] porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem.” LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003. p. 538.

mãos, inclusive aquelas que a ridicularizavam, permite apreender a sociedade que o produziu, segundo as relações de força e poder que ali existiam.

No ‘*Album*’ – termo empregado por Leolinda – também encontramos abaixo-assinados, atestados, recorte de periódicos, cartas abertas ao público e também de seus filhos e amigos. Após seu retorno ao Rio de Janeiro, ela continuou o registro de sua atuação – através das entrevistas para jornais, enfim, de uma intensa movimentação pelas instituições e pelos congressos que debatiam sobre a proteção dos índios e o local que habitavam –, voltadas para a criação de uma associação de proteção dos ‘autóchtones’. Contudo, Leolinda defendia uma proteção associada à educação dos ‘selvicolas’, visando torná-los cidadãos da República.

## 2.1 INDÍCIOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE LEOLINDA: A REMEMORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE UMA CATEQUISTA LEIGA

A protagonista que ora apresentamos ao leitor – Leolinda de Figueiredo Daltro – possui uma trajetória marcante, por ter sido, a um só tempo, uma mulher arrojada e frágil; uma mãe dedicada aos seus filhos, que costumavam acompanhá-la nas suas experiências incomuns; uma mulher de muitos e influentes amigos – aos quais sempre expressou gratidão –, mas também de alguns inimigos, que chegaram a ameaçar sua própria existência.<sup>62</sup>

Foi esta sua condição tão singular que motivou inúmeras referências ao seu nome e ao seu projeto de catequese leiga nas colunas dos principais jornais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda nos anos finais do século XIX. Duas delas, em especial, nos chamaram a atenção, tendo sido publicadas em jornais fluminenses. No primeiro jornal, encontramos a matéria intitulada ‘Leolinda Daltro – Missionaria Brasileira’: “Com a queda da Bastilha, magestoso e lugubre edifício que ruio ante a liberdade da França, coincide o aniversario de D. Leolinda de Figueiredo Daltro, professora cathedratica do Districto

---

<sup>62</sup> Não se constituiu em proposta ou problemática desta tese a análise das “contendas” e/ou disputas entre Leolinda e alguns dos clérigos da ordem dos capuchinhos, frei Antonio de Ganges, ou do frei Gil Villanova, da ordem dos dominicanos, que continuavam a definir o tom da catequese religiosa entre algumas das populações indígenas nos Estados de Goyaz e do Pará, ainda no período pós-republicano. Por essa razão, indicamos aos leitores interessados, que consultem os trabalhos de ROCHA (2002), CORRÊA (2003), e GRIGÓRIO (2012).

Federal [...]”.<sup>63</sup> No segundo, encontramos a seguinte passagem: ‘D. Leolinda Daltro’: “A illustre missionaria dos indios d. Leolinda Daltro, que já em sua excursão aos sertões de Goyaz e Matto-Grosso patenteou, [...] uma abnegação sem igual nos annaes da historia, completa hoje mais um anniversario [...]”.<sup>64</sup>

O leitor da obra de Leolinda tomará contato com estas matérias jornalísticas elogiosas ao seu projeto – apresentado como uma missão civilizadora e patriótica – na primeira parte de sua obra – *Noticias e documentos*.

Nessa primeira parte, também encontramos algumas cartas de membros da sociedade regional, nas quais Leolinda chega, inclusive, a ser comparada à Joana d’Arc. Aqui, destacamos trechos de três cartas, nas quais é referido o apoio que recebeu ao seu ‘impetuoso’ empreendimento de educar os ‘selvagens’: “As Joanna d’Arc nascem de seculo em século, mas o Brasil ainda não tinha tido a sua. Avante, pois, D. Leolinda, [...]”<sup>65</sup> A segunda carta: “É extraordinario! É assombroso! Joanna d’Arc não foi mais arrojada, nem mais heroica! Viva o Brasil!” Ainda, a terceira: “O nome [de Leolinda] se immortalizará nas paginas da história patria, assim como o de Joanna d’Arc se immortalizou nas páginas da historia da grande patria de Victor Hugo.”<sup>66</sup>

Acreditamos que as comparações a Joana d’Arc se devem a um ponto em comum entre a heroína francesa e Leolinda: o seu patriotismo. No caso de Joana, sua missão era a de libertar os franceses da opressão do domínio dos ingleses, que já se estendia desde a época da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Traída pelo soberano da França, Joana foi morta na fogueira, por decisão da Inquisição. No caso de Leolinda, sua missão era a de catequizar os ‘selvicolas’, com o objetivo de transformá-los em cidadãos da República. Outra aproximação entre as duas protagonistas seria a abnegação e a coragem demonstradas ao perseguirem o que consideravam ser sua missão, levando-as a serem tidas, simultaneamente, como heroínas, por seus apoiadores, ou como o anticristo, por seus inimigos.

<sup>63</sup> *O Paiz*, 14/07/1902, In DALTRO, 1920, p. 371.

<sup>64</sup> *Correio da Manhã*, 14/07/1902, In DALTRO, 1920, p. 372.

<sup>65</sup> In DALTRO, 1920, p. 107. A carta é de um admirador, Dr. Martinho Palmeston, da cidade de Araguay, em Minas Gerais. Ao sair da capital, em 1896, em direção aos sertões, Leolinda faz um roteiro passando por São Paulo, Uberaba-MG e, logo após, por Araguay, dentre outras cidades, até chegar às aldeias do norte de Goyaz, atual Estado do Tocantins.

<sup>66</sup> A segunda é assinada por Lourenço Guedes da Silva (capitão e viajante comercial), de Araguay- MG (p. 112), e a terceira assinada por Francisco Lopes de Moraes (negociante), de Morrinhos-GO (p. 117).

A alcunha de anticristo aparece na obra *Da catechese*, dentre outras, cuja procedência, segundo Leolinda, é oriunda dos missionários, os quais não desejavam compartilhar sua seara religiosa com uma mulher, que pretendia a prática de um programa de catequese laica aos povos indígenas do norte Goiás. Em nenhum momento, pretendemos aqui considerar o discurso na obra de Leolinda “como verdade” e sim como representação e dimensão subjetiva construídas por ela, seus amigos, admiradores, apoiadores de sua causa, e até mesmo por seus desafetos, como finaliza sua *Explicação necessaria*:

O que fui, o que sonhara ser, o que tenho feito, deixo através destas paginas, affirmado pelo testemunho, até mesmo dos meus proprios inimigos. Não pudeste eu exhibir provas mais concretas e bastaria o odio delles para estereotypar a verdade do meu esforço. Pairando acima da calunnia – essa expiã que me seguiu pari-passu – se tive muita vez de enfrental-a e reprimil-a, é bem verdade tambem que o estímulo encontrei no desinteressado apoio de consciencias immaculadas. A esses a homenagem de minha eterna gratidão.<sup>67</sup>

Leolinda (ou D. Leolinda, como a imprensa referia-se a ela) constitui-se uma personagem instigante e plural.<sup>68</sup> Como já informado na Introdução, Leolinda era natural da Bahia, e migrou para a então capital do Império, o Rio de Janeiro, acompanhando seu segundo marido. De acordo com seu neto Othon de Castilho Daltro, seu segundo marido Appolonio de Castilho Daltro era funcionário da Fazenda da Província da Bahia, na capital Salvador, e foi transferido para o Rio de Janeiro. Ainda segundo suas informações, seu primeiro marido chamava-se Gustavo Pereira de Figueiredo e com ele Leolinda teve seus dois primeiros filhos, Alcina e Alfredo.<sup>69</sup> Como tantas outras mulheres da classe média do período, ela tinha formação católica e exercia o magistério. Sua chegada ao Rio se deu exatamente no momento de maior tensão da crise política da Monarquia, o que proporcionou a ela o contato com um novo cenário sociopolítico e com novos significados dados aos conceitos de nação e de cidadania divulgados pelos republicanos.

---

<sup>67</sup> DALTRO, 1920, p. xxvi. Agradeço a recomendação, feita pelo professor Mauro Dilmann (FURG), para que eu reiterasse ao longo do texto as representações produzidas por Leolinda e sobre ela, com o objetivo de relativizar a “imagem positiva, elogiosa e vitimizada de Leolinda.”

<sup>68</sup> Uma biografia extensa de Leolinda foi realizada por Elaine Pereira Rocha e apresentada como tese de doutoramento em História Social na USP (2002). De acordo com Rocha, Leolinda teria nascido na Bahia em c.1859 como mencionamos, e falecido no Rio de Janeiro, em 1935, em consequência de um atropelamento em uma das principais ruas da capital.

<sup>69</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em jun. 2011.

Imaginemos Leolinda, ainda no final do século XIX, como uma mulher que circula nas redações dos jornais das duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Consideram-se, aqui, os jornais como espaços de acesso e circulação da palavra que, em certa medida, modelavam a esfera pública. Pode-se inferir destas suas incursões, que Leolinda torna-se uma “mulher pública”,<sup>70</sup> em uma sociedade que estabeleceu o espaço público como prioritariamente ocupado por homens. A partir de entrevistas com Jean Lebrun, a historiadora Michelle Perrot nos fala sobre as “mulheres públicas”, propondo uma reflexão elucidativa sobre as formas de circulação da palavra pública feminina a partir do século XIX: “Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro, pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito”.<sup>71</sup> Essa ponderação nos permite propor um questionamento: Por que uma proposta laica de educação indígena, na virada do século XIX para o XX, movimentou intensamente a opinião pública?<sup>72</sup>

No livro *Da catechese* – na primeira parte – Leolinda não apenas registra atos de sua vida pública, mas, também, o amor dedicado aos seus cinco filhos – Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea – e aquele que eles sentiam por ela, “aos quaes julgo deixar a minha gloria symbolisada numa corôa de espinhos.” Pode-se indicar nessa linguagem, apresentada como *escrita de si*, o uso de uma linguagem com conotação religiosa cristã, em certa medida, advinda de sua formação católica e, tantas vezes, evocada pela autora e também por seus testemunhos, a saber, “no meu martirológio”, sacrifícios materiais, sofrimentos morais inigualáveis, “à causa santa que desinteressada e gratuitamente defendia”, “sagrada missão”, “mais uma vez traída”, “abnegação”, “obstinada luta em prol de um projeto humanitário”. Por outras vezes, a linguagem vitimizada e ao mesmo tempo elogiosa de sua trajetória, também a identifica como vítima de traições, ciladas, humilhações, enfrentando grandes perigos, ridicularizações, friezas, indiferenças, o que pode significar uma afirmação do eu perante as imposições da vida, das redes sociais que a envolviam e de si mesma.

---

<sup>70</sup> Eis a noção de mulher pública: “[...] existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras.” PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 10-11.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

<sup>72</sup> GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989, realizou um estudo pioneiro e elucidativo sobre o programa laico da professora Leolinda Daltro.

Leolinda inicia o livro com um pedido de perdão ao seu filho Alfredo, que a acompanhou em sua missão, após tentar sem êxito dissuadi-la. Ele era praticante nos Correios, em São Paulo, o que, certamente, foi um dos motivos para que Leolinda fizesse sua primeira parada nessa cidade. “Dentre todos os meus filhos que muito perderam e soffreram com a minha ausencia, o teu soffrimento por se ter prolongado até hoje, tem sido muito maior, [...] Soffreste e continuas a soffrer por me haveres acompanhado, como bom filho, e por teres tido a velleidade, como eu, de ser patriota e praticar o bem. Perdoa-me!” Alcina, sua primeira filha, dedica a ela uma poesia, por ocasião do seu aniversário em 14 de julho, publicada no *Jornal do Brasil*: “Minha adorada e santa mãe, [...] De vossa filha ditosa / Aceitae, por esta data, / A affeição mais pura e grata, / Oh! Doce mãe extremosa.”<sup>73</sup> Encontramos, também, cartas que lhe foram endereçadas por seus dois filhos menores, Oscar e Leobino. Numa delas, consegue-se dimensionar a saudade que sentiam da mãe:<sup>74</sup>

Minha querida Mamãe / Tenho tantas saudades da senhora! O Dr. Horace Lane nos anima muito [...] Diz elle que é um passeio que a senhora vai dar, [...] Penso que ele está nos enganando. Quando é que a senhora volta? Quantos dias de viagem? Escreva-nos assim que chegar na aldeia; como nós desejamos ir tambem, [...] Mas eu não me esqueço do Dr. Herculano e da família d'elle [...] da mulher d'elle, que até nos deitava no collo, como a senhora fazia.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> In DALTRO, 1920, p. 457.

<sup>74</sup> Eliane Fleck, em estudo sobre a cartografia da sensibilidade dos dois primeiros séculos do Brasil colonial, considera que “A dimensão do mundo sensível não se rege por leis, regras ou razões, mas pelos sentimentos e pelas emoções que se traduzem externamente e que se materializam em registros que permitem a apreensão dos seus significáveis, logo passíveis de serem resgatados pelo historiador.” (2006, p. 219)

<sup>75</sup> DALTRO, 1920, p. 101.



Ilustração 4 – Filhos de Leolinda - Oscar e Leobino - crianças e adultos.



Fonte: Daltro (1955).

Dr. Horace M. Lane,<sup>76</sup> citado por seus filhos, foi um dos maiores incentivadores e patrocinadores da sua ‘missão’ como catequista leiga. As informações que tinha sobre missionárias que atuavam junto a populações indígenas nos Estados Unidos, certamente, levaram-no a ser um grande incentivador da ‘missão’ de Leolinda. Médico e educador, Horace foi também diretor da Escola Americana e presidente do Mackenzie College, instituição em que os filhos de Leolinda permaneceram até seu retorno dos sertões. Inúmeras foram as críticas que Leolinda recebeu por ter transferido seus filhos do Colégio Universitário, do Rio de Janeiro, dirigido por Dr. Herculano de Lima, para um colégio ‘protestante’ [presbiteriano] e paulista.

Segundo outra informação de seu neto Othon Daltro, entre os principais motivos que a levaram a separar-se de seu segundo marido, estava o fato de que ao retornar ao Rio de Janeiro (em abril de 1897, após estar em Uberaba-MG), a fim de receber seus vencimentos, ela teria encontrado seus dois filhos menores, Oscar e Leobino, trabalhando

<sup>76</sup> De origem norte-americana, foi fundador e primeiro presidente do Mackenzie College. Sobre o tema do presbiterianismo nacional e da atuação de missionários(as), consultar MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. Sobre a história do Mackenzie enquanto uma instituição educacional ver MENDES, Marcel. *Tempos de transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2007.



em atividades do comércio, por ordem de seu pai Appolonio.<sup>77</sup> Acredita-se que esse incidente tenha levado Leolinda a tomar a decisão de transferi-los do colégio em que estudavam, no Rio, para o Mackenzie, em São Paulo, antes de sua viagem definitiva à Goiás. Também de acordo com seu neto Othon, os filhos de Leolinda, Leobino e Oscar, formaram-se no Mackenzie, nos cursos de Engenharia e Direito, respectivamente.

A carta de uma amiga ilustra bem o episódio que relatamos: “Acho que ainda uma vez você errou, arrancando seus filhinhos daqui para collocal-os entre estranhos em um collegio protestante!”<sup>78</sup> Sua filha mais nova, Aurea, provavelmente com três anos de idade, natural da cidade-capital, também aparece nas cartas. Ela ficaria aos cuidados de seu padrinho, o republicano histórico Quintino Bocaiúva, que empregou todos os recursos – incluindo a ameaça de não mais cuidar de sua filha Aurea – para fazer Leolinda desistir e retornar de Uberaba, em Minas Gerais, quando ela se dizia perseguida pelos ‘frades’ [dominicanos].

Ilustração 5 – Aurea, filha de Leolinda



Fonte: Daltro (1955).

<sup>77</sup> Entrevista à pesquisadora em jun. 2011.

<sup>78</sup> In DALTRO, 1920, p. 94. Assina sua amiga, que pelo teor da carta nos parece bem próxima à Leolinda. “Estou escrevendo lavada em lágrimas. Adeus!”, Magdalena de Noronha, maio 1897.

Numa das cartas que recebeu de amigas, temos uma ideia do imaginário existente sobre o ‘selvicola’ na sociedade fluminense do final do século XIX: “Você soube que aqui levaram no teatro uma peça em que você aparecia num ridículo medonho, vestida de pennas, dançando e falando asneiras com os índios? Mas o senador Quintino foi a policia e fez retirar a peça do cenário, suspendendo o espetáculo”.<sup>79</sup> Ela finaliza, informando que o jornal *O Paiz*<sup>80</sup> a defendeu, criticando tal ato ‘impatriotico’.

Nessas duas passagens chamam-nos a atenção as boas relações que Leolinda mantinha com um dos representantes da elite republicana, o que parece apontar para o apoio que deve ter recebido de uma ala dos republicanos para a implantação de um projeto de educação indígena laica no interior do Brasil, em consonância com o ideário positivista.<sup>81</sup> Apesar disso, sua ‘missão’ de catequista entre os índios de Goiás não recebeu qualquer apoio dos poderes públicos e não foi remunerada, tendo sido concedida somente uma licença – de um ano – pelo Conselho Municipal, “unico favor que apenas me foi possivel alcançar.”<sup>82</sup>

Considerando este contexto, parecem ficar evidentes as razões que a levaram a agradecer ao povo paulista e à ‘independente imprensa da paulicéa’, aos quais também

<sup>79</sup> In DALTRO, 1920. p. 95. É a mesma carta assinada por sua amiga Magdalena de Noronha, no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1897. Portanto às vésperas da partida definitiva de Leolinda para Goiás.

<sup>80</sup> Quintino Antônio Ferreira de Souza era tido como um jornalista polêmico. Conhecido como Quintino Bocaiúva [adotou este último nome talvez para evidenciar ascendência indígena] foi diretor de *O Paiz* no período em que Leolinda estava preparando sua viagem (1896-97) para os sertões.

<sup>81</sup> Sobre a fundação do Apostolado Positivista no Brasil, em 1881, ver GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república..* São Paulo: Hucitec, 1989. p. 169-206. Importante destacar que dentre as cartas selecionadas por Leolinda para integrar a primeira parte da obra está uma que o Mal. Cândido Rondon escreveu para ela. Sobre a política indigenista proposta pelos políticos republicanos positivistas ver CARNEIRO da CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Esta antropóloga considera que os positivistas, no início do século XX, advogaram uma política indigenista das mais respeitadas que o Brasil conheceu. Sua constatação confere com a de GAGLIARDI, para quem o Apostolado Positivista tornou pública a defesa dos povos indígenas, assim como os territórios que habitavam, ainda no final do século XIX, período em que os índios foram mortos por representarem um impedimento ao “progresso”, especialmente para os colonos imigrantes ou nacionais que pretendiam desenvolver a agricultura e/ou a pecuária, sem contar os “aventureiros”, que pretendiam ocupar e explorar as terras dos sertões. Aqui assinalamos a Lei de Terras (1850) como uma política imperial que gerou inúmeros conflitos “dentro e fora” das terras até então ocupadas por diversas etnias indígenas, incluindo os aldeamentos constituídos no período colonial.

<sup>82</sup> DALTRO, 1920, p. 404. No Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro [Serviço de Documentação Escrita] encontramos um requerimento de Leolinda dirigido ao prefeito municipal do Distrito Federal, solicitando licença por três meses com todos os vencimentos, a fim de seguir com urgência para Goiás com o capitão Sepé e montar escola de catequese para os Xerente. Não encontramos despacho favorável ou não ao seu pedido. Contudo, ela menciona que já havia requerido ao Conselho Municipal [de Instrução] dois anos de licença, para o qual ainda estava aguardando decisão. O requerimento ao prefeito data de 10 de agosto de 1896, o que aponta para sua firme decisão de viajar para Goiás em um prazo que podemos considerar exíguo, levando-se em conta que o grupo Xerente havia chegado à capital em início de julho do mesmo ano, acontecimento que ocupou toda a atenção da imprensa fluminense.

dedica seu livro, quando se dirige à redação do jornal *A Platéia*<sup>83</sup> “[...] venho manifestar a esta ilustrada redacção o meu sincero agradecimento, que peço, pela publicação destas linhas tornal-o extensivo ás demais redacções e á nobre sociedade da paulicéa.” Com estas palavras, Leolinda agradece àqueles que apoiavam seu projeto de forma material e moral, especialmente, aos beneméritos Dr. Horace Lane e Marie Renotte, como se pode constatar na dedicatória: “À memória dos amigos brasileiros e estrangeiros [...] interessados todos em amparar e encorajar a mulher que se atirára a uma missão arriscada, com o unico intuito de servir á Patria Brasileira.”<sup>84</sup>

No parágrafo inicial da carta dirigida *A Platéia*, encontramos bem delineado o seu propósito de atuar como “catechista leiga”<sup>85</sup> entre os índios Xerente, apesar de estar consciente de que educação escolar indígena – que era atribuição dos governos provinciais – vinha sendo confiada, desde a década de 1840, aos religiosos, especificamente aos capuchinhos, na Província de Goiás. Entre os indígenas Xerente – do atual Estado do Tocantins –, a catequese religiosa vinha sendo administrada pelo frei Antonio de Ganges<sup>86</sup>.

Aqui, consideramos importante situar Marie Renotte<sup>87</sup> na rede social de Leolinda. Nascida na Bélgica, a pedagoga e médica Marie transferiu-se definitivamente para o Brasil, escolhendo a cidade de São Paulo para morar. A imprensa paulistana noticiaria, em outubro de 1896, que Marie Renotte [também uma “mulher só”] apoiava publicamente a proposta de Leolinda de educar os índios em Goiás, assunto que já se tornara tão polêmico na capital federal. Provavelmente, a postura de Marie diante dos acontecimentos e sua campanha pela efetiva educação da mulher – divulgada na imprensa feminina paulistana<sup>88</sup> –, como a forma mais viável para alcançar sua emancipação, tenham corroborado para a firme decisão de Leolinda de prosseguir com sua missão. Talvez com Marie, Leolinda tenha aprendido a recorrer à imprensa quando se tratava de afirmar convicções e/ou defesas diante da opinião pública a respeito de um projeto no qual acreditava: que a

<sup>83</sup> Este periódico divulga uma ampla campanha, que inclui a arrecadação de donativos e provimentos para a ‘cruzada instructiva em pról dos chereus’ [Xerente]. *A Platéia*, out. 1896, In DALTRO, 1920, p. 89.

<sup>84</sup> DALTRO, 1920, p. ix. Percebe-se que na dedicatória à memória dos amigos somente são citados os que apoiaram Leolinda durante sua permanência na cidade de São Paulo.

<sup>85</sup> A antropóloga Mariza Corrêa (2003), afirma que Leolinda se autodenomina catequista leiga.

<sup>86</sup> O capuchinho italiano frei Antonio de Ganges, em meados do século XIX, encontrava-se no aldeamento Thereza Christina (Piabanha), à margem do Tocantins. Esse aldeamento tinha como finalidade a catequese dos índios Xerente concentrados nessa região.

<sup>87</sup> Marie Renotte foi a primeira mulher a ser admitida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1901. Ver mais em DE LUCA, Leonora; DE LUCA, João Bosco. Marie Renotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 10, n.2, p.703-725, maio-ago. 2003.

<sup>88</sup> A exemplo dos jornais *A Família* (1888) [este transferiu-se para a capital federal no ano seguinte]; e *A Mensageira* (1898), que circulavam na cidade de São Paulo.

educação era a principal via de acesso para a emancipação e a libertação de mulheres e índios.

Embora o projeto de educação indígena de Leolinda estivesse em consonância com o ideário positivista de educação laica, assim como a defesa dos direitos dos povos indígenas,<sup>89</sup> como já mencionamos, não compartilhamos da perspectiva de análise que considera o positivismo como fator preponderante na proposta de Leolinda (ROCHA, 2002).

Pode-se ampliar este ponto de vista ao levar em conta que a viagem de Leolinda ocorreu durante os quatro anos finais do século XIX, momento em que se tornaram mais acirrados os debates travados entre intelectuais e indianistas vinculados a diversos órgãos e instituições, em torno do cumprimento da legislação indigenista e da garantia de proteção aos índios em todo o território nacional. Dentre estes intelectuais, destacamos Horta Barbosa, ligado ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (órgão idealizado pelos positivistas); Sousa Pitanga, que publicou artigo em defesa jurídica da delimitação e reconhecimento do território ocupado pelos índios, na Revista do IHGB<sup>90</sup> (1901); e, ainda, a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, inaugurada em 1901, que contava com Couto de Magalhães e Hermann von Ihering entre seus membros (GAGLIARDI, 1989). Cabe lembrar que essas discussões em torno de uma política indigenista irão resultar na criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas somente em 1910.

Como se pode constatar, a rede social que Leolinda constituiu não se restringiu aos adeptos do positivismo e/ou do regime republicano, pois envolveu pessoas de uma rede social heterogênea, em se tratando de ideais, concepções e atuações na esfera pública. É muito provável que a decepção que Leolinda teve, após a luta de quase uma década pela causa indígena (1900-1910) e ao não ver atendidas as expectativas de garantir aos “seus índios” o direito de se tornarem cidadãos da República, tenha direcionado sua atenção e energias para outra causa, como a luta pela emancipação da mulher e por seu direito à cidadania.

---

<sup>89</sup> Todas as constituições a partir do regime republicano, ressalvada a Constituição de 1891 reconheceram aos índios o direito às terras por eles habitadas. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/constituicoes-anteriores>. Acesso em: 10 jun. 2012.

<sup>90</sup> Nas décadas subsequentes à independência (1822), a exigência de representarmos simbolicamente nossa singularidade ante a ex-metrópole e os outros países do contexto internacional teria estimulado a formação do IHGB e motivado vários intelectuais a se preocuparem em atribuir características próprias ao país e a sua população. Consultar BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. *In*: \_\_\_\_\_; NAXARA, Márcia (Orgs.), 2001, p. 403-429.

Para a reconstituição da trajetória de Leolinda e para a compreensão do seu projeto de catequese leiga, consideramos importante destacar, também, as inovações que ela introduziu em sua prática como professora, atestadas na inclusão de conteúdos que proporcionassem as bases de uma profissão e na participação de seus alunos em exposições e festas nacionais que, certamente, tornaram possível o contato mais próximo com personalidades que se encontravam no exercício do poder ainda no final do período imperial.

A sua ‘fé de officio’ – expressão empregada pela própria Leolinda – a levou a atuar como voluntária e a ensinar – gratuitamente – a alunas trabalhadoras, que tinham a sua formação restringida a um curso noturno. Acreditamos que a maior motivação para este voluntariado esteja associada ao altruísmo e à abnegação que revestiam seu patriotismo, uma postura bastante distinta daquela que se caracterizava pelo “indiferentismo”, sobretudo, em relação ao destino dos povos indígenas, como anunciavam os articulistas nos jornais.<sup>91</sup>

Por sua condição de catequista leiga, Leolinda dará início a sua viagem sem o apoio do Estado ou da Igreja,<sup>92</sup> assumindo a função de missionária independente: “Na Capital Federal [...] o governo, a imprensa, todos enfim, acharam grandioso o meu gesto, depois, tudo me fôra negado, não tendo eu conseguido, sequer, o auxilio official que me foi promettido e que me deveria ser dado.”<sup>93</sup> Ela esclarece, ainda, que foi forçada a retornar ao Rio, a fim de receber os vencimentos atrasados de alguns meses, aos quais tinha direito como professora licenciada, para então prosseguir sua viagem definitivamente. Sabe-se que, encontrando-se ainda em Uberaba, Leolinda recebeu uma carta, junto à qual havia um telegrama de seu compadre Quintino Bocaiúva, que dizia: “De Goyaz volte. Conselho [Municipal de Instrução] não prorroga licença”.<sup>94</sup> A viagem prosseguiu, portanto, sem que Leolinda pudesse contar também com os salários de professora. É sobre a viagem rumo a Goiás que falaremos no próximo tópico.

---

<sup>91</sup> Lembremos que este período – da passagem do século XIX para o XX – se caracteriza pelas lutas e conflitos entre o “velho” e o “moderno”. A sociedade carioca passava por uma crise habitacional, agravada com a reurbanização e o crescimento demográfico. Buscava-se configurar uma nova brasilidade na perspectiva de integrar as tradições nacionais (OLIVEIRA, 2010).

<sup>92</sup> Ver mais em BEOZZO, José O. A Igreja frente aos Estados liberais: 1880-1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 177-222. O autor faz uma análise do papel da Igreja frente ao Estado liberal (1880-1930) e considera a batalha pelo ensino católico contra o caráter laicista da escola pública como um dos componentes no conjunto das transformações econômicas e de conflitos políticos, sociais e religiosos do período.

<sup>93</sup> DALTRO, 1920, p. 90.

<sup>94</sup> In DALTRO, 1920, p. 106. As cartas são respectivamente dos meses de abril e maio de 1897 e indicam que Leolinda saiu de Uberaba-MG em direção aos sertões.

## 2.2 - O OLHAR VIAJANTE EM BUSCA DO DESCONHECIDO: OS INDÍGENAS DO VALE ENTRE O ARAGUAIA E O TOCANTINS E A DUPLA VIAGEM DE LEOLINDA

Nesse tópico, apresentamos dois mapas do itinerário da viagem de Leolinda ao vale do então norte de Goyaz. Neste trajeto, os perigos naturais que enfrentou, tanto no percurso fluvial através das águas do Araguaia,<sup>95</sup> quanto na passagem que se denomina *Tauiri*<sup>96</sup>, no rio Tocantins, foram, provavelmente, em muito suplantados pelas inúmeras ameaças a sua própria vida, provocadas pela intolerância de alguns missionários das ordens dos capuchinhos e dos dominicanos, aqueles instalados na região desde os meados do século XIX.

Acreditamos que foi este estranhamento com os missionários já instalados na região – que temiam dividir a catequese nos aldeamentos indígenas com uma catequista leiga –, que permitiu que o reverendo William Cook se juntasse a sua comitiva e a acompanhasse a partir de Leopoldina. Desceram junto o rio Araguaia, passaram pelo presídio de Santa Maria e aí visitaram muitas aldeias dos Karajá, seguindo, depois, até uma das aldeias dos Xerente à margem do rio Tocantins.

Em carta endereçada à Leolinda, do dia 15 de agosto de 1900, na forma de atestado,<sup>97</sup> o reverendo Cook aponta os motivos pelos quais Leolinda não poderia levar avante sua missão de estabelecer uma escola nas aldeias dos Xerente. Dentre os motivos, ele destaca a falta de recursos, o que a obrigava a costurar e a fazer ramalhetes de flores de

<sup>95</sup> Uma narrativa de Leônidas Duarte, aponta o “Fecho dos Martírios” como um dos pontos mais arriscados no rio Araguaia, lugar onde o viajante deve desviar a embarcação do rebojo [redemoinho] formado pelo choque das águas de encontro às grandes muralhas de pedras ali existentes. O mesmo autor registra, por ocasião de sua passagem pelo rio, a inscrição numa laje feita por Couto de Magalhães, em língua tupi, cuja tradução ele fez: “Sob os auspícios do Sr. D. Pedro II passou um vapor da bacia do Prata para a do Tocantins trazendo a civilização e o comércio aos esplêndidos sertões do Araguaia, com mais de 20 tabas de selvagens, no ano de 1868.” In CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 242-243.

<sup>96</sup> Seguindo as informações de CARVALHO (2011), *Tau iri* ou *hiri* é uma designação dos autóctones às extensões do Tocantins em que este rio divide-se em muitos canais, criando um labirinto entre ilhas e pedr ais, designação que também se associa a uma ideia de perigo ou dificuldade, i.e., muitos caminhos de difícil escolha. p.255-258. Certamente, esta é a justificativa para que Carlota se refira ao piloto [barqueiro] do Tocantins como mais que um benemérito, é “uma encarnação da Providência.” p. 264. Ainda sobre a navegação dos referidos rios consultar: DOLES, Dalisia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

<sup>97</sup> A carta foi emitida na mesma data em que foi reconhecida por tabelião em cartório, na Cidade de Goiás. Nessa data Leolinda provavelmente já havia regressado dos sertões e se encontrava nesta cidade. No ‘album’ a maioria dos atestados emitidos por pessoas da região sobre sua idoneidade moral consta a mesma data, 15 de agosto de 1900.

papel para vender, para, assim, poder se sustentar. Contudo, como principais entraves para a execução de seu projeto estavam frei Ganges e seus adeptos, os quais tentavam por todos os meios expulsá-la do “seu reino”.<sup>98</sup> Segundo o reverendo Cook – que deixará evidente sua posição – os Xerente se encontravam espalhados por toda a parte, em uma condição social e moral pior do que antes<sup>99</sup> de terem tido “a felicidade” de conhecer os “virtuosos” freis.<sup>100</sup>

---

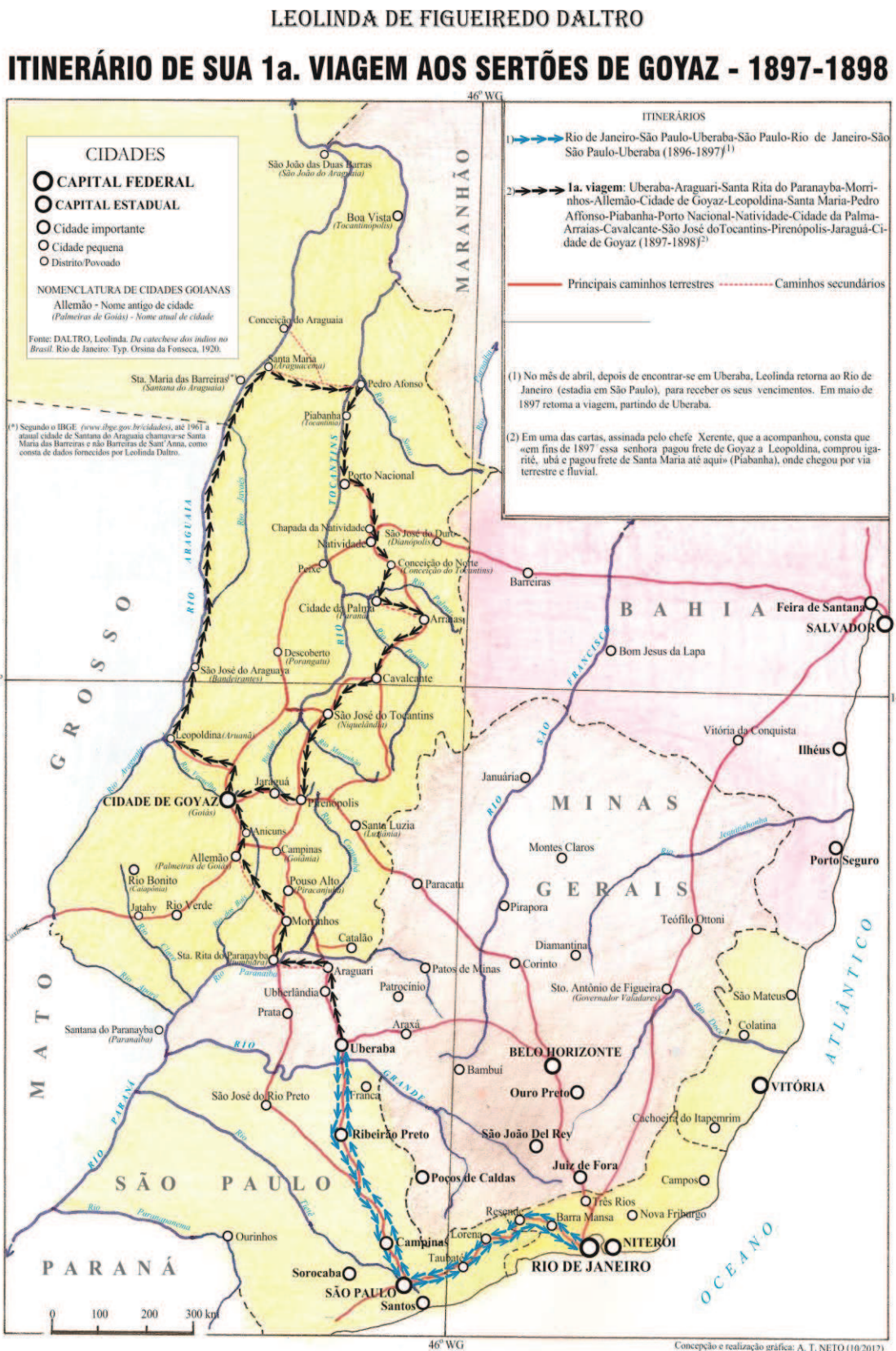
<sup>98</sup> In DALTRO, 1920, p. 317-319

<sup>99</sup> Sabe-se que o reverendo Cook encontrou-se com Leolinda em Leopoldina (nov. 1897), como mencionado. No entanto, não podemos afirmar se sua experiência com os povos indígenas inicia-se em Goiás, a partir do encontro com Leolinda, ou se ele já atuava como missionário nessa ou até em outras regiões brasileiras.

<sup>100</sup> Provavelmente quando coloca no plural “frades” está se referindo ao frei Gil Villanova, da ordem dos dominicanos, que atuou no norte de Goiás e na cidade de Conceição do Araguaia, na fronteira de Goiás com o Pará. Leolinda, na *Explicação necessaria* faz referência de que também encontrou forte oposição deste frei.



Ilustração 6 – Mapa do itinerário da primeira viagem de Leolinda Daltro



Fonte: DALTRO. (1920)



A primeira parte de seu itinerário é terrestre, como se observa no Mapa, iniciando-se no Rio de Janeiro, passando por São Paulo e pelas cidades de Uberaba e Araguari, no Estado de Minas Gerais, realizado de trem, pela Estrada de Ferro Central do Brasil. A partir desse ponto, seguiu o caminho que era feito pelas tropas e pelos Correios – certamente, em lombo de cavalo ou de mula ou a pé, como eram feitos os deslocamentos dos indígenas, diante da inviabilidade da primeira alternativa – até a Cidade de Goiás. Daí, o trajeto continuava por via terrestre<sup>101</sup> até o porto de Leopoldina. A partir de Leopoldina, os viajantes costumavam descer o Araguaia até as cidades de Santa Maria e Conceição do Araguaia, esta já no Estado do Pará, trajeto que, muito provavelmente, foi o da segunda viagem de Leolinda.

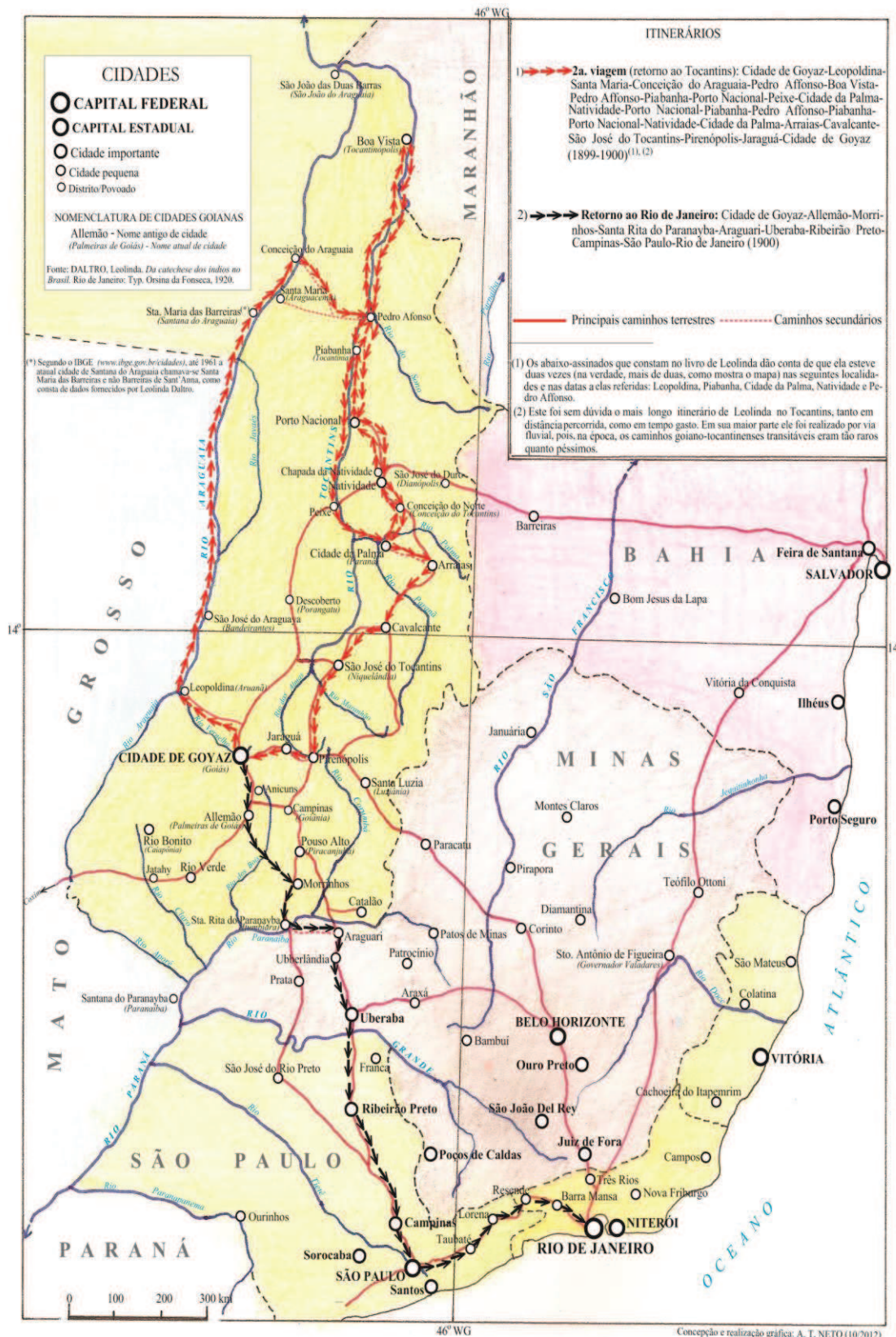
---

<sup>101</sup> Em consulta feita ao professor Neto, quanto às razões para que o trajeto não fosse feito através do Rio Vermelho, da cidade de Goiás até Leopoldina, ele respondeu-me que o rio Vermelho é um rio raso e, portanto, de difícil navegação até mesmo para pequenas embarcações. Por isso, a viagem por terra era mais segura e rápida. O professor Neto também nos informou quais eram os itinerários (terrestre e fluvial) mais utilizados e também quais eram os secundários, no período em que Leolinda fez sua viagem à Goiás.

Ilustração 7 – Mapa do itinerário da segunda viagem de Leolinda Daltro

LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO

ITINERÁRIO DE SUA 2a. VIAGEM AOS SERTÕES DE GOYAZ - 1899-1900



Fonte: DALTRO (1920)

Por este itinerário – o da segunda viagem – como se pode ver no mapa, somente recorrendo a caminhos secundários, se pode atravessar o sertão do Araguaia ao Tocantins até a cidade de Pedro Affonso. De Pedro Affonso chegava-se a outras cidades através do rio Tocantins – casos de Boa Vista, atual Tocantinópolis; Piabanha, atual Tocantínia, terra dos Xerente; Porto Nacional; Peixe; Palma (hoje Paranã). De Porto Nacional chegava-se à cidade de Goiás, ponto de partida da viagem, passando por Natividade, Conceição do Norte, Palma, Arraias, Cavalcante, São José do Tocantins, Pirenópolis e Jaraguá.

Na primeira viagem, Leolinda partiu da cidade de Goiás no mês de novembro de 1897, em direção às aldeias do povo Xerente, onde permaneceu pelo breve período de um ano, o que fica atestado em cartas dos meses de outubro e novembro de 1898, nas quais relata seu regresso. Nelas, Leolinda conta que foi forçada a sair em fuga “para escapar aos assassinos a soldo do frei Antonio [de Ganges]”, então diretor<sup>102</sup> dos índios Xerente, em Piabanha.<sup>103</sup> Por isso, passa a utilizar os caminhos alternativos, inclusive andando a pé pela mata, trocando de nome e até separando-se de seus companheiros da missão de catequese, na tentativa de garantir sua própria sobrevivência.

Em uma das cartas reunidas no ‘album’, encontramos menção à viagem que Leolinda faz às aldeias dos índios Krahô, na região do Muquém, com a intenção de reuni-los com os Xerente – em lugar já por ela escolhido – e, com o apoio do governo de Goiás, abrir uma oficina de ferreiro e uma escola.<sup>104</sup>

[...] moça ainda, bonita a valer, [...] se atreve a atravessar estes inospitos sertões, semi-núa, pois que, o vestido de brim grosso que mal lhe cobre o corpo, já está em farrapos, pés inchados e sangrados pelas pedras do caminho mas vestida em farrapos, [...] e uma caixa inseparável, onde leva os apetrechos para fazer flores nos povoados por onde passa. [...]

<sup>102</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 165-173. A autora expressa que o Regulamento das Missões, “a única lei geral sobre índio do século XIX, é, com modificações, a proposta de José Bonifácio que se vê reeditada: os missionários não teriam o governo das aldeias, atribuído aos diretores. [...] é apenas o juiz de órfãos que deve zelar pelos índios, enquanto o diretor da aldeia lhes serve de procurador.” Entretanto, parece que na Província de Goiás as normas do Regulamento das Missões não se concretizavam na história de contato de freis capuchinhos com os povos indígenas. Especialmente a postura de Ganges, que tentava afastar “de suas ovelhas” qualquer “intruso/a” que procurasse colocar em prática uma iniciativa de catequese laica.

<sup>103</sup> DALTRO, 1920, p. 366.

<sup>104</sup> Desenvolvemos, no final da década de 1990, um projeto através da ONG Esamacito na Aldeia Pedra Branca, no município de Itacajá, em parceria com a Universidade do Tocantins – Unitins e a Embaixada Britânica, em que nos foi solicitada a instalação de uma escola e de uma oficina de ferreiro. As mulheres da aldeia pediram duas máquinas de costura em local adequado para esse trabalho. Fizemos referência às reivindicações no sentido de demonstrar a sua continuidade no presente.

Perguntando-lhe se não estava arrependida, respondeu-me que sim, mas, somente pelas saudades que tinha de seus filhinhos.<sup>105</sup>

Na segunda viagem,<sup>106</sup> Leolinda saiu do porto de Leopoldina, no rio Araguaia, no mês de março de 1899, com a firme intenção de recolher assinaturas e testemunhos junto à sociedade regional – na forma de abaixo-assinados e atestados –, muitos dos quais foram registrados em cartório, a fim de comprovar sua idoneidade moral durante a viagem que realizou com o propósito de oferecer educação e instrução aos indígenas<sup>107</sup> e de “angariar os meios de cultivarem essas gigantescas e férteis regiões, que incessantemente pedem cérebros preparados e mãos possantes que as explorem”.<sup>108</sup>

O leitor deve estar se perguntando como Leolinda conseguiu recursos materiais para concretizar sua segunda viagem<sup>109</sup> e, afinal, cumprir seu intento? A confirmação nos chegou através de uma valiosa fonte documental.<sup>110</sup> Trata-se de ofício do Presidente do Estado ao Secretário de Finanças, que deveria entregar à Leolinda, representada por seu então procurador, João Baptista Xavier Serradourada,<sup>111</sup> a quantia de 750\$000, valor restante da de 3:000\$000, que lhe foi concedida pela lei n. 151, de 31 de Julho de 1897. Pode-se constatar, aqui, o poder público regional como uma rede de influências em suas

<sup>105</sup> In DALTRO, 1920, p. 239-240. O testemunho é de Francisco Coelho Guimarães, assinado em novembro de 1898, em resposta à carta do Dr. Lopes Filho, que lhe havia recomendado apoio à Leolinda. Abrimos um espaço para dizer que nessa carta consta uma referência de que Leolinda fazia-se acompanhar “por um pretinho, seu ex-escravo”. No entanto, ROCHA (2002), fundamentada em provas documentais, argumenta que o “pretinho”, Ezequiel Joaquim Pereira, serviu na Guerra contra o Paraguai, acompanhando Leolinda desde a Bahia. Em conversa com seu neto Othon Daltro ele nos confirmou as pesquisas da referida historiadora e como ela havia também mencionado, a família de Othon o conhece por “Pereira”. Vale ressaltar, que encontramos em seu ‘album’ outras correspondências entre a população regional ou “sertanejos”, o que demonstra que Leolinda as preservou certamente como prova testemunhal de sua missão.

<sup>106</sup> Leolinda faz sua segunda viagem possivelmente após ter sido informada do estado de saúde ou da morte do frei A. Ganges, em 24 mar. 1899, de acordo com MAGALHÃES (1927) e VIANNA (1927), mês em que sai para sua 2ª viagem de Leopoldina-GO.

<sup>107</sup> Hélio Silva, responsável pela Revista *A Informação Goyana*, relata que Leolinda somente teve uma antecessora, Damiana da Cunha – “a rainha dos Cayapós” – também conhecida como “a mulher Apostolo”, que nas décadas iniciais do século XIX prestou trabalhos de catequese em suas “aventuras evangelisadoras”. (1921, p. 79-80)

<sup>108</sup> DALTRO, 1920, p. 405. Apesar dos infortúnios vividos por Leolinda em sua dupla viagem, certamente ela encantou-se com a natureza aprazível do norte de Goiás e com a riqueza de sua flora, com destaque para o ipê, o jatobá, e também para suas típicas palmeiras, tais como o Buriti, a Bacaba, a Mangaba e o Babaçu. Esta última tem, na atualidade, um maior aproveitamento econômico, o que proporcionou a organização do movimento, de repercussão internacional, das mulheres quebradeiras de coco na região conhecida por “bico do papagaio”, no extremo norte do Tocantins.

<sup>109</sup> Colocamos em destaque, porque o *Semmanario Oficial* indica somente recursos para a 2ª viagem de Leolinda, que é realizada, como mostra o Mapa, no período de 1899-1900.

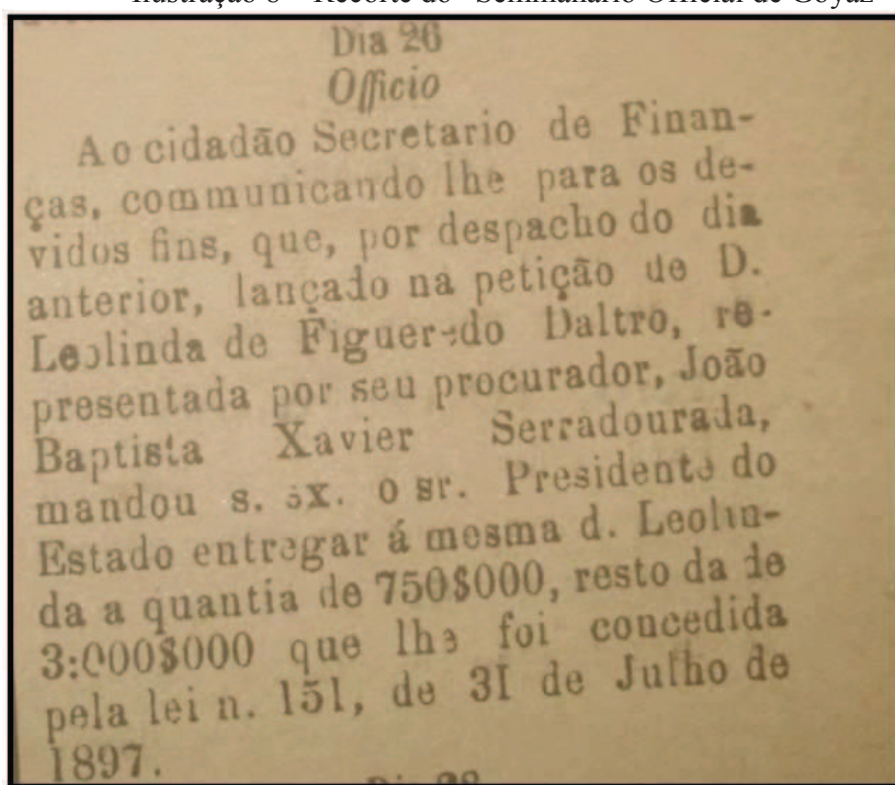
<sup>110</sup> *Semmanario Oficial* de Goyaz. Actos do Governo. Goyaz, 15 fev., 1900. Acervo da FECIGO.

<sup>111</sup> Serradourada já foi aqui mencionado como um dos três defensores de Leolinda. Intendente da Cidade de Goyaz, na ocasião da 1ª viagem de Leolinda. Consta em *Da catechese* as suas cartas de recomendação à Leolinda enviadas às autoridades e amigos da região. Acrescentamos que até o momento não localizamos a lei citada no *Semmanario*.



relações sociais, a partir de duas dezenas de atestados recolhidos entre as autoridades políticas civis e militares, e que comprovam sua dupla viagem em prol de humanitária missão, a exemplo do Desembargador Coriolano Augusto de Loyola, membro do Tribunal de Justiça de Goiás. Além destes, localizamos dezenas de outros testemunhos que atestam seu humanitário projeto de catequizar os índios, com grande sacrifício, enfrentando perigos naturais e até risco de vida. Infelizmente, na maioria deles não encontramos os motivos que levaram Leolinda a, naquele momento, não dar continuidade ao seu projeto de civilização. Quando os atestados fazem referência aos obstáculos que Leolinda encontrou, informam apenas: “por motivos superiores a sua vontade.”

Ilustração 8 – Recorte do “Semmanario Official de Goyaz”



Fonte: Semmanario...(1900).

Em sua extensa e arrojada travessia pelos ínvios caminhos dos sertões do norte de Goiás, Leolinda colheu e inseriu em seu álbum – amigo inseparável –, o testemunho de viajantes, comerciantes, tropeiros, enfim, de homens e mulheres comuns com os quais teve a oportunidade de compartilhar experiências. Mas ela também buscou apoio junto ao poder público e de pessoas com poder de mando na região, incluindo as famílias de coronéis, juízes e desembargadores. Isto, provavelmente, se deveu a, no mínimo, quatro razões. A primeira, como acima exposto, para assegurar os recursos para sua ‘missão’. Lembremos que em sua primeira viagem, e alguns dos testemunhos reunidos no álbum confirmam isto,

ela foi encontrada vestida em “farrapos”, e em péssimas condições físicas. A segunda se deveu, muito possivelmente, à consciência de que ao se aproximar daqueles setores, que juridicamente representavam a lei, eles poderiam conferir legitimidade – através dos atestados de idoneidade moral – ao seu propósito de catequizar os ‘selvicolas’ da região. A terceira razão tem relação com o que já foi assinalado em relação à primeira viagem, quando Leolinda precisou comprar um barco e, certamente, teve que pagar barqueiros acostumados a navegar pelas águas não tão tranquilas do Araguaia e do Tocantins (cf. notas 95-96). Já a última razão implica reconhecermos que os contatos interétnicos não ocorrem sem troca, o que nos leva supor que ela se deparou com esta prática nas aldeias por onde passou e com os grupos étnicos com os quais pôde conviver, levando-a a demandar não apenas a proteção das famílias mais influentes, mas, também, recursos para se inserir nas práticas correntes nestas comunidades indígenas.

Um articulista do *Jornal do Commercio* comenta que verificou 372 *Atestados*<sup>112</sup> do trabalho de catequese que Leolinda desenvolveu junto às diversas ‘tribus’ de Goiás emitidos por moradores e autoridades de diversas localidades no norte da região, e que foram levados por ela mesma à redação. Foi a partir da análise destes atestados, que não foram valorizados adequadamente por Corrêa (2003),<sup>113</sup> que pudemos reconstituir o itinerário das viagens que Leolinda fez pelos sertões, confirmando, especialmente, a realização de *sua dupla viagem*, a partir da cidade de Goiás, que, conforme os mapas, foi o seu ponto de partida e de chegada.

Uma das inquietações que nos propomos a responder nesse capítulo diz respeito ao que Leolinda teria sabido ou lido sobre os ‘selvicolas’. Contudo, as fontes somente nos indicam algumas possibilidades. Além disso, tivemos apenas acesso parcial ao acervo de sua família,<sup>114</sup> o que nos impediu de ter informações sobre as obras literárias que leu e possuiu. Considerando as duas fontes principais de investigação, a saber, suas obras *Da catechese...* e *Início do Feminismo no Brasil*, encontramos na primeira a seguinte menção:

---

<sup>112</sup> In DALTRO, 1920, p. 347. Entendemos que entre este número também estavam os testemunhos registrados ao longo de seu álbum, além de outros documentos comprobatórios, como cartas e abaixo-assinados.

<sup>113</sup> A partir da informação do articulista, CORRÊA (2003) refere-se, em tom irônico, sobre a existência do que lhe parece um exagerado número de atestados. Confirmamos que ao final da primeira parte *Da catechese* Leolinda anexou dezenas de atestados, sendo que, dentre estes, vinte testemunhas atestam sobre sua *dupla viagem*.

<sup>114</sup> Quando nos referimos ao acesso parcial ao acervo da família, queremos dizer que por ocasião da entrevista com o Sr. Othon de Castilho Daltro (que veio a falecer em 2013), na cidade do Rio de Janeiro, tivemos contato apenas com o que nos foi oferecido por seu filho Othon Alves Daltro e pelos filhos de sua irmã Lêda Daltro Bosisio (falecida em 2008).

“À memória do ilustre Gen. Couto de Magalhães - Autor do livro *O Selvagem* [...] revelou, no seu precioso livro, os seus sentimentos de justiça para com esses compatriotas, até então esquecidos, abandonados, fóra da civilização.”<sup>115</sup> Já na segunda obra, encontramos novamente menção à obra de Couto de Magalhães: “[...] a leitura que fizera do excelente livro “*O Selvagem*” [...] quando delineei as razões de meus ideais de civilização indígena. [...]”<sup>116</sup>

Na obra *Da catechese* encontramos referências a Couto de Magalhães registradas na ‘Memoria’ que Leolinda apresenta à Comissão de Etnografia, por ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na cidade do Rio de Janeiro (7-16/9/1909), e publicada em 1911, nos *Annaes* do Congresso. A ‘Memoria’, cabe ressaltar, é um relato minucioso do resultado de sua experiência de catequese dos índios dos sertões de Goiás e Mato Grosso,<sup>117</sup> e será tratada no segundo capítulo. Quanto à possível influência que a leitura de *O Selvagem*<sup>118</sup> exerceu em seu programa de catequese, esta pode ser constatada na proposta do aproveitamento das terras e dos braços indígenas, aproximando-o também de um projeto de caráter protecionista e/ou assimilacionista, que se consolidaria com a criação do SPI.

Outro ponto importante a considerar refere-se à temporalidade, pois Couto de Magalhães escreve a obra *O Selvagem* em 1876, a pedido de D. Pedro II, com o fim de ser apresentada na Biblioteca Americana, durante a Exposição Universal de Filadélfia. Do acesso a esta informação, surgiram algumas indagações: Leolinda já havia lido a obra quando partiu com o grupo Xerente para Goiás? Ou tomou conhecimento dela após seu retorno, lendo-a para a apresentação no Congresso Brasileiro de Geografia? Infelizmente, não conseguimos informações suficientes para responder a estes questionamentos. Restou-

---

<sup>115</sup> DALTRO, 1920, p. ix.

<sup>116</sup> DALTRO, Leolinda. *Início do Feminismo no Brasil*: subsidios para a Historia. Parte 1. Rio de Janeiro, 1918. p. 9. Sobre esta afirmação de Leolinda trataremos no terceiro capítulo, considerando a proposição da “escrita de si” e da publicação da referida obra.

<sup>117</sup> Não mencionamos em nossa análise o Estado de Mato Grosso, porque até o momento consideramos o seu itinerário até os sertões do norte de Goiás, cfe. demonstrado no mapa. Vale dizer que o rio Araguaia divide os Estados de TO-PA, TO-MT e GO-MT. Talvez fosse essa a razão de Leolinda mencionar que percorreu os sertões de Mato Grosso.

<sup>118</sup> Para saber mais sobre Couto de Magalhães, que na década de 1860 foi aceito como sócio do IHGB, nomeado presidente das Províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, e seu projeto de incorporar os índios à sociedade brasileira consultar: MAIA, João E. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-23, jul./dez. 2007. Ver também: TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 781-803, jul./dez. 2012.

nos, somente, a possibilidade de conjecturar quanto às possíveis apropriações que Leolinda fez da obra.

Todo o esforço de reconstituição e, sobretudo, de comprovação de sua *dupla viagem* parece-nos elucidar seu projeto, que previa seu regresso para fundar escolas e, até mesmo, demarcar uma área que pudesse reunir algumas etnias, a saber, Xerente, Xavante, Krahô, Kaiapó, Karajá, Xambioá,<sup>119</sup> Tapirapé, dentre outras, para ver concretizado um de seus ideais – uma república indígena. Por outro lado, supõe-se que “as ciladas de inimigos implacáveis”, tão mencionadas na primeira parte de seu livro, e, também, na *Explicação necessária*, certamente, se confirmam aos olhos do leitor mais atento às oscilações/às omissões em sua narrativa. Especialmente, se levarmos em conta que há nela a ausência e/ou o silêncio em relação aos desafios e aos perigos “naturais” que ofereciam as terras e as águas daqueles sertões nos anos finais do século XIX. Aspecto que, inclusive, já referimos ao destacar a utilização recorrente que ela faz da expressão “por motivos superiores a sua vontade”.

Tanto a partida de Leolinda, quanto o retorno da viagem serão divulgados nos periódicos do Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio* (13/12/1900) publica: “A excursionista acaba de chegar, e sentimos não poder dar com toda a minuciosidade a narração que nos fez de sua temeraria empreza”. Também *O Dia* (25/05/1901) apresenta uma matéria com uma chamada, no mínimo, inusitada – “Em busca do desconhecido” –, e anuncia que “iniciará brevemente a publicação da aventureira viagem da brasileira D. Leolinda Daltro, no cumprimento espontaneo de uma missão heroica e abnegada nestes tempos de indiferença tão egoista que chega às vezes a parecer criminosa.”<sup>120</sup>

Entendemos que o articulista refere-se à indiferença, não só da maioria dos leitores citadinos de jornais fluminenses, mas da “elite brasileira”,<sup>121</sup> ao mesmo tempo em que

<sup>119</sup> Em episódio entre os capuchinhos e a etnia Xambioá, no então norte de Goiás, na década de 1870, o antropólogo Odair Giralдин (2002), trata do incidente ocorrido entre o povo Karajá-Xambioá e o frei capuchinho Savino de Rimini, designado para dirigir o aldeamento deste povo, por um suposto roubo de sal da Empresa de Navegação do Araguaia e Tocantins. O resultado foi a morte de aproximadamente trinta Xambioá e várias pessoas feridas. Segundo Giralдин, na imprensa, a Revista *Semana Ilustrada* (n. 239) concedeu uma certa repercussão sobre o episódio. In: Catequese e civilização. Os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. Belém, *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi*, sér. Ant. 18(2), p.1-16, 2002.

<sup>120</sup> In DALTRO, 1920, p. 347; 361.

<sup>121</sup> Sobre a oscilação da cultura brasileira entre o arcaico e o moderno, especialmente no período de 1889-1914, o historiador SALIBA assinala que, se na visão ufanista as diferenças foram apagadas e os conflitos diluídos, na visão crítica das obras de autores como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto e João do Rio elas acentuam os contrastes e ressaltam “o caráter excludente, hipócrita e oligárquico da República” e denunciam “a profunda indiferença das elites em relação às populações pobres e marginalizadas do país.” SALIBA, Elias Thomé. *Cultura: as apostas na República*. In: SCHWARCZ, Lília



avulta a disposição e a coragem de Leolinda – “[mulher] do proselitismo esclarecido” – disposta a catequizar os indígenas, “que continuam analfabetos, refractários a toda a civilização” e, assim, enfrentar toda a sorte de perigos.<sup>122</sup> Se levamos em conta que boa parte da sociedade regional entendeu e apoiou a missão de Leolinda, talvez possa se considerar que esta sociedade – que não é a do litoral, mas do interior, dos sertões – estivesse experimentando os ares da modernidade – recorrendo ao modelo europeu – mais do que os “civilizados” que ocupavam os espaços das cidades.

As evidências do *olhar* de viajante de Leolinda – da mulher que se aventurou nos sertões de Goiás – se impõem em sua narrativa, como se constata na primeira página da *Explicação necessária*:

[...] a incomparavel viagem; da grandeza e belleza do mais rico pedaço do Mundo – Goyaz! –; das immensas riquezas abandonadas e muitas ainda ignoradas e espalhadas sobre e sob o seu sólo, que, exploradas, fariam do Brazil o mais rico paiz da América; da sua prodigiosa fauna e flóra; do ineditismo da vida indigena com toda a sua simplicidade e encantos; [...]<sup>123</sup>

Nas reflexões que faz sobre relatos de experiências de viagens, Ilka Leite<sup>124</sup> ressalta que a viagem deve ser percebida como um rito de passagem, na medida em que o viajante, mais do que perceber e conhecer o “outro” – elaborando o seu conceito sobre a *diferença* – conhece-se a si mesmo, constituindo sua própria identidade.<sup>125</sup> A viagem de Leolinda teve um começo e um final, entretanto, foi na travessia, no diálogo com diferentes atores sociais, que ela teve a chance de conhecer o *outro* e, afinal, encontrar-se a si mesma.<sup>126</sup>

Acreditamos, ainda, que, ao reconstituir a trajetória de Leolinda, se possa experimentar um “jogo de olhares”, isto é, o olhar contemporâneo sobre os acontecimentos descritos no álbum, o olhar retrospectivo de Leolinda e o olhar que eu, enquanto

(Coord.). *Abertura para o mundo: 1889-1930*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 239-294.

<sup>122</sup> Isto, certamente, reforçava a sua condição de destemida heroína tanto para os sertanejos quanto para outros integrantes da sociedade regional, que chegaram a compará-la à Joana d’Arc.

<sup>123</sup> DALTRO, 1910, p. xvii.

<sup>124</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 80-101.

<sup>125</sup> Na historiografia, esta perspectiva de análise já foi realizada por CERTEAU (1982), ao tratar o episódio da viagem de Léry ao Brasil do século XVI. Ele compreende que “o relato produz um retorno, de si para si, pela mediação do outro” (p. 215). Consultar também a abordagem de história e etnologia elaborada por CARDOSO, S. (1988); e a construção da alteridade examinada em HARTOG, F. (1999).

<sup>126</sup> Para a análise que pretendemos fazer, dois conceitos são fundamentais, o de *alteridade* e o de *olhar viajante*, na percepção de dois autores: François Hartog (1999), quando considera a representação para si do outro – o *olhar* ocidental –, ao ver como os gregos da época clássica representaram para si os outros, os não gregos, e CARDOSO (1988), para quem as viagens parecem uma ocasião privilegiada para intensificar o exercício cotidiano do *olhar* na busca de exploração da alteridade, o que pode ser traduzido na busca de um ponto de intersecção entre história (temporalidade) e etnologia (espacialidade).

pesquisadora, lanço sobre ambos os processos/tempos.<sup>127</sup> Sob essa perspectiva, o ‘*Album*’ que Leolinda organizou deve ser, no nosso entendimento, percebido como uma *codificação*, pois ultrapassou – e muito – a ação de seleção e de organização, constituindo-se a partir da sua [e de muitos outros] reinterpretação do vivido.

Foi ao conhecer um grupo Xerente – que se encontrava em viagem ao Rio de Janeiro, com o objetivo de reivindicar terras e educação ao então presidente da República, Sr. Prudente de Morais<sup>128</sup> – que Leolinda passou a se interessar pela política indigenista do estado republicano.<sup>129</sup> As notícias sobre o seu empenho<sup>130</sup> em auxiliar o chefe dos Xerente passaram a circular na imprensa fluminense e, também, na ‘imprensa da paulicéa’, destacando a preparação da viagem à aldeia Providência, situada às margens do Tocantins. O jornal *O Paiz*, em 17/07/1896,<sup>131</sup> publicou matéria com o título ‘Missionaria’:

“Ficaram vibrando em seu coração de mãe as palavras dolorosas do sincero Sepé, lastimando a ignorância a que estão condenados os pequeninos cherentes, os que nasceram depois da catechese e os que vinham nascendo. Para essa gente nova de sua tribo, para essa mocidade caracedora de novas idéas, precisava abrir um futuro melhor com a illumination do primeiro alfabeto e da primeira leitura de uma pagina de livro.”

O calendário marcava julho de 1896. Os jornais da capital divulgavam notícias dos recém-chegados ‘Cherentes’<sup>132</sup> à cidade, à “civilização”. O jornal *O Paiz*, dentre as inúmeras matérias, publicou uma intitulada “Capitão Sepé”, através da qual somos informados de que Joaquim Sepé Brasil não havia vindo só ao Rio, pois mais quatro da ‘tribo’ o acompanhavam: Cumen-nancé (Bernardo), Debaqueró (Domingos), Decapsicuá (Marcellino) e Dabanharim<sup>133</sup> (Sebastião). A viagem, segundo ele, havia durado quase seis meses. Além da demanda principal já apontada, o chefe Xerente reivindicava ferramentas e

<sup>127</sup> A reflexão sobre o múltiplo “jogo de olhares” nos foi sugerida pelo professor Paulo Renato da Silva (UNILA).

<sup>128</sup> Tudo indica que essas demandas já eram solicitadas há quase três décadas, desde a época do imperador D. Pedro II. Um dos chefes da etnia Xerente também teria se deslocado até a capital para fazer idêntica reivindicação (Maybury-Lewis In OLIVEIRA-REIS, 2001, p. 29). Leolinda registra que a vinda do líder à capital, em 1868, coincide com o envio pelo Imperador do capuchinho italiano Frei Antonio de Ganges para realizar a catequese dos índios Xerente. (DALTRO, 1920, p. 366)

<sup>129</sup> Para a análise da atuação de Leolinda como ‘catequista leiga’, i.e., como ‘missionária independente’, recorreremos ao conceito de *mediação cultural* proposto por MONTERO (2006), cf nota 44.

<sup>130</sup> À época, Leolinda era professora municipal da primeira escola do sexo masculino da Barra da Gávea.

<sup>131</sup> In DALTRO, 1920, p. 9.

<sup>132</sup> Etnia Xerente do grupo Jê central, que vive hoje (em área demarcada) às margens do Tocantins e do Sono, no município de Tocantínia (anteriormente S. Sebastião de Piabanha), atual Estado do Tocantins. Cf nota 5.

<sup>133</sup> Dabanharim aparece somente nessa matéria. Nas seguintes, encontramos Dansan-equequá. Provavelmente, refere-se à mesma pessoa. Os nomes entre parênteses são os denominados “cristãos”, que recebiam os indígenas aldeados após o batismo. O povo Xerente mantém seu próprio ritual de nomeação, a exemplo de outras etnias do grupo Jê central, como a Krahô e a Apinajé.

sementes: “Eu faço o que posso...vou buscar bugre no matto, com geito trago elle para o aldeamento, trato elle bem, elle depois vae contar a outros e outros vêm. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar os pequenos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada!”<sup>134</sup>

As matérias divulgadas pela imprensa nacional, em julho de 1896, ocupam as vinte e sete páginas iniciais *Da catechese* e exprimem a surpresa, a admiração e, também, o alarde que causou a chegada do grupo Xerente ao Rio de Janeiro. Um dos jornalistas de *O Paiz* chega a pedir perdão a Sepé por ele ter sido alojado no chão do corredor lúgubre e fétido de uma ‘enxovia’ (ou Delegacia de polícia) e junto ao depósito dos presos, onde ficaram até que se rebelaram e evadiram, contando, certamente, com a experiência que possuíam em estratégias de fuga e enfrentamento adotadas nos sertões de Goiás, durante o século XVIII e o XIX.

Enfim, após inúmeros contratemplos, foram acolhidos pela ‘intrépida mocidade’ da Escola Militar da Praia Vermelha, com direito a passeio de bote e encontro com as “águas salgadas”. Pode-se melhor dimensionar a situação a que o grupo foi exposto quando um dos ajudantes de polícia vestiu Sepé com fraque e cartola e o levou até o teatro Recreio Dramático. Alguns jornalistas, indignados com a maneira como estavam sendo tratados os ‘pobres e ingênuos selvicolas’ e com a situação que já se arrastava por longos dias, cobraram uma posição do Chefe de Polícia da capital, Dr. André Cavalcanti [d’Albuquerque]. Para tudo que solicitavam, tinham como resposta “amanhã”, incluindo desde roupas limpas até a audiência com o chefe [Presidente] do Brasil, a qual foi finalmente realizada após quase trinta dias, sem que fossem atendidas as suas demandas.

Chama-nos a atenção o entusiasmo da imprensa em relação ao relato que Sepé fez sobre a sua aldeia, ‘um lugar invejável de fazer crescer água à boca’; nela estariam todos dedicados ao trabalho da lavoura e criação de aves e porcos. Não se teria notícia de um assassinato, furto ou infidelidade conjugal.<sup>135</sup> Todos eram alegres, vivos e inteligentes como Cumen-nancé. Enquanto Dansan-equequá seria descrito como altivo, moço forte, um tipo guerreiro de arco e flecha, Debaqueró seria retratado como um rapaz vigoroso e de fisionomia inteligente. Já Decapsicuá, de olhos pequeninos e remelosos, seria velho na idade, porém tinha músculos rígidos, era forte de ânimo e retirava repetida fumaça de um

<sup>134</sup> In DALTRO, 1920, p. 2.

<sup>135</sup> NAXARA (2004), ao visitar as representações do Brasil do século XIX, refere-se à permanência do embate entre natureza e civilização. De um Brasil percebido como fronteira a ser desbravada, tanto economicamente, através da exploração de suas riquezas, como culturalmente, mediante a cristianização e inserção nos valores da cultura ocidental.

cachimbo rústico [de bambu]. Já o Capitão Sepé, sempre bem disposto, de fino trato, falava regularmente português, constituindo-se em um legítimo ‘elemento da catequese’! Por fim, o editor de *O Paiz* revelaria, com certo orgulho, que em seu salão estava exposta uma fotografia do chefe da ‘tribu’ com os seus companheiros de jornada.

Leolinda, certamente uma leitora assídua dos jornais, sensibilizou-se com a situação do grupo Xerente e, identificada com a ‘missão’ de educá-los, decidiu acompanhá-los no seu retorno aos sertões do norte de Goiás. Ela, sem dúvida, não deve ter ficado imune também às opiniões dos que a apoiavam e daqueles que a censuravam. Afinal, uma professora catedrática<sup>136</sup> da sociedade carioca poderia se envolver com “problema de índio”? Por vezes, foi heroicizada e santificada em sua ‘missão’ de ‘catechista leiga’ e, em outras vezes, foi apontada como anticristo.<sup>137</sup> Da *Gazeta de Noticias* (25/07/1896), ela recebeu apoio para a jornada, como parece indicar o título de um artigo, ‘Abnegação’:

Disposta a seguir para o sertão de Goyaz para levar luz aos pobres Cherentes, não trepida deante dos meios nem dos incommodos inerentes a semelhante sacrificio, só vê deante de si uma obra meritoria e patriótica. [...] Ninguém melhor do que uma senhora estaria no caso de desempenhar-se dessa missão civilisadora, e quanto a nós só temos palavras de entusiasmo para exaltar á abnegação e patriotismo dessa brasileira que se destacou dos moldes communs.<sup>138</sup>

Segundo seus relatos, durante a permanência nos sertões, Leolinda sofreu perseguições e atentados contra sua própria vida. Pôde, contudo, contar sempre com a dedicação dos ‘selvagens’ para salvaguardar sua obra ‘patriótica e humana’, o que fica evidente nesta passagem: “[...] guardando-me á vista, dia e noite, amarrando-me muitas vezes, quando desconfiavam de alguma cilada, nas altas copas das arvores, enquanto dançavam e cantavam ao redor da fogueira, para desviarem a atenção dos assassinos que me seguiam por toda a parte; [...]”<sup>139</sup>.

A narrativa da viagem que a professora pública no Rio de Janeiro realizou aos sertões de Goiás, com o objetivo de educar os índios – tidos como ‘selvagens’ pela sociedade fluminense do final do século XIX – contará com dois enredos. O primeiro

---

<sup>136</sup> De acordo com SILVA, Otacílio A. da. *O Ensino Popular no Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936. v. 1. p. 44-46, no *decreto legislativo n. 38, de 9 de maio de 1893*, os membros do magistério primário do 1º grau eram divididos em duas classes: professores catedráticos e professores adjuntos. Os primeiros eram os diretores das escolas dentre os diplomados pela Escola Normal e, os adjuntos eram auxiliares dos catedráticos também diplomados. Consulta feita à Biblioteca da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2011.

<sup>137</sup> Leolinda chegou a ser referida desta maneira por alguns missionários que atuavam na região de fronteiras entre os sertões de Goiás e Pará, como citado no primeiro capítulo, tópico 2.1, p. 31-32.

<sup>138</sup> DALTRO, 1920, p. 21-22.

<sup>139</sup> DALTRO, 1920, p. xviii; p. 267. Vale lembrar que Leolinda atribuía aos índios, com os quais conviveu, a condição de protagonistas em várias das situações narradas.

consiste na tríade da violência que encontrará nos sertões, composta por índios, coronéis e padres<sup>140</sup>, sendo que estes últimos, como mencionamos, adotarão uma postura de estranhamento/enfrentamento. O segundo refere-se ao apoio (e à proteção) demonstrado (e também atestado, como se pode constatar na primeira parte da obra de Leolinda) por autoridades e, também, por pessoas comuns, ao longo do itinerário de sua viagem pelos sertões. A constatação que fizemos, vale ressaltar, contraria parcela das versões difundidas pela historiografia sobre o norte de Goiás<sup>141</sup> e, especialmente, sobre ‘obra de patriotismo e humanidade’ e a ‘ação civilisadora’ de Leolinda Daltro.

Aqui abrimos espaço para tratar do primeiro enredo e apresentarmos a nossa versão, a qual, provavelmente, contará com outras posteriores. Para tanto consideramos menos o conteúdo do relato do que o modo como foi relatado pelo testemunho.

Muito diferente do tom da proposta de Gagliardi (1989, p. 109-118; p. 129-132), que, como referimos, apresentou “O programa laico da professora Leolinda Daltro” e, especialmente a sua participação nas sessões do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, o professor e padre Palacín, em sub-título “O destino de José Dias [Ribeiro]” (p. 85-89), conta sua versão sobre Leolinda e o “general do sertão”. Inicialmente, baseado nas versões das narrativas de Othon Maranhão, em *Setentrião Goiano* (1978), e de Dunshee de Abranches, em *Esfinge do Grajaú* (1959), apresenta o comum acordo do desfecho final do destino de Dias emitido pelos referidos autores: “o homem que enchera uma região com seu nome e sua lenda, fora atraído à Capital da República para lá morrer só, longe de sua terra, vítima anônima da varíola.”<sup>142</sup> Entretanto, a terceira versão que José Milhomem recebeu do padre João [de Sousa Lima], com o qual passou a conviver por ocuparem cargos políticos, mais proximamente, somente a partir de 1945, é a elegida pelo padre Palacín. De acordo com Palacín, o padre João – que foi prefeito de Boa Vista – tinha interesse em tudo o que se referia a José Dias, “pois se considerava a si mesmo como o sucessor de sua revolução libertária.” Portanto, “ninguém mais bem situado que o padre

<sup>140</sup> Consultar AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo/missionário Dom Domingos Carrérot*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

<sup>141</sup> PALACÍN, Luís G. *O coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

<sup>142</sup> Este é também o motivo da *causa mortis* de José Dias, segundo Leolinda, na *Explicação necessária*. “Ao coronel José Dias Ribeiro, devo o estar hoje no seio da sociedade, cercada de meus filhos. Este prestigioso e heroico goyano, foi quem maior numero de vezes teve de enfrentar os meus inimigos salvando-me a vida, [...] já com a sua habilidade estrategica de um verdadeiro general.” DALTRO, 1920, p. xiv. Sabe-se pela historiografia que a cidade do Rio de Janeiro no primeiro decênio do século XX enfrentou um foco de epidemias, sobretudo a febre amarela e a varíola, por falta de saneamento básico e condições de higiene. As medidas de saneamento tomadas por Osvaldo Cruz, no governo de Rodrigues Alves (1902-1906) gerou a “revolta da vacina” em 1904, ano de maior surto da varíola.

João para conhecer a sorte final de Dias.” Por essa razão, relata que em 1910 o padre João – que foi eleito deputado – esteve com Leolinda no Rio de Janeiro de passagem para a Cidade de Goiás. O objetivo desse contato era certificar-se do paradeiro de José Dias, porque estava convencido que seu desaparecimento “estava ligado às preocupações dos militares [força do governo federal] que armaram a trama para afastar Dias do norte goiano.” Palacín conclui a sua versão – baseada no testemunho que Milhomem recebeu do padre João, da seguinte maneira: “a entrevista do padre [João] com a professora Leolinda e a sua recusa a prestar informações sobre a sorte de Dias abrem o caminho a todas as suspeitas.”

Sabe-se que Leolinda partiu para Goiás, em 1897, momento em que o governo de Prudente de Moraes estava às voltas com Antônio Conselheiro em Canudos e, para lá enviou várias tropas do exército até a derrocada final dos que viviam no arraial de Belo Monte. A primeira revolução de Boa Vista (1892-1895), liderada por José Dias, antecedeu Canudos. Entretanto, há um grande descompasso da versão adotada por Palacín entre os incidentes de Canudos e de Boa Vista. A probabilidade de Leolinda ter ido buscar José Dias por ordem dos militares, que detinham poder na recém-instaurada República, se a primeira revolução de Boa Vista terminara havia dois anos. Ou que o “verdadeiro” objetivo de Leolinda em Goiás seria convencê-lo a retornar com ela para o Rio de Janeiro. Ou seja, a sua proposta de catequese laica para os índios somada a sua *dupla viagem* ocultaria somente uma estratégia ardilosa de “seduzi-lo”. Resta-nos assim, a pergunta decisiva: como Leolinda o abrigaria em sua casa por quase dois anos – sabe-se que em seu retorno ela visitou a redação de jornais fluminenses em dezembro de 1900 – se havia recebido ordens do governo republicano de trazê-lo ao Rio como "souvenir" dos sertões para que fosse morto?

O sócio e secretário do IHGB<sup>143</sup> Henrique Raffard pode nos confirmar outra versão. Em setembro de 1902, após ler a carta publicada por Leolinda no *Jornal do Brasil*<sup>144</sup> resolveu ir a sua casa com o intuito de verificar a situação dos índios chegados havia duas semanas na capital. Tal visita se fazia necessária antes da sessão ordinária, que teria em sua pauta a criação de uma associação para proteção dos indígenas, tal como se constituía em

<sup>143</sup> Trataremos a passagem de Leolinda pelo IHGB no tópico 3.3 do segundo capítulo.

<sup>144</sup> A carta a qual se refere Raffard é dirigida ‘Ao publico’ por Leolinda. Esta carta foi lida por ele durante a sessão e, também, foi registrada na Ata da 15ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 26 de setembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 65, parte 2, 1902, p. 495-499. Também In DALTRO, 1920, p. 403-408.



outras nações, entretanto, segundo Raffard, nada semelhante havia sido criado para os nossos índios. No transcorrer de sua fala durante a sessão argumenta:

O Sr. Coronel Dias Ribeiro, hospede da Senhora D. Leolinda de Figueiredo Daltro, sabendo da vinda dos apinagés, cuja tribu vive nas imediações de sua fazenda, da qual está ausente faz perto de um anno, foi visital-os para ter noticias dos seus, levando em sua companhia a professora, que não esperava ver “caraós” apynagés e o “cherente” seu afilhado. Este naturalmente não a largou mais.<sup>145</sup>

Destacamos, também, outra passagem da fala do comendador Raffard:

Não querendo abusar da benevola atenção dos meus consócios, não entrarei em menores minudencias e passo a ler a carta da Sr.<sup>a</sup> Professora D. Leolinda publicada em 22 do corrente no “Jornal do Brasil”, edição da tarde. Terminando accrescentarei que devéras intrigado e desejoso de conhecer a verdade, fui no dia 23 á casa da Professora, onde encontrei o cherente irmão de Sepé [o afilhado de Leolinda] e cinco cherentes caraós. [...] Observei cuidadosamente esta senhora professora, que me pareceu uma especie de heroina e testemunhei o seu carinho pelos índios que se mostram amorosissimos para com ella; [...] resolvi tentar auxiliar-a [...] promovendo a organização de um gremio ou comissão central permanente a bem dos índios do Brasil [...]<sup>146</sup>

Pode-se, assim, perguntar: o padre Palacín tomou conhecimento das memórias de Leolinda em *Da catechese*? A obra de Gagliardi foi publicada no ano anterior a de Palacín. Também ele desconheceu a circulação da obra que abordou a construção de uma política indigenista para o Estado republicano antes mesmo de sua elaboração e implantação? Esta dúvida é pertinente, considerando que seu objeto de estudo é o coronelismo no extremo norte de Goiás. Porém, o autor não deixou de citar a obra do padre Audrin *Entre sertanejos e índios do Norte*. Pode-se inferir que se tratou de uma opção por eleger determinadas fontes e por determinada incursão historiográfica. Todavia não concordamos com as escolhas feitas por Palacín. E, por esse motivo, não as omitimos do leitor, integrando-a ao *corpus documental* da Tese.

<sup>145</sup> Ata da 15<sup>a</sup> sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 26 de setembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 65, parte 2, 1902, p. 494. Também In DALTRO, 1920, p. 418. Os Apinajé estavam em território próximo à Boa Vista [do Tocantins], hoje Tocantinópolis-TO. Local que José Dias defendeu enfrentando coronéis do sul do Maranhão, que desejavam tomar posse desse lugar. Para saber mais consultar: MEDEIROS, Euclides. Narrativa jornalística de João Parsondas de Carvalho: memória da violência na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. *Fênix*. Uberlândia, MG, v. 10, ano X, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2013.

<sup>146</sup> Ata da 15<sup>a</sup> sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 26 de setembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 65, parte 2, 1902, p. 495; 499-500. Também In DALTRO, 1920, p. 419-421. Se Leolinda manifesta em missiva a Horace Lane, que pretendia retornar à Goiás na companhia de José Dias, como veremos na sequência deste tópico, provavelmente seu intento contava com o apoio do governo, que como mencionamos (no tópico 2.2) garantiu os recursos de sua *segunda viagem*. O governo local desconhecia que Leolinda se fazia acompanhar em sua missão pelo “general do sertão”?

De acordo com a *Explicação necessária*, após a morte do capuchinho (frei Antonio de Ganges) e do dominicano (frei Gil Villanova) que a perseguiram, outro clérigo voltará a censurá-la com base no testemunho de alguém que conviveu com outro religioso – o padre João –, com quem não havia tido contato direto. Leolinda certamente não foi Joana D'Arc, como chegou a ser descrita. Mas acusá-la de sedução, envolvimento e aliciamento foi, sem dúvida, um julgamento infundado de uma mente criativa.

A ‘missão’ de Leolinda pode parecer, inicialmente, algo insignificante e com pouca repercussão. Entretanto, ela assume proporções gigantescas na medida em que suscitou opiniões e demandou posicionamentos efetivos na sociedade tanto regional, quanto nacional. O longo caminho que percorreu – em meio aos obstáculos de toda ordem – da capital federal até os sertões, o contato amistoso ou não com as populações das diversas aldeias indígenas, a passagem por diversos municípios da então região norte de Goiás, a oposição que fez aos interesses locais, acostumados com a exploração do trabalho indígena e a apropriação de terras dos aldeamentos<sup>147</sup>, tudo isto parece apontar para o ineditismo de uma proposta de instrução leiga aos ‘selvicolas’ levada a efeito por uma mulher no final do século XIX.

Foi ‘por causa de seu sexo’.<sup>148</sup> Esta é a justificativa que a própria Leolinda deu às negativas que recebeu às inúmeras tentativas que fez para obter recursos junto ao Estado para colocar em prática o seu projeto de catequese. Afinal, ela era uma mulher e leiga, que pretendia catequizar índios em meio aos missionários que por anos vinham se dedicando à catequese na região. E esta não era a função de uma mulher. Como uma mulher ousava aventurar-se, no final do século XIX, pelos caminhos do sertão com a pretensão de catequizar os índios considerados selvagens?

Contrariando o Estado e, até mesmo, os seus amigos republicanos positivistas, Leolinda aventurou-se pelos sertões de Goiás, antes mesmo da nomeação de diretores e de professores para os aldeamentos indígenas que viriam a ser propostos após 1910, quando da criação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI.

---

<sup>147</sup> Vale lembrar também a instalação de presídios militares [próximos aos aldeamentos], a partir da metade do século XIX, ao longo do Araguaia e do Tocantins, em Goiás. Estes fortins tinham finalidades estratégicas, tais como garantir a segurança das fronteiras, o livre comércio e a ocupação das margens destes rios por colonos e, consecutivamente, livres de ‘problema de índio’. Eis a política indigenista de Goiás: ‘civilizar’ ou expulsar (ou até exterminar). Sobre a instalação dos presídios em Goiás, ver KARASH (2003, p. 403-406); e CARNEIRO da CUNHA (2003, p. 137-141).

<sup>148</sup> Possivelmente, foi esta postura adotada por Leolinda, como veremos no terceiro capítulo, que a motivou a desafiar a ordem do Estado, o que, certamente, propiciou seu engajamento político na luta pela causa feminina.



Em sua obra ficam evidentes os ressentimentos,<sup>149</sup> aqueles que a impulsionaram a ressaltar a incomparável viagem que empreendeu para conhecer, pesquisar e doutrinar e a enaltecer os resultados da ‘missão’ que realizou, apesar das traições e das ciladas que lhe aplicaram seus maiores opositores. “Compreendi, então, que os civilizados daqui haviam sido sugestionados pelos mesmos elementos que indispuzeram contra mim indivíduos incultos e fanaticos do interior de Goyaz.”<sup>150</sup>

As razões para a publicação tão tardia – vinte anos depois da experiência entre os Xerente – da “historia verdadeira da catechese religiosa nos sertões de Goyaz” parecem estar expostas na *Explicação necessaria*, na qual Leolinda afirma:

Grande parte das minhas “Memorias” já se acham escriptas, porém, repito, minha saúde se faz precaria e doe-me a idéa de que os meus patricios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa, uma memoria de ridiculo, com que, ainda depois de morta, possa magoar meus filhos.<sup>151</sup>

A demora da publicação, certamente, teve relação com a realidade que Leolinda encontrou ao retornar ao Rio de Janeiro. Animada com a experiência e com a possibilidade de levar adiante os seus novos projetos, ela pretendia fazer uma série de conferências, entretanto, se deparou com frieza e a indiferença da sociedade carioca, sendo ridicularizada por todas as classes sociais, e até pela imprensa, que passou a persegui-la. Leolinda somente voltará às páginas dos jornais quando de sua passagem pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1902.

Em outro momento, Leolinda chega a comparar sua experiência junto “às tribus selvagens” a um martírio, apontando não apenas para a avaliação que fazia dos indígenas com os quais atuou, como para uma supervalorização das dificuldades que enfrentou: “Cada documento, até os que, á primeira vista, parecem de nenhuma importancia, vale por

---

<sup>149</sup> Sobre a memória dos ressentimentos, Pierre Ansart aponta algumas interrogações: “que memória conserva o indivíduo de seus próprios ressentimentos? Por outro lado, que memória conserva dos ressentimentos daquele de quem foi vítima?” E responde sobre a diferença entre o esquecimento dos fatos e o esquecimento dos ressentimentos, “pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos.” (ANSART, p. 31)

<sup>150</sup> DALTRO, 1920, p. xviii. Quando se refere aqueles que indispuzeram contra ela elementos incultos e fanáticos, está se referindo ao frei Antonio de Ganges em Piabanha-GO, e frei Gil Villanova, em Conceição do Araguaia, na fronteira com o Pará. Sem dúvida, quando diz sobre que os cidadãos também foram influenciados pelos “mesmos elementos” certamente pretendeu se referir aqueles que defendiam a continuidade da prática da catequese religiosa.

<sup>151</sup> DALTRO, 1920, p. xx.

um tesouro de verdades e tem seu lugar distinto na historia da minha excursão ás tribus selvagens e no meu martyrologio.”<sup>152</sup>

No tópico a seguir, abordaremos a repercussão que a proposta inédita de uma educação laica proposta por Leolinda teve nos anos iniciais da República, além das evidências da extensa rede que ela constituiu, composta tanto por pessoas ilustres, quanto por pessoas “comuns”.

### 2.3 UM *ÁLBUM* DE VIAGEM QUE VIROU LIVRO: O ESFORÇO DE COMPROVAÇÃO DA ‘MISSÃO’ DE LEOLINDA

Neste tópico, pretendemos destacar o ineditismo do projeto laico de educação indígena que Leolinda propôs para os indígenas do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, na virada do século XIX para o XX. Para tanto, é necessário que o leitor conheça melhor a região para a qual Leolinda se dirigiria no ano de 1896, bem como as razões que a levaram a empreender tal viagem.

O Estado do Tocantins,<sup>153</sup> a mais nova unidade da Federação, se formou a partir de sua emancipação do antigo norte de Goiás.<sup>154</sup> A região foi ocupada por conquistadores europeus e também por pessoas já nascidas na colônia a partir do início do século XVIII, que se dedicaram a atividades de mineração e de pecuária.<sup>155</sup> De acordo com alguns documentos e estudos antropológicos, treze povos indígenas ocupavam a área entre os rios Araguaia e Tocantins: Kayapó, Xavante, Xerente, Noroquajê, Akroá, Xakriabá, Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé, Xambioá, Weré, Apinajé e Krahô.

No processo de conquista e colonização da região, alguns povos foram exterminados, outros foram expulsos ou migraram e outros permaneceram, como os Xerente, Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé, Xambioá, Krahô-Canela (que retornaram

---

<sup>152</sup> Id., *Ibid.*, p. xx.

<sup>153</sup> Criado em 5 de outubro de 1988, o Estado do Tocantins foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989. O IBGE realizou novo censo das populações indígenas, entre os meses de agosto e outubro de 2010. Estima-se que a população indígena no Tocantins é de aproximadamente onze mil pessoas.

<sup>154</sup> Sobre o processo político de criação do Estado, destacamos os trabalhos de: CAVALCANTE, M. E. S. R. *O discurso Autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UCG; São Paulo: EDUSP, 2003; e OLIVEIRA, Rosy de. A ‘invenção’ do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 13-47.

<sup>155</sup> Ver PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

recentemente) e os Avá-Canoeiro (que contam com um número reduzido de sobreviventes).<sup>156</sup>

Com o advento da independência do Brasil (1822), vários foram os projetos propostos para a definição de uma política indigenista, com destaque para os *Apontamentos*, de José Bonifácio de Andrada. Na década seguinte, com a descentralização administrativa decorrente do Ato Adicional instituído durante a Regência, as Províncias ganham autonomia para atuar na política indigenista. Contudo, o Decreto nº 426 de 24/07/1845, conhecido como Regulamento das Missões, foi a legislação que definiu as relações do Império com os povos indígenas<sup>157</sup>, sendo a catequese e civilização confiada aos missionários. Entretanto, o Regulamento é “[...] com modificações, a proposta de José Bonifácio que se vê reeditada: os missionários não teriam o governo das aldeias, atribuído aos diretores.”<sup>158</sup>

Desde que o governo imperial e o da província de Goiás optaram, nos anos 1840, pelo emprego dos capuchinhos na catequese dos povos indígenas da região,<sup>159</sup> estes vinham, à época da proposição do programa laico de Leolinda,<sup>160</sup> mantendo algum tipo de educação escolar formal. A atuação dos capuchinhos era mais intensa entre os Krahô e os Xerente, pois os freis Rafael de Taggia – entre os Krahô –, e Antonio de Ganges – entre os Xerente – fundaram aldeamentos que se tornaram, posteriormente, núcleos urbanos, respectivamente, Pedro Afonso e Tocantínia. Foi apenas já no final do século XIX que a hegemonia dos religiosos na região veio a ser quebrada, com a atuação de Leolinda entre os Xerente.

Apesar da instauração da República brasileira (1889) ainda se manteve indefinida a política indigenista, pelo menos até os anos de 1910, quando será criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente

<sup>156</sup> GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: \_\_\_\_\_. (org.), 2002. p. 109-135.

<sup>157</sup> Consultar CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio, 1992. Ver também a obra de MOREIRA NETO, Carlos de A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

<sup>158</sup> A constatação é da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1987, p. 168). O diretor-geral dos Índios, de acordo com o Regulamento, era nomeado pelo Imperador para cada província e responsável por todas as deliberações das aldeias. KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. p. 260.

<sup>159</sup> Para esta temática ver KARASCH, Mary. Catequese e cativo, política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.), 2003. p. 397-412. Consultar também a obra de BEOZZO, José O. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

<sup>160</sup> CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: \_\_\_\_\_. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139.

conhecido apenas como SPI.<sup>161</sup> Este órgão torna-se um veículo transmissor e normatizador da educação escolar indígena. Sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a partir dos governos militares (1964), repassa essa incumbência da educação escolar para instituições religiosas, tais como S.I.L. (Summer Institute of Linguistics), Igreja Batista, Missões Novas Tribos, dentre outras. Com a promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), a educação escolar indígena foi transferida para a esfera do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação, a partir de 1991.<sup>162</sup>

Após esta breve contextualização e descrição da situação da educação em fronteiras étnicas para os povos indígenas no Estado do Tocantins, cabe-nos apresentar o inseparável companheiro de Leolinda – o ‘*Album*’ – que levou consigo em sua épica viagem de quatro anos ao vale entre os rios Araguaia e Tocantins (1897-1900). *Da catechese dos índios no Brasil*, como mencionamos na Introdução, é um exercício de *codificação* – prática de rememoração – que nos deixou Leolinda de Figueiredo Daltro.

A função do ‘album’, certamente, era a de ser uma espécie de diário de anotações de viagem. Contudo, as situações que Leolinda teve de enfrentar desde a sua saída da capital federal, passando pela cidade de São Paulo e, posteriormente, em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, de onde retornou para o Rio de Janeiro, antes de iniciar sua viagem definitiva ao norte de Goiás, talvez a tenham feito repensar sobre essa função.

O ‘*Album*’, que se tornou a primeira parte do livro *Da catechese*, apresenta as matérias jornalísticas divulgadas nos principais periódicos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás que foram colecionadas por Leolinda. Essas matérias fazem referências a Leolinda, o que atesta sua circulação na imprensa por mais de uma década (1896-1911). Ela não nos deixou um diário, mas fez de seu ‘*Album*’ de viagem “uma arte cumulativa de comunicação escrita”,<sup>163</sup> pois ele contém os testemunhos, sob a forma de

<sup>161</sup> GAGLIARDI, 1989, p. 233-35.

<sup>162</sup> A educação escolar indígena no Brasil, ao ser acolhida pela Constituição Federal de 1988, desencadeou o início de um percurso pela oficialização de *escolas indígenas diferenciadas* e por políticas públicas que pontuassem uma educação intercultural e multilíngue. Posteriormente, foram referendadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e previstas na elaboração e publicação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, pelo MEC, em 1998. No entanto, algumas experiências de educação escolar apontam que: “Há um grande descompasso entre, de um lado, a educação diferenciada como projeto e como discussão e, de outro, a realidade das escolas indígenas no país [...]” LOPES DA SILVA, Aracy. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: \_\_\_\_\_; FERREIRA, Mariana K. Leal (orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 12.

<sup>163</sup> Sobre as experiências da memória feminina, PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 9-26; p. 33-43, considera que há uma tripla operação: acumulação primitiva, rememoração e ordenamento do relato.

cartas, de pessoas ilustres e comuns, de atestados de autoridades regionais (Goiás) e nacionais, de abaixo-assinados e até de uma sumária contabilidade. É apropriado assinalar que, além da correspondência recebida de seus contatos com a esfera pública, também se fazem presentes cartas de seus filhos e amigos. Em suma, a presença, a fala e a escrita de Leolinda nos guiam pelos espaços/tempos em que ela circulou e pelo seu desejo de ser reconhecida publicamente e, certamente, de imprimir uma identidade, ‘missionaria’ ou ‘catechista leiga’,<sup>164</sup> como se autodefinia.

Sobre os testemunhos dados por pessoas ilustres e/ou intelectuais na cidade de São Paulo, já referimos os de Horace M. Lane, pois o consideramos o principal mentor e articulador da missão de Leolinda.<sup>165</sup> Em suas palavras, a missão de Leolinda de educar os índios “[...] além de ser um dever christão é um trabalho de alto patriotismo que deve merecer o apoio e a proteção de todo o bom brasileiro”.<sup>166</sup> Sua opinião sobre o projeto de catequese dos Xerente que Leolinda propunha – e para dirimir quaisquer dúvidas de que ela seguia um projeto de catequese protestante – se expressa em passagens que vão desde os recursos materiais necessários para tal empreitada, através de subscrição em jornais, até informações que ele procura obter quanto ao melhor itinerário de viagem junto a várias pessoas que conhecem a região e sobre a situação dos índios, a exemplo do general Couto de Magalhães. Através de seus contatos obteve cartas de recomendação a Leolinda enviadas às pessoas influentes em Goiás, especialmente à então capital, Cidade de Goiás, incluindo “duas valiosas cartas do senhor Capistrano de Abreu”.<sup>167</sup>

Em outra carta, Lane sugeriu a Leolinda que aceitasse o auxílio de Eduardo Prado,<sup>168</sup> então redator do jornal *O Commercio de São Paulo*. Ainda na mesma carta, Horace também se permite atuar como conselheiro de Leolinda: “[...] aconselho que a Sra.

<sup>164</sup> Carta de Leolinda, escrita em São Paulo capital, em 29/04/1897, em período imediatamente anterior a sua saída definitiva para os sertões do norte de Goiás.

<sup>165</sup> Horace M. Lane faz constantes menções à Associação Protetora dos Índios nos Estados Unidos da América do Norte – que podem ser observadas em suas cartas – o que, muito provavelmente, inspirou Leolinda a propor a fundação de uma associação similar no Brasil.

<sup>166</sup> In DALTRO, 1920, p. 339.

<sup>167</sup> Id. Ibid., p.55. A plausível explicação para a manifestação de apoio de Capistrano a Leolinda pode ser encontrada nos estudos de LIPPI (2000, p. 85) sobre as diversas interpretações de sertão e litoral na construção da nação brasileira. De acordo com a autora, Capistrano defendia a necessidade de voltar os olhos para o interior, escrever a história das incursões pelos sertões, como se constata em seu livro *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Ainda segundo Lippi, em sua obra, Capistrano questiona a matança dos índios pelos bandeirantes.

<sup>168</sup> Eduardo Prado, autor do livro *A Ilusão Americana*, era católico, monarquista e avesso à sociedade norte-americana. Veridiana Prado, mãe de Eduardo, em carta dirigida a Leolinda, oferece-lhe uma quantia em dinheiro para que ela voltasse para sua casa e sua escola no Rio de Janeiro, a fim de “concluir a educação de seus filhinhos”. (In DALTRO, 1920, p. 75-76)

não fale do insucesso no Rio, nem do indiferentismo do Governo, quer Federal, quer do Estado, pois não adianta nada e póde indispor pessoas que aliás podem ajudar.”<sup>169</sup> (p. 49) Dentre os intelectuais com quem Leolinda se relacionou durante sua permanência na sociedade paulistana, destaca-se Afonso Arinos<sup>170</sup>, o que pode ser comprovado em uma carta em que ele lhe pede desculpas sobre o incidente que impediu a publicação de seu artigo, enviado certamente ao jornal acima referido, e prometendo sua publicação no dia seguinte. A carta é assinada com a data de 6 de janeiro de 1897.<sup>171</sup> Junto com a dele, seguia carta de Veridiana Prado, que tinha também a pretensão de fazê-la desistir de temerário empreendimento. Em artigo enviado à redação do jornal *A Platéia*, por ocasião de sua segunda passagem pela capital paulistana, em abril do mesmo ano, quando se dirigia a Goiás, Leolinda registra sua eterna gratidão aos ilustres beneméritos Eduardo Prado e Veridiana Prado, incluindo outras pessoas dedicadas às artes musicais e, especialmente, a toda sociedade paulistana “[...] por me terem tratado á altura de suas nobres e magnanimas tradições.”<sup>172</sup>

Em resumo, tudo leva a crer que Leolinda e Horace continuaram a prática de correspondência no período de sua incursão em Goiás. Apesar de não termos tido acesso, por ocasião da entrevista com seu bisneto Fred Lane, ao volume mais significativo desta correspondência,<sup>173</sup> todavia as cartas selecionadas por Leolinda indicam que Horace Lane tinha ciência de que ela se fazia acompanhar por Cook, e, muito provavelmente, a partir da segunda viagem, pelo coronel José Dias, que a acompanhou de volta até o Rio de Janeiro.

Sabendo das armadilhas que, por ocasião da minha volta [segunda viagem] me preparavam em diversos pontos do Araguaya, cumpriu fielmente o juramento que fizera perante os frades em Conceição do Araguaya de garantir-me a vida, acompanhando-me com um seu filho,

<sup>169</sup> In DALTRO, 1920, p. 49. A postura de Horace M. Lane, presidente do Mackenzie College, em relação à catequese laica fica evidente nesta afirmação: “Somos uma instituição missionária, e como tal, mantemos distância de qualquer vínculo com o governo, tendo sempre em mente os interesses do cristianismo protestante.” (LANE In MENDES, 2007, p. 93) Vale acrescentar que, durante entrevista concedida por seu bisneto Fred Lane, tivemos a oportunidade de verificar o diploma de membro emérito da maçonaria, concedido a Horace M. Lane pela Grande Loja de Massachusetts, nos Estados Unidos da América. Entrevista concedida à pesquisadora em jul. 2011.

<sup>170</sup> LIPPI (2000, p. 72) nos diz que é preciso lembrar que uma das obras literárias pioneiras sobre Canudos, antecipando Euclides da Cunha [*Os sertões*, 1902], foi a de Afonso Arinos, sob o pseudônimo de Olívio de Barros, o romance intitulado *Os Jagunços*, publicado em 1898.

<sup>171</sup> In DALTRO, 1920, p. 73-74.

<sup>172</sup> DALTRO, 1920, p. 89-92.

<sup>173</sup> Fred Lane, infelizmente, não possui as correspondências que seu bisavô Horace trocou com Leolinda no período em que incursionou nos sertões de Goiás. Em outra tentativa de encontrar a correspondência, agendamos encontro com o professor Marcel Mendes, então Vice-Reitor do Mackenzie. Entretanto, mais uma vez, fomos informados de que estas cartas não se encontram sob a guarda da instituição.



moço de 20 anos, este até Leopoldina e elle até esta Capital, onde foi vitimado pela variola.<sup>174</sup>

Leolinda, em carta dirigida a Horace, chega a mencionar seu novo plano de retornar com José Dias,<sup>175</sup> agora não mais para o Tocantins, mas para o Araguaia, próximo de Leopoldina, onde se sentia segura “sob as vistas immediatas do governo de Goyaz, onde não ha catechese, nem missões religiosas,”<sup>176</sup> com o objetivo de completar a obra patriótica e humana, o que traduz seu desejo de fundar uma escola para educar os índios fazendo deles ‘cidadãos uteis’.<sup>177</sup>

Antes de darmos continuidade a este argumento, pedimos licença ao leitor para elucidar melhor o episódio que envolveu Leolinda e o “general do sertão”. Para tanto, nos valem de outra versão, que não a já anunciada por um intelectual do IHGB comendador Raffard, agora trata-se de outro protagonista das entradas nos sertões de Goiás.

Existem três cartas de recomendação redigidas por José Dias Ribeiro, enviadas a seus amigos e compadres, nas quais solicita a proteção de Leolinda, que se dirigia ao encontro do seu filho Alfredo, em janeiro de 1900. “É commigo que se tem de haver qualquer individuo que faça qualquer ofensa a essa Senhora que protegerei a medida de minhas forças.”<sup>178</sup> Esta carta, enviada da cidade de Pedro Affonso, é dirigida ao tenente-coronel Agostinho Ribeiro da Fontoura, cujo testemunho encontra-se em ‘Uma pagina de menos’, registrado no ‘*Album*’ de Leolinda.

O que importa, aqui, é destacar as relações sociais que ela acionou ou nas quais se envolveu. Como se poderá constatar, Leolinda e Dias têm em Agostinho um amigo em comum. Nas últimas páginas *Da catechese* iremos reencontrá-lo, pois ele envia carta, desde a Bahia (em jun. 1911), cumprimentando Leolinda pela inauguração da Escola Orsina da Fonseca: “Oh! Que esplendor! Com que cara ficaria os seus desaffectedos invejosos da victoria alcançada!” Da leitura de alguns trechos da carta infere-se que ele e

---

<sup>174</sup> DALTRO, 1920, p. xv.

<sup>175</sup> Carta de Horace Lane à Leolinda, em 2nov. 1900. In DALTRO, 1920, p. 337-338. “– seu novo plano de formar um centro no Araguaya – com o auxilio do Coronel José Dias.” Já nas páginas iniciais do livro, Leolinda faz uma homenagem aos três heroicos defensores de sua proteção e até mesmo de salvaguardar a sua própria vida: intendente major João Baptista Xavier Serradourada (goiano), coronel Leão Leda (maranhense) e coronel José Dias Ribeiro (goiano). Em seguida, agradece a outros amigos e protetores, com destaque para famílias de coronéis e juizes de Direito, muitas das quais prestaram apoio moral e material a sua empreitada.

<sup>176</sup> DALTRO, 1920, p. xix.

<sup>177</sup> In DALTRO, 1920, p. 337-340.

<sup>178</sup> In DALTRO, 1920, p. 273-274.

Leolinda mantinham contato.<sup>179</sup> Em outra carta, escrita de Itaparica-BA (em jul. 1910), percebe-se que Agostinho acompanhava os jornais fluminenses, reconhecendo “os esforços patrióticos” de Leolinda. Nela, avisa-a de que em breve remeteria a certidão que lhe havia solicitado, menciona seu aniversário e envia cumprimentos a amigos em comum, certamente, no Rio de Janeiro.<sup>180</sup> Em outra missiva, também de Itaparica (em dez. 1906), Agostinho demonstra preocupação com a saúde e o futuro dos filhos de Leolinda e também com o “dos seus protegidos índios”, reconhecendo, mais uma vez, seu sacrifício e desejando vitória em tais projetos.<sup>181</sup>

Ao tomarmos contato com as cartas e o testemunho de Agostinho, cabe a pergunta: como explicar que ele e Leolinda seguiram mantendo contato, por onze longos anos (até onde sabemos), mesmo após a recomendação feita pelo amigo – em comum – Dias? Sabendo-se que Dias tinha nele um amigo e, por isso, confiou a ele a segurança de Leolinda até que pudesse reencontrá-la, ou seja, possivelmente ele soubesse que o amigo tinha intenções de acompanhar Leolinda no seu retorno ao Rio de Janeiro. Assim, pode-se questionar porque, em nenhum momento, Agostinho questionou Leolinda sobre a estada do amigo Dias na capital? Talvez, porque soubesse que estava na casa e/ou em companhia de Leolinda. Mas, por que, então, Leolinda omitiria as cartas a seu respeito, após sua chegada à capital, se o considerava como um de seus “heroicos defensores”? Enfim, são indagações que, neste momento, ficam em aberto e à espera de outras fontes que nos ajudem a elucidá-las.

Retomando o significado do ‘*Album*’, pode-se inferir que se tornou um lugar ou até mesmo um *acontecimento*; como um lugar em que, para além do relato testemunhal dos que habitam as cidades, o qual nos revela, por vezes, a escrita de personagens ilustres, ele se constitui também um lugar onde aqueles que estão nos sertões, os personagens considerados “comuns” ou até “não civilizados” – no discurso cientificista da maioria dos

---

<sup>179</sup> Id., *Ibid.*, p. 603.

<sup>180</sup> Id., *Ibid.*, p. 587-588. Tanto a certidão que Leolinda solicitou a Agostinho – para anexar ao testemunho –, quanto os locais de onde foram enviadas as cartas parecem sugerir que, assim como ela, Agostinho também era natural da Bahia, embora atuasse como militar no presídio de Santa Maria do Araguaia, no norte de Goiás.

<sup>181</sup> Id. *Ibid.*, p. 484.



intelectuais citadinos movidos pelo afã do progresso – também passam a ter voz e, afinal, “a atingir a palavra escrita”.<sup>182</sup>

A narrativa de sua viagem se dá na intersecção do relato de testemunhos e do olhar pitoresco (regional e nacional) que desnuda o vale entre os rios Araguaia e Tocantins. Os índios aparecem na heterogeneidade do discurso como os principais protagonistas na ‘missão’ de Leolinda. Contudo, nota-se ao mesmo tempo um contraponto quanto ao teor de quem produz e confirma o discurso. Ou seja, constatamos a existência de uma homogeneidade discursiva, que é testemunha de uma política indigenista e, como tal, em voz uníssona com ela, o identifica como ‘selvicola’, o que significa que ele tem que ser educado, ou de outro modo, “civilizado”. Em outras palavras, as características do discurso, embora pareçam contraditórias, não se excluem, mas se complementam e se sustentam no jogo das relações de alteridade dos diferentes grupos sociais envolvidos. Vejamos um dos testemunhos presentes em seu ‘album’, sob o título ‘Uma Pagina de Menos’:

Illustre e inclyta bahiana! Eu vos saúdo e peço permissão para inutilisar uma pagina de vosso ALBUM DE VIAGEM, onde mentalidades favorecidas com finos dotes litterarios estamparam seus pensamentos inspirando-se na vossa ingente temeridade. [...] mas, como antes desta ha neste album muitas paginas em que se leem os traços da vossa varonilidade, pedi a uma dellas que me emprestasse o estylo para empregal-o a respeito da illustre brasileira que, arrostando todas as difficuldades, vem plantar nos arraiais indigenas o lábaro da instrucção e da luz!<sup>183</sup> (grifo no original)

Salomon,<sup>184</sup> que se dedica à análise da prática da escrita de cartas em meados dos anos de 1850, compreendeu sua intensificação ao final do século XIX enquanto um *acontecimento*. Segundo o autor, as pessoas comuns, que se dedicavam aos trabalhos manuais-mecânicos, passaram a integrar o “universo dos seres falantes”, que até o século XVIII se constituía em um privilégio da aristocracia no Brasil, como se constata, por exemplo, nas cartas escritas pelos governadores de capitania. Assim, as pessoas comuns passam a ter voz e acesso à palavra escrita, o que se traduz na possibilidade de também

---

<sup>182</sup> SALOMON, 2010, p. 7; p. 38-39. O autor e professor (UFG) gentilmente enviou-nos um exemplar, quando justificamos a nossa infrutífera procura pelo livro junto às livrarias especializadas e na própria editora.

<sup>183</sup> O testemunho é de Agostinho Ribeiro da Fontoura (Major honorário do Exército e ex-comandante do Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia), e foi assinado em janeiro de 1898. A carta foi enviada de Santa Maria do Araguaia, hoje município de Araguacema-TO. Além desta, encontramos mais duas cartas por ele assinadas, mais uma no mês de janeiro e outra em fevereiro. In DALTRO, 1920, p. 133.

<sup>184</sup> SALOMON, 2010, p. 38

serem protagonistas de uma historiografia e de uma literatura que passaria a assumi-los ao longo do século XX.

O estudo de Marlon Salomon é importante como método investigativo, porque propõe uma *arquivologia das cartas* e, sobretudo, das palavras, que segundo ele são “a própria superfície”.<sup>185</sup> A existência do livro – ‘*Album*’ – torna-se também um *acontecimento*, se o consideramos como um arquivo que faz surgir multitemporalidades do relato dos testemunhos da sociedade nacional e o da regional.<sup>186</sup> “[...] No fundo, trata-se do problema da relação com a palavra do outro, fundamentalmente, de uma relação com a alteridade.”<sup>187</sup>

Em um dos testemunhos incluídos na obra, seu autor se dirige à “D. Leolinda Daltro” e a sua obra da seguinte maneira:

O que direi no vosso livrinho? Que admiro a vossa ilustração, o vosso valor, a vossa virtude e muito mais ainda essa santa abnegação, pela qual renunciastes a vida commoda de um centro populoso, para vos dedicardes a ardua tarefa, digo, ardua missão de civilisar indigenas! Que junto os meus, aos vossos votos para que o Governo da União e do Estado vos facilitem os meios precisos para levardes ao fim o vosso vasto e philanthropico plano de catechese.<sup>188</sup>

Os índios, especialmente após seu retorno à capital federal, passam a ser hóspedes em sua casa e a acompanham em sua circulação pelas redações dos jornais, atitude que, provavelmente, permitiu que Leolinda fizesse contatos com articulistas e, assim, ocupasse um espaço na imprensa, em congressos e nos diversos órgãos e instituições de poder.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> Id., *Ibid.*, p. 41.

<sup>186</sup> SALOMON (2010, p. 43-44) propõe que: “Há uma ruptura com aquilo que deveria ser o tempo. Há uma ruptura com a linha de temporalidade que os colocava em determinados lugares na ordem social.” A par da proposição do autor, pode-se dizer que no ‘*Album*’ de Leolinda há uma ruptura com as atividades legitimadas, segundo a hierarquia social. No ‘*Album*’ o índio e o sertanejo fazem uma ruptura com a linha de temporalidade que impõe o que devem fazer de seu tempo, pois nele estão autorizados a escrever.

<sup>187</sup> SALOMON, 2010, p. 40.

<sup>188</sup> O testemunho é assinado por Salvador Azevedo (Promotor público), em junho de 1898, na cidade de Porto Nacional. In DALTRO, 1920, p.148.

<sup>189</sup> Encontramos referência à professora “Leolin[d]a Daltro” e à catequese nas aldeias Xerente em outra publicação da *Revista do IHGB*, 1927, em estudo realizado pelo consócio Urbino Vianna, que esteve durante alguns meses entre os Xerente. José Feliciano de Oliveira, que esteve em contato com Horace M. Lane e Leolinda contribuiu com 10\$000 para despesas de sua viagem, em nov. 1896 (In DALTRO, p. 52). Por sua vez, publica um trabalho na *Revista do IHGSP*, 1915, segundo ele, fruto das conversações de um chefe Xerente corroboradas por outros que o visitaram em São Paulo de 1896 a 1911. O chefe Xerente ao qual ele se refere é o capitão Sepé (veremos mais adiante), que acompanhou Leolinda em sua missão até chegar às aldeias em Piabanha. As edições da *Revista do IHGB* e do *IHGSP*, citadas nesta nota, foram gentilmente enviadas pelo antropólogo e professor Ivo Schroeder (UFMT).

Filha da terra de Castro Alves e Rui Barbosa e da terra de Paraguassú, a identificação de Leolinda com sua terra natal foi construída no período em que cumpria sua missão no norte de Goiás. Contudo, no texto da *Explicação necessária*, que poderíamos considerar como um prólogo de seu livro e que, provavelmente, foi escrito para a sua publicação (1920),<sup>190</sup> ela se apresenta como descendente de etnias indígenas, tanto pelo lado paterno, quanto pelo materno, a saber, “dos valorosos Tymbiras e Tupynambás”.<sup>191</sup> Pode-se propor que, ao apresentar-se como descendente de etnias indígenas, Leolinda manifesta como pretendia “se construir a si própria” e “ser construída” pela *rede* social que a apoiava. O que, em certa medida, legitimaria a sua identificação com a defesa da causa indígena.

Uma das instituições em que Leolinda marcará sua presença, mas não exercitará a fala, obedecendo às normas da casa, será o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A visita ao IHGB será sua primeira tentativa de pedir apoio à criação de uma associação que se ocupasse de forma eficaz da catequese dos índios. Antecipando informações sobre a relação que manterá com o IHGB e com seus membros [que será abordada mais demoradamente no segundo capítulo da tese] destacamos uma passagem registrada em ata de reunião do Instituto, que traz a fala de um dos integrantes do grupo de indígenas que a acompanhava, já que o objetivo de criar a associação era conferir atenção e proteção aos ‘selvícolas’ brasileiros:

Mamãi sahio, coitada! Ella tem tantos desgostos que nunca me tenho queixado para não augmentar os seus soffrimentos, mas eu me sinto muito doente e sei que quando o sol deitar-se eu subirei para o céu. Meu filho apanha as minhas lagrimas, leva-ás a minha mulher e com ella chorarás por mim...assume o poder em meu logar, sejas bom para todos e governe direito como tenho feito; trate bem os christãos e lhes indique sempre o caminho verdadeiro. Leva Mamãi para as nossas aldeias, não deixa faltar-lhe cousa alguma, dê-lhe bastante comida, impeça as crianças de fazerem barulho perto della que já vai ficando velha e quando ella fechar os olhos abre para ella uma cova bem funda e muito limpa que cobrirás com folhas verdes.<sup>192</sup>

<sup>190</sup> Leolinda, ao final da *Explicação necessária*, assina: Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1920. Isto parece ser um indício de que escreveu o texto visando à publicação na *Da catechese*. Sobre os registros da memória feminina e a sua tripla operação, optamos por seguir a acepção de Perrot (2005), como referido na Introdução.

<sup>191</sup> DALTRO, 1920, p. xx.

<sup>192</sup> DALTRO, 1920, p. 428-429. O *testemunho* do major Sabino Krahô também consta na Ata da 9ª sessão extraordinária em 03/10/1902, do IHGB, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 65, parte 2, 1902, p. 505. O Arquivo da Revista do IHGB está disponível em: <http://www.ihgb.org.br>. Acesso em: jul. 2010.

A fala é do major<sup>193</sup> Sabino Krahô, que integrava o grupo que se deslocou por algumas mil léguas das aldeias de Goiás até o Rio de Janeiro, com o objetivo de buscar ‘Mamãe Grande’ e, certamente, reiterar as já conhecidas reivindicações relacionadas à posse de terras e à educação. Talvez se possa dizer que, até aquele momento, ou seja, os anos finais do século XIX, o *modus vivendi* dos índios e dos sertanejos apenas figurasse nas narrativas dos viajantes e dos intelectuais. No ‘*Album*’ de Leolinda, o sertanejo está autorizado a pensar, falar e escrever sobre si mesmo e até contar sobre os outros.

Pode-se, também, considerar o ‘*Album*’ como um *acontecimento*, porque nele o sertanejo e, por vezes, os próprios índios se expressam pela palavra escrita, tomando parte efetiva como testemunhos da missão de Leolinda. Ela mostra-se encantada com a nobreza de caráter e com os sentimentos altruísticos dos sertanejos. Pode-se inferir que esta percepção tenha decorrido do fato de que as pessoas que viviam no sertão haviam abraçado o projeto de catequese laica, que orientava a nova postura de um Estado moderno republicano, fazendo uma ruptura com uma prática de séculos da catequese religiosa orientada pelos missionários católicos.

Seu programa de educação laica, como já mencionado, não obteve o apoio oficial dos cofres públicos do governo federal, entretanto, lhe valeu a admiração de amigos(as) que fez entre os membros da sociedade regional, como nos demonstra essa carta escrita desde a cidade de Leopoldina (hoje Aruanã-GO), assinada por Benedicta Azevedo de Mendonça: “Ficamos, pois, pedindo a Deus para que sejais muito feliz em toda a vossa viagem e que volteis breve para termos o prazer de vos tornar a ver e abraçar como sinceras, verdadeiras e leaes amigas.”<sup>194</sup>

Seguindo as reflexões metodológicas de historiadores como Ginzburg e Levi, também não pretendemos uma escrita da história linear dos acontecimentos e nem tampouco encontrar a “verdade” nos relatos factuais que estão nas cartas, atestados e

---

<sup>193</sup> Os chefes indígenas costumavam usar patentes conferidas aos militares, provavelmente a partir do Regulamento das Missões (1845), o que faz sentido se conferirmos a estrutura dos aldeamentos indígenas, semelhantes às instituições militares, como por exemplo, cada cargo criado para as missões correspondia a uma patente militar. Outro aspecto era a própria proximidade entre os destacamentos e/ou presídios militares e os aldeamentos. O próprio Regulamento previa a formação de milícia com os aldeados, sem contar a participação efetiva de militares que acompanhavam o missionário nas tentativas de contato com grupos indígenas. As observações são de KODAMA (2009), que não nos permite esquecer os projetos e as políticas assimilacionistas anteriores ao Regulamento, pois “[...] tratavam muitas vezes da formação de milícias de índios e do aparato uniformizado a eles concedido.” Para ela, ainda “[...] são perceptíveis as continuidades entre o Regulamento de 1845 e as práticas antigas de formação das aldeias.” (p. 250-251)

<sup>194</sup> In DALTRO, 1920, p. 214.

abaixo-assinados que contém o ‘*Album*’. Diferentemente dos pesquisadores que nos precederam na análise da trajetória e da obra de Leolinda, é precisamente no conteúdo fragmentário, impreciso, frágil, contraditório, conflitante, e, também, no silêncio e nas omissões, que procuramos entender as estratégias de articulação que ela empregou para levar adiante o projeto de catequese laica nos sertões de Goiás e, assim, tentar compor a realidade social de uma extensa rede de sujeitos sociais em torno de si e de sua causa. Talvez, na trajetória de Leolinda – professora, indianista, feminista – como nas palavras de Saramago, “O fim de uma viagem [tenha sido] apenas o começo de outra.”

No segundo capítulo, intitulado “*A viagem que Leolinda fez para fora de si*”, nos debruçamos sobre o papel de mediadora que Leolinda exerceu e sobre a extensa e multifacetada rede que ela constituiu. Pretendemos também analisar esta documentação na perspectiva de uma “escrita de si”.

### 3 A VIAGEM QUE LEOLINDA FEZ PARA FORA DE SI

#### A Estrela (*ÓA-CI*)

56“Uma noite, contemplando o céu pontilhado de estrelas, uma destas mais o impressionou por seu brilho límpido e sereno. – Que pena não poder eu encerrar-te em uma cabaça para te mirar a meu contento! Sonhou o “*si-psá*” com sua estrela. No meio da noite acordou e qual não foi o seu espanto, sentindo a seu lado uma jovem de olhos cintilantes. Julgou uma tentação e afastou-a de si, dizendo-lhe que se fosse dali sem demora. – Mas eu sou a estrela brilhante, que desejaste possuir encerrada em tua cabaça!” (Capitão Sepé)<sup>195</sup>

A epígrafe ilustra uma das lendas Xerente narrada por um protagonista já conhecido: o capitão Sepé, líder do grupo de indígenas Xerente que chegou ao Rio de Janeiro em 1896. Lembremos que Leolinda, ao decidir acompanhar o grupo até o aldeamento de Piabanha, em Goiás, permaneceu em São Paulo, onde se encontrava seu filho Alfredo, praticante de 1ª classe na administração dos Correios. Segundo a lenda, Leolinda recebeu dos Xerente o nome de Oaci-zauré. Trataremos deste assunto no desenvolvimento deste capítulo.

Na tentativa de angariar fundos para seu projeto de catequese, Leolinda buscou e recebeu apoio da imprensa paulistana e de setores da sociedade, dentre os quais se sobressaíram intelectuais, artistas, educadores, profissionais liberais e também voluntários anônimos que se dispuseram a contribuir. Os vários contatos que conseguiu estabelecer possibilitaram que sua missão se concretizasse, ao mesmo tempo em que permitiram que ela estabelecesse uma rede social bastante heterogênea, como mencionado acima.

Um de seus contatos foi com o professor José Feliciano, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP,<sup>196</sup> que se constituiu um dos colaboradores desta intrincada rede. Empenhado em obter uma subscrição em favor dos Xerente, escreveu mais de uma dezena de cartas, publicadas em *O Estado de São Paulo*, nas quais prestava seu apoio à “instalação de uma professora, que entre os cherentes iria ensinar os

<sup>195</sup> In OLIVEIRA, 1915.

<sup>196</sup> O IHGSP completa 120 anos em 2014. Manuel Ferreira Garcia Redondo, um dos apoiadores da rede social de Leolinda na ‘Paulicéa’, fez parte da primeira Diretoria eleita, em 1894. Engenheiro, integrou o quadro docente inicial da Escola Politécnica de São Paulo, que começou suas atividades neste mesmo ano. Ver SHOZO, Motoyama (Org.). *Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2004.



rudimentos da vida civilizada”.<sup>197</sup> Aliás, Feliciano e Leolinda tiveram um amigo em comum, Horace Lane, que percebendo seu entusiasmo, certamente também o incentivou, oferecendo apoio para divulgar suas anotações sobre os aborígenes<sup>198</sup> e orientando-o a proceder da seguinte maneira: “Faça uma memória para o próximo congresso de americanistas e verá como, ao lerem de sua memória, todos se voltarão para escuta-la atentamente.”<sup>199</sup>

Antes de sabermos se o pedido de Horace Lane foi acolhido por Feliciano, apresentaremos ao leitor nossas reflexões sobre a relação de amizade e confiança que se estabeleceu entre Horace Lane e Leolinda. Se, para Elaine Rocha (2002)<sup>200</sup>, eles não tiveram “nenhum relacionamento”, as leituras que fizemos nos indicam que o então Diretor do Mackenzie foi o principal mentor e patrocinador de seu propósito de catequizar os índios no vale entre os rios Araguaia e Tocantins (1897-1900). Nas cartas que Lane enviou a Leolinda, ele refere conhecer as atividades desenvolvidas por missionárias em sua pátria, os EUA, que haviam convivido longamente com diversas etnias.<sup>201</sup> A afirmação de Rocha parece reproduzir e perpetuar, no limiar do século XXI, o preconceito que Leolinda tanto

---

<sup>197</sup> OLIVEIRA In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1915, p. 13 e ss. Cabe aqui confirmar que o capitão Sepé e outros chefes Xerente de passagem por São Paulo, segundo o professor Feliciano, estiveram em conversações em sua casa entre 1896 e 1911, o que, possivelmente, lhe permitiu reunir material e publicar a memória: “Os Cherentes (Aborígenes do Brazil Central)” na *Revista*. Ele anota que este é um resumo do que ele apresentou em Londres e, posteriormente, apresentará outros artigos.

<sup>198</sup> José Feliciano informa que os artigos escritos para subscrição nos jornais paulistanos em 1896 foram publicados em folheto nos Estados Unidos por Horace Lane, que os traduziu, em parte, para a língua inglesa. O sócio do IHGB Basílio de Magalhães acrescenta informação que nos leva a Horace Lane. Este, em 1897, ao publicar os artigos de José Feliciano na América do Norte, “[...] modestamente se escondeu sob a expressão ‘O editor’”. In: MAGALHÃES, Basílio de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 101, v. 155, 1927. p. 20. Ainda sobre Feliciano, MAGALHÃES considera que ele realizou “o estudo [etnográfico e linguístico] mais completo que até hoje apareceu sobre aquella tribo do Brasil central.” Id., Ibid. p.20.

<sup>199</sup> OLIVEIRA, 1915, p. 14.

<sup>200</sup> Rocha, em artigo divulgado na revista eletrônica – Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-1897) –, *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n.15, p. 146-172, 2013, realiza leituras equivocadas, contraditórias e, em certa medida, marcadas por um excesso de *esquecimento*, considerando o período entre a defesa da tese (2002) e da publicação deste artigo (2013). Neste último, ela apresenta Leolinda somente como “parda”, ao invés de cabocla e/ou parda, como refere na tese. Também no artigo, Leolinda passa a assistir em “sala contígua” às sessões do 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909), enquanto que na versão da tese afirmou que ela assistiu em “sala contígua” às sessões do IHGB (1902). Cabe, ainda, destacar que o artigo divulgado por Rocha, passados já onze anos, carece [ou desconhece] de atualização da literatura publicada sobre Leolinda, o que pode ser conferido ao longo do texto e na Bibliografia referida ao final. Ao não dialogar com a produção sobre a temática, a historiadora incorre na continuidade de uma série de distorções e equívocos. Por fim, neste mesmo artigo de 2013, a autora refere fontes do Arquivo Dominicano, em Belo Horizonte, MG, excluindo da discussão a atuação dos freis da Ordem Menor dos capuchinhos, em especial, a Antonio de Ganges, várias vezes citado na tese, como desafeto de Leolinda.

<sup>201</sup> É sabido que, desde o século XVII, congregações de missionárias católicas, a exemplo das irmãs ursulinas, como apontam os estudos de Natalie Davis, deslocaram-se da França, através das águas do Atlântico, para levar o cristianismo aos ameríndios.

havia denunciado uma década após seu retorno à capital na cidade do Rio de Janeiro (1910). Ela acreditava que não havia conseguido o apoio do poder público para sua nomeação como Missionária dos Índios de Goiás, “por causa do seu sexo”. Pode-se dizer que Leolinda havia tentado “fazer algo que ninguém [daquela maneira] nunca havia feito”.<sup>202</sup>

O pedido feito por Horace a Feliciano viria a ser atendido somente uma dúzia de anos depois, ao publicar suas notas etnográficas e linguísticas sobre os Xerente nos *Annaes* do XVIII Congresso de Americanistas, que ocorreu em Londres, em maio de 1912. Parece-nos que um dos motivos que levou Feliciano a expor, após tanto tempo, a pesquisa que havia realizado com os chefes Xerente, foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI (1910). Algumas de suas anotações, que comentaremos a seguir, nos indicam esta probabilidade.

Professor e erudito, Feliciano diz que a memória que apresentou em Londres não tratou de alguns pontos que viriam a ser expostos, posteriormente, no artigo escrito para a *Revista do IHGSP*, justificando: “[...] não desejo com ideias novas perturbar o que se está fazendo e nem perder mais um tempo cansado, em assunto que o oficialismo tem monopolizado sem atender às tradições, aos estudos anteriores”.<sup>203</sup> Suas palavras nos remetem aos obstáculos encontrados por Leolinda ao buscar o apoio do poder de Estado para executar o seu programa de catequese e civilização dos autóctones. Os pontos sobre os quais silenciou durante o Congresso referiam-se ao projeto educacional pensado por Feliciano, que indicava, tal como Leolinda, que somente adotando uma vida pastoril e agrícola os aborígenes “serão utilmente civilizados”.<sup>204</sup>

Outro ponto em comum entre as posições assumidas por Leolinda e Feliciano, além do tipo de educação que defendiam para os índios, é certo ressentimento em suas palavras, como se constata na referência a “um doentio patriotismo, que na pátria tanto mal me fez”.<sup>205</sup> Lembremos que Leolinda justifica sua missão pelo sentimento patriótico, que a teria levado a deixar o magistério e a aparente cômoda situação que este ofício lhe proporcionava e a abandonar sua casa e seus filhos, com a firme decisão de ensinar o *outro*, “os filhos das brenhas”. Como resultado deste ato de abnegação, Leolinda viria a

<sup>202</sup> DAVIS, Natalie Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-14; p. 189-201.

<sup>203</sup> OLIVEIRA, in *Revista do IHGSP*, 1915. p 14.

<sup>204</sup> OLIVEIRA, 1915, p.14-15.

<sup>205</sup> Id. *Ibid.*, p. 14.

realizar um encontro com o *outro* Brasil, um país conhecido, até os anos finais dos oitocentos, somente através das memórias de viajantes, cientistas e letrados nacionais e estrangeiros.

Vale destacar que caberia à obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que teve sua primeira edição em 1902, revelar o *outro* Brasil, o da tradição, que insistia em ficar fora do alcance das luzes da modernidade. Entendemos aqui a tradição como aquela representada pelas populações do *outro* Brasil, a dos sertanejos, dos negros pós-abolição e das populações indígenas, que os governos republicanos tentaram excluir de seus planos e práticas políticas efetivas. Os indígenas, especialmente, pois “se mesmo no Império o interesse por eles foi muitas vezes mais retórico do que pragmático, se os nativos figuraram antes no romanceiro romântico e na pintura histórica do que em políticas de ampla aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente”.<sup>206</sup>

### 3.1 - LEOLINDA: OACI-ZAURÉ (ESTRELA D’ALVA) DOS XERENTE: ‘MEMORIA’ SOBRE A CATEQUESE DOS ÍNDIOS

Mas retomemos a descrição do ato de abnegação de Leolinda para refletir um pouco mais sobre os seus sentimentos ao ter que “abandonar” os filhos. Sabe-se que parentes, amigos e até figuras públicas tentaram em vão dissuadi-la, o que, possivelmente, a levou a organizar a vida e a pensar no futuro de seus filhos menores, Oscar, Leobino e Aurea. Talvez esta tenha sido a maneira que encontrou para amenizar seus sentimentos ou, então, representasse, como proposto por Natalie Davis (1997),<sup>207</sup> uma forma de heroísmo sedimentada em sua ‘fé de officio’. Quando partiu, decidida a encontrar e civilizar os “filhos das brenhas”, Leolinda tinha trinta e oito anos.

Os “filhos das brenhas”: esta era, com certeza, a imagem da alteridade que a maioria dos intelectuais brasileiros desejava cientificamente comprovar. Uma imagem da inferioridade de “nações fetichistas”, que, exatamente, por esta condição, a qual incluía a

<sup>206</sup> Sobre os muitos excluídos que a República criou ver SCHWARCZ, Lília. População e sociedade. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *A abertura para o mundo 1889-1930*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 35-83.

<sup>207</sup> A autora, em obra já referida (1997, p.11-14), apresenta as trajetórias de três mulheres – uma judia, uma católica e uma protestante – vividas em contextos muito distintos, mostrando pontos em comum e disparidades. A trajetória da francesa Marie, que, ao ingressar na ordem das irmãs ursulinas, “abandona” seu único filho, para, depois, cumprir missão entre os indígenas do Canadá, nos serviu de inspiração para a reconstrução da trajetória de Leolinda.

rudeza de hábitos e bárbaros costumes, as levaria, gradativamente, à situação de aniquilamento. Somente às sociedades modernas e, portanto, civilizadas estava reservada a conquista da ordem e do progresso e, finalmente, da sua própria evolução na escalada humana. Este era o paradigma construído pelos adeptos das teorias comteanas e do evolucionismo.

Em trabalho de fôlego, produzido em 2009, Kaori Kodama nos apresenta ‘o lugar’ do índio na produção etnográfica do Instituto Histórico e Geográfico *do Brasil*, através da análise dos artigos dos sócios do Instituto, publicados na *Revista do IHGB*, e dos Relatórios de presidentes de província apresentados às Assembleias Legislativas Provinciais e a ministros do Império, no período de 1840 a 1860. A análise é realizada tendo como pano de fundo a política indigenista imperial de “catequese e civilização”, especialmente a partir da formulação e promulgação do Regulamento das Missões (1845). Kaori constata a existência de sintonia entre os relatos dos diversos presidentes de província e o discurso traçado por parte dos letrados do Instituto Histórico: “a decadência dos povos indígenas e seu extermínio inevitável”.<sup>208</sup> Esta cumplicidade expressa na linguagem dos presidentes e no discurso etnográfico sobre os povos indígenas aponta para a inviabilidade do programa de governo proposto para “civilizá-los”. Em outras palavras, tanto nas teses científicas enunciadas pelos membros do IHGB, quanto nas falas dos presidentes, os índios estavam fadados ao desaparecimento.

Retomando a questão d’o lugar’ do índio que, de acordo com Kaori, é pauta de discussão desde o início da fundação do Instituto, em 1838, levando à criação da seção etnográfica, o mais notável talvez seja perceber como tal lugar foi, gradualmente, constituindo o ‘não lugar’ do índio, na medida em que a alteridade que representava a sua presença na construção da nacionalidade acabaria por ceder espaço à “marcha da civilização que a história se propunha a contar”.<sup>209</sup> Em nosso entendimento, a imagem de pátria e de cidadão idealizada no período de 1840 a 1860 terá continuidade nos discursos dos sócios do Instituto na Primeira República no período de 1889 a 1930. Retomaremos tal entendimento quando tratarmos da passagem de Leolinda pelo IHGB, em 1902.

Mas que coisas Leolinda aprendeu com aqueles a quem fora ensinar? Em uma viagem de quase quatro anos, realizada com o propósito de catequizar as diversas ‘tribus’,

---

<sup>208</sup> KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. p. 13-20.

<sup>209</sup> KODAMA, 2009, p. 18.

ela efetivamente se deparou com o desconhecido. Seu contato com os índios permitiu que ela os percebesse como indivíduos que não estavam agregados à lógica do mundo ocidental cristão. Isto se tornou ainda mais evidente quando constatou neles a capacidade de mudar as estratégias defensivas e ofensivas à medida que os não índios avançavam para dentro de seus territórios naturais. Ou, então, na habilidade de reorganização social face às experiências de sucessivos aldeamentos.

Parece-nos que Leolinda, ao se deparar com inúmeras situações de incertezas e riscos nos sertões, tomou de empréstimo as táticas de sobrevivência usadas pelos ‘selvicolas’. É o que sugere a decisão que tomou de dividir o grupo que a acompanhava e seguir por caminhos pouco usuais para quem pretendesse cruzar o vale entre os rios Araguaia e Tocantins, aventurando-se por passagens na mata ignoradas pela maioria dos sertanejos, mas, muito provavelmente, conhecidas por alguns índios que a acompanhavam. Acreditamos que tenha sido esta decisão que permitiu que ela sobrevivesse e retornasse para os seus filhos, agora não mais para a Barra da Gávea, onde lecionava e residia antes de sua viagem aos sertões, mas para a Rua da Pedreira, n. 3, no subúrbio de Cascadura.

Se, nas últimas décadas do século XIX, a política imperial apresentava às outras nações, especialmente às europeias, a imagem de um índio idealizado, a exemplo do que ocorreu durante a Exposição Universal de Paris, em 1889, por ocasião do Centenário da Revolução Francesa,<sup>210</sup> na primeira década do século XX, ao retornar de viagem, Leolinda procurou mostrar aos seus compatriotas – através de sua presença, falas e escritos – que os indígenas eram de carne e osso, compunham diferentes nações tuteladas pelo Estado e faziam parte da nação brasileira.

Lembremos que fazia um ano que a princesa Isabel havia assinado a lei que libertaria a população negra do trabalho em regime de escravidão (Lei Áurea, 1888). Assim, enquanto os imigrantes europeus no Centro-Sul contribuía para a constituição de uma nova força de trabalho, outro tipo de migração, proveniente do Nordeste, viria juntar-se ao contingente que alimentaria o acelerado processo de industrialização e de reurbanização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Leolinda, como se sabe, partiu da Bahia em direção ao Rio de Janeiro nos anos finais desta década, durante o período de

---

<sup>210</sup> A participação do Brasil nas Exposições, como é sabido, pretendia velar uma realidade de misturas étnicas e culturais. Ver mais sobre esta temática em: SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. \_\_\_\_\_. *Espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

maior explosão demográfica na capital federal. “Tudo se faz crer que a população domiciliada em cortiços representasse em 1890 o dobro da recenseada em 1888, se não mais, isto é, mais de 100.000 habitantes”.<sup>211</sup>

É plausível supor que Leolinda, antes mesmo de acompanhar as matérias veiculadas pelos jornais e participar das festas cívicas no Rio de Janeiro, tenha tomado contato com a literatura indianista de Gonçalves Dias e de José de Alencar quando cursava Magistério na Bahia. Uma obra bem menos divulgada e do mesmo período foi escrita pelo mineiro Bernardo Guimarães, e intitula-se *O ermitão do Muquém*. Nela, o autor retrata um “herói” que foi viver nesta região,<sup>212</sup> entre os sertanejos e os índios de Goiás. Uma curiosa aproximação com o propósito e com a viagem feita pela catequista leiga Leolinda, que nos leva a cogitar que ela possa ter tomado contato também com a obra de Guimarães.

Estas especulações nos remetem à formação e à educação que Leolinda recebeu. De acordo com Elaine Rocha, que se valeu dos Estatutos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, por não ter localizado o registro escolar de Leolinda, seu caráter forte e independente tem relação direta com a educação que recebeu das irmãs ursulinas, ordem que dirigia o colégio.<sup>213</sup> Com o objetivo de cotejar ou complementar as informações encontradas em Rocha, recorreremos ao artigo de Chaves (2009), que analisa as instituições de educação e amparo de meninas na Bahia, a partir de meados do século XIX, com base em fontes colhidas no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, segundo o autor, foi a primeira instituição fundada para atender as chamadas “órfãs” em 1827, tendo funcionado também como

<sup>211</sup> Relatório dos Trabalhos da Inspetoria Geral de Higiene de 1892, in OLIVEIRA, 2010, p.112.

<sup>212</sup> José Martins Pereira de Alencastre indica a presença dos Xerente, no início do século XIX, na região do Muquém. Annaes da provincia de Goyaz nos tomos XXVII e XXVIII, respectivamente, de 1864 e 1865, na Revista do IHGB. In: MAGALHÃES, Basilio de. *Revista do IHGB*, t. 101, v. 155, 1927. p. 8. Como já citado, Leolinda passou por esta região a caminho das aldeias da etnia Krahô.

<sup>213</sup> ROCHA, 2002, p. 55-56. Elaine Rocha colheu dados junto aos Registros Paroquiais na Bahia e ao Arquivo Histórico do Ministério do Exército, que a levaram a inferir que Leolinda tornou-se órfã de mãe após os dois anos de idade e, alguns anos depois, também de pai, o Sr. Luiz Antonio de Figueiredo, que combateu na Guerra do Paraguai. Chaves destaca os efeitos da morte dos soldados combatentes para algumas cidades da Bahia: “além de todos os prejuízos humanos e materiais que o confronto bélico produziu, é preciso destacar a condição de sofrimento das famílias e, particularmente, das crianças. Para as crianças brasileiras, a todas as adversidades que enfrentavam se somaram os efeitos da referida guerra, pois dezenas de milhares de crianças em todo o Brasil, além de argentinas, paraguaias e uruguaias, ficaram órfãs. De acordo com o Estado-Maior do Exército (1972), lutaram na Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, cerca de 140.000 brasileiros, dos quais 33.000 tomaram na luta CHAVES, Antonio Marcos et al . Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 8, n. spe, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jan. 2014.



externato. Entretanto, após trinta anos de funcionamento em Salvador, o colégio mudou de local e passou a ser regido pelas Irmãs de Caridade. Durante o período da infância de Leolinda, mais dois colégios foram fundados na capital baiana.

Tanto o Colégio Nossa Senhora de Salette (1859), quanto o Colégio da Providência – que foi criado pela Confraria das Senhoras de Caridade (1862) – baseavam-se em códigos muito semelhantes no que diz respeito à administração interna e ao disciplinamento das meninas. Nos Estatutos de ambos, observa-se também que o principal objetivo das instituições era um *processo educacional de disciplinamento*, que habilitasse as meninas e/ou moças a *viverem* autonomamente no futuro. Estas informações levantadas por Chaves parecem mostrar que a maioria das instituições educacionais neste período, como no caso dos três colégios que referimos, e que acolhiam meninas órfãs ou não, priorizavam uma mesma formação, não havendo razão para supor que Leolinda tivesse se destacado das demais meninas com as quais conviveu, por ter sido educada por irmãs ursulinas.

O Estado, segundo o mesmo autor, se limitava a repassar poucas subvenções às instituições de amparo a meninas na Bahia, que mais do que cuidar das crianças, deveriam se ocupar do cumprimento dos códigos morais vigentes na sociedade do período. No caso específico das meninas, as preocupações voltavam-se para a mulher adulta que deveria cumprir seu papel de mãe e esposa dedicada, ou seja, garantir que faria parte efetiva do rol das “cidadãs úteis”.

É certo que Leolinda adotará uma série de propostas inovadoras ao exercer o Magistério e que, posteriormente, isto também se manifestará na sua atuação pelos direitos dos índios e das mulheres. Ou seja, o sentido de “cidadã/cidadão útil” será por ela ressignificado, traduzindo-se na defesa do direito ao sufrágio a ser concedido ao índio, o que o tornaria cidadão da República, e na segunda década do regime republicano, a defesa que fará do sufrágio feminino.

Na condição de professora, Leolinda defendeu uma educação inovadora, que superasse aquela que era destinada às mulheres das classes média e pobre, que consistia em aprender a ler, escrever, contar e executar bem as “prendas domésticas”. Uma educação

que permitisse à mulher o exercício de um ofício,<sup>214</sup> para que, na falta do pai ou do marido, pudesse ter condições de amparar a si e/ou seus filhos na luta pela sobrevivência.

### 3.2 - A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AUXÍLIO AOS SILVÍCOLAS DO BRASIL: UMA SAGRADA MISSÃO

Pretendendo dar continuidade ao desvelamento da trama, apresentamos o longo período em que a protagonista circulou pela imprensa, instituições e congressos acompanhada de "seus índios", e com uma dupla meta. A primeira era a de criar uma Associação de proteção e auxílio aos silvícolas, e a segunda era a de obter seu jubileamento (aposentadoria) para com eles retornar ao norte de Goiás.

Nas palavras de Leolinda: “[...] meus índios!..., como dizem por ahi, os que querem chacotear daquelles que lhes são superiores, porque alimentam um ideal [...]” Esta expressão está posta na ‘Memoria’ de Leolinda publicada nos *Annaes do Iº Congresso Brasileiro de Geografia do Rio de Janeiro* e na sua obra *Da catechese*. Os autores de trabalhos já produzidos sobre Leolinda que consultamos acreditam que o termo “seus índios” se referia à forma como Leolinda os considerava e/ou chamava. Entretanto, analisando com mais acuidade o texto da ‘Memoria’, constatamos outros dois sentidos possíveis para o termo empregado. O primeiro: era assim que se referiam os articulistas dos jornais da época (1902-1910), pois é sabido que os índios a acompanhavam em todo lugar, já que ela pretendia que a presença do ‘selvicola’ fosse notada na capital federal. O segundo: os índios se referiam à Leolinda como ‘Mamãe grande’, termo utilizado para nomear as pessoas não índias que consideravam importantes. Já vimos que se referiam ao chefe de Estado, o presidente do Brasil, como ‘Papae grande’. No caso de Leolinda, percebe-se também uma ligação afetiva e de confiança. Esta expressão, portanto, não decorria exclusivamente do fato de estarem abrigados em sua casa, mas porque havia se proposto a atendê-los em suas reivindicações e a acompanhá-los nos contatos com grupos sociais ou autoridades políticas, que se fizessem necessários para tal.

Destacaremos as diferentes narrativas que fizeram os jornais fluminenses, a própria Leolinda e o IHGB, sobre a vinda dos índios em 1902 (dois anos após o retorno de Leolinda dos sertões), com o objetivo de reconduzi-la aos sertões, para que pudesse dar continuidade à catequese entre eles e seus filhos. Farei, em relação a estes textos, uma conexão com a 'Memoria' escrita por Leolinda com o firme propósito de executar seu

---

<sup>214</sup> Esta proposição educacional é referida em sua obra *Inicio do Feminismo no Brazil*.

projeto, e que deveria ser apresentada à comissão de Etnografia no Congresso Brasileiro de Geografia na cidade do Rio de Janeiro (1909).

Também nos deteremos nos sujeitos – os índios – para logo após acompanharmos a circulação inicial de Leolinda pela imprensa (1900-1901),<sup>215</sup> na tentativa de divulgar e publicizar seu projeto de retornar e criar a Colônia Joaquim Murtinho<sup>216</sup>, um centro agrícola com treze léguas de extensão, às margens do Araguaia, sob o nome de ‘Geraes’. Lugar com matas virgens e terras ricas em minerais, no qual pretende reunir em combinação com os chefes indígenas, e o prestígio de dois valentes sertanejos [possivelmente seus defensores José Dias e Leão Leda], as diversas etnias com que esteve em contato, com o intuito de oportunizar sua instrução, sua civilização. Leolinda entende a civilização do índio como o direito ao trabalho em diversas atividades, para, assim, torná-los cidadãos ‘prestáveis’ ou ‘uteis’. Eis a República para os indígenas como *desideratum* de Leolinda.

Parece-nos que Leolinda conhecia o lugar a que se referiu e, possivelmente, durante o convívio com *as gentes* dos sertões e com o apoio de lideranças que bem conheciam as riquezas naturais do lugar viu diante de si a possibilidade de concretizar seu desejo de retornar e incorporar os índios nos mais diversos ramos do trabalho, a saber, o da agricultura e o da indústria. Entretanto, um articulista do jornal *A Tribuna* emite sua opinião: “O que torna inútil qualquer campanha neste sentido é que alegarão logo contra ella – de que isso é da atribuição dos governos dos Estados que estão de posse das terras devolutas, e a quem por conseguinte cabe promover o aproveitamento dellas”.<sup>217</sup>

Leolinda, certamente, contou com o saber e a experiência de seus aliados para traçar o Mapa explicativo do seu projeto de fundação da colônia indígena, e serviu-se desse

---

<sup>215</sup> Os jornais que veiculam o retorno de Leolinda ao Rio de Janeiro ocupam vinte páginas em *Da catechese são: Gazeta de Noticias, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Jornal do Commercio, Cidade do Rio, A Noticia, O Dia, O Paiz e A Tribuna*, sendo os três primeiros os que publicaram o maior número de matérias.

<sup>216</sup> Joaquim Murtinho tem no Estado de Mato Grosso sua terra natal. O rio Araguaia é uma delimitação natural entre este estado e [o norte de] Goiás, atual Tocantins. Provavelmente, este é o motivo pelo qual Leolinda resolve homenageá-lo. Lembremos que durante sua viagem pelos sertões de Goiás ela constituiu e obteve o apoio de uma ampla rede, composta por autoridades públicas e famílias reconhecidamente influentes na esfera política regional. Necessário era contar, agora, com pessoas que detinham certo poder de mando no estado limítrofe, onde pretendia criar a Colônia indígena.

<sup>217</sup> O articulista que assina sob o pseudônimo de Pangloss continua seu argumento que, para um Estado *pobre* como o de Goiás é impossível civilizar as numerosas ‘tribus’ às margens do Araguaia [e do Tocantins]. In: DALTRO, 1920, p. 367.

conhecimento para ir até a redação dos jornais,<sup>218</sup> tornando público seu projeto de catequese e civilização dos índios. Contudo, como ela mesma diz, para realizar seu intento somente precisaria contar com “Alguma protecção do governo, a *sympathia* e apoio do povo, e principalmente a mocidade brasileira sempre disposta a acções nobres e grandes, [...]”<sup>219</sup>. Talvez tenha tido em mente, ao se referir à mocidade, a atitude dos alunos da Escola Militar da praia Vermelha no Rio de Janeiro, que, por ocasião da estada do grupo de indígenas que acompanhava o capitão Sepé (1896), como já referimos, o recolheu da repartição central da polícia e o abrigou na Escola. Ainda, pode-se supor, que o exercício no Magistério por longa data, colocou-a em contato cotidiano com um público na faixa etária infanto-juvenil. Nessa trama, que algumas vezes pode ser percebida como uma *tragicomédia*, e que o leitor terá a oportunidade de acompanhar no “seu fazer-se” ao longo dos capítulos da tese, a protagonista não contará com a adesão dos que habitavam os subúrbios fluminenses e tampouco com a assistência do governo que se dizia republicano.

Consideramos importante, antes de darmos início à reconstituição de sua turnê cidadina, retomar a lenda Xerente da ÔÁ-CI, a partir dos seus desdobramentos para a etnia.

“- Mas tu és capaz de ficar dentro de minha cabaça de cocos (“cúi-cá”)? - Sim, afirmou a “ôá-ci”. O jovem tomou de sua “cúi-cá” meteu dentro a estrellá (“oá-ci-ma-tô-e-rem-nin”); esta virou os olhos para cima, e era uma lindeza contemplá-os em todo seu brilho. O moço [si-psá]<sup>220</sup> não socegou mais. Durante o dia sahiu para o matto: não largava de pensar na estrellá que tanto desejára num momento de irreflexão e cuja posse agora o deixava tão embaraçado. [...] No dia seguinte a estrellá convidou o *spi-sá* para ir caçar. Chegando perto de uma bacabeira a estrellá pediu ao moço que subisse na palmeira para colher um cacho de bacabas. Quando o *spi-sá* já estava lá em cima, cortando o cacho, a *ôa-ci* gritou-lhe: - Segura-te bem ahi! E deu com uma vara na bacabeira, ao mesmo tempo que nella trepava. Logo a arvore foi crescendo, crescendo e afinando-se cada vez mais... Adelgaçou-se, e subiu tanto que tocou no céu. Lá, com as folhas a estrellá amarrou a bacabeira a um paredão e ambos, firmando-se no topo da arvore, saltaram para dentro do céu. (Capitão Sepé)<sup>221</sup>

Mas a lenda não acaba aqui. Mais adiante, retomaremos o seu desfecho. O que queremos, neste momento, é chamar a atenção do leitor para a construção da alteridade na

<sup>218</sup> A referência sobre o Mapa explicativo apresentado por Leolinda é matéria dos jornais *A Cidade do Rio e O Paiz*. In DALTRO, p. 343 e p.363, respectivamente.

<sup>219</sup> DALTRO, 1920, p.343.

<sup>220</sup> O professor José Feliciano identifica nos *costumes ethnicos*, segundo as informações do capitão Sepé, depois confirmadas pelo chefe Lino [Xerente], que o casamento verdadeiro, religioso, chama-se *cri-ten-coá* e só se contrai entre noivos *donzeis* (*si-psá*). Os moços e moças que se desviam (*ai-meu-man e ben-da*) só se podem casar com uma cerimônia civil. Esse é o casamento *dá-cu-ken*. (1915, p. 19)

<sup>221</sup> In OLIVEIRA, 1915.

cultura do povo Xerente<sup>222</sup>, (os Akwe ou Akwen),<sup>223</sup> através do registro etnográfico de alguns dos sócios do IHGB, como Basílio de Magalhães, e do professor de Matemática e Astronomia Feliciano de Oliveira, do IHGSP. Um dos motivos que nos levou a selecionar estes registros se deve, como já referimos, ao contato de Leolinda com algumas das subscrições de José Feliciano em jornais paulistanos, como mencionado por ela em sua obra. Por sua vez, Magalhães refere-se a Leolinda e a sua obra, apresentando-a como fonte que oferecia subsídios para os Cherentes, o que sugere seu reconhecimento do vivido pela *intrepida missionaria*,<sup>224</sup> D. Deolinda Daltro, de levar *nossa civilização ao gentio – gêscentraes*. Ele faz menção ao seu longo contato com os *cherentes* e ao programa de *conquista leiga*, apesar de não considerar sua obra *Da catechese* como um registro etnográfico, mas, sim, como um repositório de documentos “concernentes áquella sua **patriotica tentativa**, á qual se oppuzeram obstaculos insuperaveis”<sup>225</sup> (grifo nosso).

O segundo motivo é porque foi no IHGB que Leolinda começou a constituir sua rede de relações sociais, desta vez, com o objetivo de reivindicar proteção e amparo para os silvícolas. O terceiro motivo é que ela compartilha da perspectiva que ambos têm em relação a uma política indigenista que se assentava sobre a necessidade e a continuidade da

---

<sup>222</sup> Sobre a origem do nome *Cherente*, o professor Feliciano dá a sua versão, afirmando que “desde pequeninos, são “coroados” por suas mães ou pelas parentas chegadas. Fazem no alto da cabeça um pequeno *cercilho*, como a tonsura dos padres, e pintam-no de vermelho com “urucú” (ba). Faziam-no a principio com taquara (“cu-hi”) e hoje empregam a tesoura. [...] o nome *seren*, *serennan*, *in-seren* (“coroar”), donde evidentemente veiu o nome *cherente*, como o affirmo desde 1896.” (1915, 18-19) Lembremos que este é o ano em que reúne estas informações obtidas com o capitão Sepé, que estava de passagem pela cidade de São Paulo, na companhia de Leolinda.

<sup>223</sup> Atualmente, usa-se a grafia indicada entre parênteses. *Acuêns* ou *Akuens*, entre Chavantes e Cherentes, segundo o professor Feliciano, designa em geral a gente humana e o índio, em particular, no que concordam Magalhães e Vianna. Os Cherentes consideram-se aparentados – étnica e linguisticamente – com os Chavantes, e dizem que outrora viviam unidos. Os mais velhos da *tribu* contam que noutra tempo tiveram parentes comuns com os Carajás. Dão-se também como parentes dos Caraôs e Cayapós. (1915, p.18) Sobre a convivência em aldeamento comum das etnias Xerente e Xavante, é conhecido o “Mappa dos Indios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Christina [depois Piabanha] do rio Tocantins, ao norte desta província de Goyaz, aldeados aos 24 de junho de 1851” (p. 119-122) e o “Mappa dos Indios Charaós [Caraôs, Krahô], da aldeia de Pedro Affonso, nas margens do rio Tocantins, ao norte desta província de Goyaz”, segundo Magalhães, o aldeamento dos Krahô com a data de 8 de novembro de 1852, ambos organizados pelo frei capucho Rafael de Taggia e publicados pela *Revista do IHGB*, no tomo XIX, 1856 (In MAGALHÃES, 1927, p. 6-7).

<sup>224</sup> Por vezes, Leolinda é assim referida. Entretanto, não acredito que esta denominação decorra exclusivamente da referência irônica feita por Lima Barreto, em sua obra *Numa e a Ninfa* (1915). Leolinda é uma das “Três heroínas do romance antropológico brasileiro” em artigo de Corrêa (1990).

<sup>225</sup> MAGALHÃES, 1927, p. 22. Em um longo Prefácio, intitulado “Algumas notas sobre os Cherentes”, ele relaciona as fontes, publicações e/ou documentos produzidos sobre os Xerente no Brasil e no exterior, por viajantes, naturalistas, cientistas, cronistas, e padres entre meados do século XVIII e primeiro quartel do XIX. Muito relevante é o levantamento etnográfico que realiza no acervo da *Revista do IHGB*, elencando os artigos que tratam dos *aborigenes* para o referido período.

obra de civilização e que previa que somente através do trabalho e da instrução ela poderia ser efetivamente concretizada.<sup>226</sup>

Por fim, o mais importante dos motivos refere-se ao fato de que apesar de terem descrito os Xerente como “selvícolas”, “fetichistas” ou como “o gentio”, estes membros do IHGB registraram seus costumes e crenças e, também, sua língua, o que aponta para o desejo de conhecê-los e de dominar a língua em que o *outro* se comunicava.

Acreditamos que a oportunidade de convivência com a cultura do *outro* proporcionou aos etnógrafos José Feliciano e Urbino Vianna olhares mais despídos de preconceitos étnicos, distanciando-os das expectativas do “desaparecimento” dos povos ameríndios defendida por alguns de seus pares. Este é o caso de Urbino Vianna, que nos anos de 1920<sup>227</sup> conviveu com os Xerente.<sup>228</sup> Na opinião de Magalhães, as monografias etnográficas de ambos, ora se completam, ora confirmam sua relevância, na medida em que “constituirá relevante serviço, prestado por esse[s] dedicado[s] brasileiro[s] á **ethnographia patria.**” (grifo nosso)

“O indígena, quando é feliz e traz para o aldeamento muitas e varias peças, [...] como tambem se pesca um peixe de vulto, faz uma festa, e é um dia de paschoa para todos, pela communhão que reina entre os da mesma maloca. Em maio começa a colheita e, concluída, fazem a festa, a que chamamos da “fartura”. Na ocasião de suas festas, reina a maior cordialidade [...] dansa; come; bebe; folga e ri. [...] vivendo o Akuen em completa paz; é certo que se ligam e conjuntamente lutam contra inimigos de outras raças ou famílias. [...] Na vida selvagem, ao contrario do que se suppõe, os contactos sexuaes são regulados em beneficio do vigor da prole; o homem respeita a mulher em certas épocas, como a dos catamênios e parto. Por isso, talvez, é que têm mais de uma mulher.”<sup>229</sup>

As anotações destacadas acima são de Urbino Vianna e acreditamos que possam dar ao leitor uma boa síntese da cultura dos Xerente no período em que ele conviveu com

<sup>226</sup> Estudos sobre os contatos mantidos por Leolinda com alguns intelectuais do período já foram realizados por Gagliardi (1989), que identifica seu Programa de catequese leiga com as posições adotadas por alguns membros do Apostolado Positivista, a exemplo de Teixeira Mendes. Na literatura encontramos também Souza Lima (1987), que a coloca na categoria de agentes “propagandistas”, isto é, entre os que buscavam formar opinião pública e levar o Estado a tomar posição no debate sobre a política indigenista. Este autor também a aproxima de intelectuais como Sousa Pitanga, pois ambos defendiam a ação indigenista leiga e independente do oficialismo do governo. Embora cite Couto de Magalhães, Souza Lima não o apresenta como identificado com a postura de Leolinda. (1987, p. 22-33)

<sup>227</sup> Sua monografia sobre os Akuen é assinada em 1924, na cidade de Porto Nacional, e ele a oferece, juntamente com o mestre Basílio de Magalhães, “ao velho mestre J. Capistrano de Abreu.” (1927, p. 95)

<sup>228</sup> No século XX os Xerente, aldeados em Piabanha, contaram com o convívio dos pesquisadores Curt Nimuendaju (anos de 1930) e David Maybury-Lewis (anos de 1960). No entanto, embora reconhecendo o fôlego destes etnólogos, especialmente do relevo do mapa etno-histórico de Nimuendaju à etnologia brasileira, pretendemos aqui somente mencionar seus estudos da etnia Xerente.

<sup>229</sup> VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. *Revista do IHGB*, t. 101, v. 155, 1927, p. 42.



esta etnia. Em seus estudos etnográficos, ele também realizou um levantamento da população de doze aldeias Xerente, incluindo homens, mulheres, crianças e velhos, que não atingiu mil e quatrocentas pessoas. Este quadro demográfico, se comparado com o registrado por frei Rafael de Taggia,<sup>230</sup> que referia mais de duas mil pessoas, demonstra uma diminuição significativa da população Xerente. Todavia, para a análise destes dados precisamos levar em consideração dois relevantes fatores: primeiro, quando da verificação (em 1851), encontravam-se reunidos no aldeamento Theresa Christina os Xerente e os Xavante. Já o segundo fator, apontado pelos etnógrafos em questão, diz respeito à frequência com que os índios mudavam de lugar e de aldeamento, por livre vontade ou compulsoriamente, tendo em vistas as necessidades de expansão dos criadores de gado ou dos colonos, que desejavam terras produtivas e livres de “problema de índio”: “O Xerente manifesta tendência para deixar a vida selvagem, e, se o não fez ainda, foi por inepcia dos actuaes catechistas e falta de **proteção** decidida e **patriotica**, quando não restos de desconfiança no civilizado, que tem por máo habito só se approximar do índio para prejudical-o”.<sup>231</sup> (grifo nosso)

Leolinda e o trabalho que desenvolveu entre os *Akuen* também são mencionados na “*Memoria*” de Vianna:

“[...] permittimo-nos falar da professora bahiana, d. Leolin[d]a Daltro de Figueiredo, domiciliada no Rio de Janeiro, que, em 1899 [2ª viagem], se transportou a esses sertões da Piabanha, alli abrindo escola de instrucção primaria, levando depois, no seu retorno á capital, alguns indios a que ministrou ensino de leitura, [...] Um destes foi, posteriormente, o professor Djalma (Uakmonp'té), fallecido em 1921, que, na aldeia Sacrêprá,<sup>232</sup> manteve escola, ensinando a irmãos seus da selva.”<sup>233</sup>

<sup>230</sup> Magalhães comenta sobre as “Observações” do frei, o qual juntou aos mapas dos Cherentes, Chavantes e Caraós. “Dos primeiros, declarou que a sua linguagem era “custosa”, e para elle decerto o era, tanto quanto a dos “charaós”, pois não consignou alli uma palavra sequer das muitas que já devera ter ouvido e apprehendido dos selvicolas que espiritualmente dirigia. [...] entretanto, se conservou entre os mesmos por quase meio seculo, pois que, tendo alli chegado em 1845, expirou entre elles em 1892.” (1927, p. 7) Bem diferente do frei *tonsurado italiano* é sua opinião do padre mineiro Luiz Antonio da Silva e Souza e de sua “Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz”. A memória, segundo ele, foi escrita em Villa-Bôa [hoje Cidade de Goiás], em setembro de 1812, e publicada na *Revista do IHGB*, tomo XII, 1849. Em suas palavras: “É um dos trabalhos mais elucidativos, historicamente, quanto aos selvagens goyanos, na quadra colonial. [...] Sobre os cherentes e cherentes-de-Quá, [o padre Luiz Antonio] diz o seguinte: - Nação que existe acima da cachoeira do Lageado, no [rio] Tocantins, e se estende até os sertões do Duro [hoje Dianópolis-TO], entre o Rio Preto e [rio] Maranhão, aonde têm sete aldêas: são valentes e trabalhadores.” (Id. *Ibid.*, p. 6)

<sup>231</sup> VIANNA, Urbino. *Akuen ou Xerente. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v. 155, 1927. p. 42.

<sup>232</sup> Segundo Augusto Xerente, esta aldeia, atualmente, é o PI (Posto Indígena) Funil. Augusto Wades Xerente da aldeia Salto é graduando do 2º período do curso de História, Campus de Porto Nacional da UFT.

Na análise feita por Kaori Kodama, tanto as monografias dos etnógrafos do IHGB, quanto os Relatórios de presidentes de Província (1840-1860) apontavam para a tese da “decadência” e da extinção preconizada pelo botânico Carl Friedrich von Martius, em carta lida na 44ª sessão do Instituto, em 1840. Ainda de acordo com a tese de von Martius, o Brasil seria o lugar onde existiriam as evidências de um passado remoto, especialmente nas matas entre o Xingu, o Tocantins e o Araguaia:

Ahi residem os descendentes dos antigos Tupys (os Apiacás, Gés, Mandarucús, etc) que ainda fallão a língua Tupy: elles devem ser considerados como depositários da Mythologia, tradição histórica, e restos de alguma civilização dos tempos passados. Nesses logares talvez se possam encontrar ainda alguns vestígios, que derramem alguma luz sobre as causas da presente ruína destes povos. Mas infelizmente ainda ninguém lá foi estudal-os.<sup>234</sup>

Passado quase um século, a tese de von Martius não havia se confirmado. O antropólogo Ivo Schroeder (2010) anota em sua pesquisa que após, entre os anos de 1930 e 1960, o povo Xerente passa por crises de penúria e tem sua população reduzida em aproximadamente 400 pessoas, concentradas entre as margens do Sono e do Tocantins, após um longo processo de lutas com os criadores de gado, que agora ocupavam boa parte de seu território natural. Tal realidade social somente mudará a partir da retomada gradual de seus antigos territórios. Mas o processo de delimitação e demarcação de suas terras, a partir da década de 1970, somente se efetivará após quase duas décadas e mais violentos conflitos entre os invasores e os Xerente. Finalmente, nos anos de 1990, eles obtiveram, em duas áreas descontínuas, a demarcação e homologação de seu atual território.<sup>235</sup>

Citamos acima que esta etnia já havia se dirigido à capital em meados do século XIX, para fazer semelhante reivindicação ao Imperador Pedro II e também solicitar um professor que continuasse a catequese aos seus filhos. Se os índios Xerente, no final do

<sup>233</sup> VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v. 155, 1927. p. 37.

<sup>234</sup> 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. *RIHGB*, 1840 In: KODAMA, 2009, p. 154.

<sup>235</sup> De acordo com o ISA – Instituto Socioambiental, a população da etnia Xerente é de 3.017 pessoas (Funasa, 2010). Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/xerente>. Acesso em: 18 fev. 2014. A atual política do Estado brasileiro, efetivamente, em pouco ou nada mudou, ou até mesmo retroagiu. A opinião é da reconhecida antropóloga da USP Manuela Carneiro da Cunha em entrevista à Folha de São Paulo, em 14/07/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1310677-dilma-cede-a-pressao-dos-ruralistas-e-rifa-os-direitos-indigenas-diz-antropologa-da-usp.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2013. Vale destacar a organização da sociedade civil, pois através de suas demandas e reivindicações históricas, obrigou o Estado a tomar posição, criou-se então a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR com o fim de promover as chamadas “políticas afirmativas”. Afinal, “O Brasil é de todos”. Talvez, mas não para todos/as.

século XIX, cruzavam terras e rios por aproximadamente 600 léguas de suas aldeias em Piabanha, no norte de Goiás, até a estação mais próxima da Estrada de Ferro Central do Brasil, na cidade de Araguari-MG, com o objetivo de retornar com sementes, ferramentas e até animais, provavelmente, viviam já a experiência de trabalho agrícola e, em menor medida, a experiência pastoril.

Por que retomamos este assunto? Para demonstrar que Leolinda, ao propor a fundação de uma colônia agrícola adaptada aos moldes indígenas, somente estava sendo porta-voz da reivindicação daquelas populações. A vivência por quase quatro anos com diversos povos Jê do Brasil central haviam minimamente lhe concedido este entendimento.

É sabido que existia, entre os intelectuais republicanos – positivistas ou não –, a ideia de fazer valer uma legislação que pudesse amparar uma política de “proteção” e “civilização indígena”. Pode-se, ainda, conectar o projeto de Leolinda – de fundar uma colônia agrícola – à proposta de Couto de Magalhães, formulada ainda à época do Brasil império, e que previa a fundação de um colégio agrícola.<sup>236</sup> No entanto, para entender a proposta de Leolinda, é preciso considerar também a experiência prévia de aldeamento e a capacidade de organização e de agência dos próprios Xerente, que durante as incursões à capital, as quais podiam durar de quatro a seis meses, tinham a oportunidade de contatar com os não índios e com as suas formas de mobilização.

---

<sup>236</sup> José Vieira Couto de Magalhães foi o idealizador do Colégio de *Línguas* Princesa Imperial D. Isabel (1870-1889), em Leopoldina (hoje Aruanã-GO). O método aplicado retoma, em certa medida, a conduta pedagógica jesuítica de catequizar o índio em sua própria língua. O objetivo era formar desde a infância intérpretes (ou *línguas*) entre os aborígenes, que serviriam de interlocutores no sentido de trazer os que ainda permaneciam na “selva”, e tentar fixa-los nos aldeamentos ou colônias militares. In: DIAS, Thiago. Contatos e desacatos: os *línguas* na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740 a 1789) – Goiás. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205-226, jul./dez. 2013. Como bem colocado por KARASCH (2003), a política indigenista entre meados do século XVIII até o final do XIX para a Província de Goiás elegeu razões nada inusitadas para a criação de aldeamentos e presídios militares. Ou seja, se pretendia “desinfestar” as terras ocupadas por índios “bravos” e atraí-los para os aldeamentos, ação que foi compactuada entre o governo e parte da elite no poder, pois sem dúvida garantiria o sucesso de uma política econômica agropastoril. Sobre tal política SOUZA LIMA é categórico: “não se pretendia transformá-los em trabalhadores nacionais” (1987, p. 37). Em nosso entendimento, os projetos ou políticas indigenistas para o regime republicano se seguiram com o fim de pacificar e regularizar as terras indígenas tiveram uma única direção: o de garantir que os índios permanecessem expatriados em sua própria pátria. Ou não ouviríamos as perguntas e/ou afirmações bem atuais como: “Para que índio quer tanta terra?” Ou “lugar de índio é na aldeia!”

Ilustração 9 – Primeira comissão de índios de Goiás ao Rio de Janeiro (1902).



Fonte: Daltro (1920).

Dois dias após as comemorações dos 80 anos da Independência do Brasil (1822) na Capital, eis que surgem visitantes inesperados na Estação de Ferro Central do Brasil. talvez para “celebrar” tardiamente a festejada efeméride. Referidos como ‘Tribu de índios’, ‘Bugres’, ‘Índios do Tocantins’ ou ‘Os Apynagés’, os índios recém-chegados de Goiás serão notícia nos principais jornais fluminenses. As matérias, organizadas em sequência temática, foram inseridas por Leolinda em seu livro e ocupam trinta páginas. Ao reunir e selecionar as matérias jornalísticas, Leolinda nos faz pensar sobre a importância que ela concedeu à inesperada chegada do grupo indígena, e sobre a qual tomou conhecimento através dos jornais. Logo após sua chegada, o grupo foi encaminhado pelo agente da estação à Repartição Central, onde foram alojados “por falta de outro lugar”. Chamamos a atenção do leitor para o fato de que a “hospedagem da rua do Lavradio”, termo empregado pelos articulistas, já havia abrigado, seis anos antes (em 1896), o grupo de indígenas que acompanhava o capitão Sepé.

Ilustração 10 – Segunda comissão – enviada pelo capitão Sepé (1903).



Fonte: Daltro (1920).

### 3.3 - LEOLINDA COMO MEDIADORA: SUA ATUAÇÃO PELA CAUSA INDÍGENA

O leitor, certamente, aguarda o ato final da lenda da *ÔA-CI*. O que aconteceu ao jovem *si-psá*? Ao chegar ao céu com a estrela o que encontrou? O que ele e seus pais haviam ouvido das missões religiosas sobre os encantos do céu se confirmou? Talvez... Vamos ver!

[...] A estrella voltou logo; de novo ordenou-lhe que dali não saísse e, sobretudo, que não fosse ver a festa cujo barulho tinha percebido. E a *ôa-ci*, deixando-lhe comida foi-se embora outra vez. O *si-psá* não pode mais reprimir sua curiosidade e saiu a ver que festa era aquella. Foi e viu... um horror! Era uma dança macabra de nova espécie. Uma multidão circumgirava esquelética, disforme, com os ossos de fóra, os intestinos suspensos, e os olhos seccos nas orbitas cavadas. Tudo tresandava a carne putrefacta, infeccionando os ares... [...] Encontrou-se com a estrela que o reprehendeu severamente, e o meteu num banho, em que o lustrou inteiramente, [...] Mas o *si-psá* não queria mais ficar ali. [...] A estrela advinhou seu intento e correu para prevenir. O *si-psá*, porém, andou mais rapidamente e quando a estrela chegou ao paredão, já elle desatára a



bacabeira, pulando-lhe no tampo. [...] A estrellá, olhou-o tristemente e lhe disse: - Debalde foges: por cá tu hás de vir sem demora. (Capitão Sepé)<sup>237</sup>

Ilustração 11 – Índios da ‘tribu’ *Cherente* após sua chegada de Goiás (c.1903).<sup>238</sup>



Fonte: Daltro (1920).

Não pretendemos aqui debater sobre o status totêmico dos Xerente. Entretanto, o professor Feliciano anota em sua memória etnográfica as festas realizadas por esta etnia. Cita a da pedra (*Ksirê*), a do burity e a dos mortos ou das almas. “Na festa dos mortos ha

<sup>237</sup> In OLIVEIRA, 1915.

<sup>238</sup> Na 1ª ‘comissão’ de índios ‘Apynagés’ de Goiás ao Rio de Janeiro (1902), após o retorno de Leolinda à capital, também estão incluídos os Xerente e Krahô que foram enviados pelo capitão Sepé. Na 2ª ‘comissão’, esta exclusivamente enviada pelo capitão Sepé, não consta a data. Entretanto, sabe-se que a 1ª comissão chegou à capital em setembro de 1902; a segunda, se considerarmos o tempo gasto na longa viagem, provavelmente, tenha chegado ao ano seguinte (1903). Para essa possibilidade, tomamos no relato de Leolinda a sua justificativa, ou seja, a 2ª comissão fora enviada pelo capitão Sepé diante da demora de notícias ou do retorno da 1ª comissão, que partiu de Goiás com o objetivo de buscá-la para dar prosseguimento ao plano de catequese que havia iniciado. Por isso, consideramos errônea a data de 1902 assinalada nesta foto. Até porque estão assinalados na foto da 2ª ‘comissão’ os índios Xerente Uacumupte [Wakmõpte] e Pracé [Prasé].



um longo mastro, por onde as almas dos feiticeiros (*sé-coá*) se vão comunicar no céu com seus parentes, que estão no Sol (*Bedâ*), na Lua (*Oâ*), nos ídolos astros.”<sup>239</sup>

Finalmente, por que Leolinda é chamada de *Ôaci-zauré*?<sup>240</sup> Mencionamos acima no texto que *zauré* significa para os Xerente uma pessoa importante. Urbino Vianna (1927) em suas *ligeiras* notas sobre a Gramática *Akuen* também identifica as nomenclaturas de grande ou forte, como no caso de *zauré picon*, que ele traduz por *mulher forte*. No livro *Da catechese* é uma coluna do jornal *A Política*<sup>241</sup> intitulada “A Missionaria dos Índios” que apresentará Leolinda, como a *Oacy-Zauré (Estrella d’ Alva)* dos *índios Cherentes* e, se propõe contar sua história:

Ouça-a o publico, ouça-o o Governo da Republica, porque só agora se lhe poderá dar o grande valor que ella tem e que a sociedade civilisada ha de reconhecer, porque civilisação é a que ella levou para as florestas incultas de Goyaz e não essa que no Rio de Janeiro se apregôa só se tendo em mira os lucros materiaes que póde dar.<sup>242</sup>

Importante notar que a matéria foi publicada no mesmo dia do decreto de criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em 20 de junho de 1910. Leolinda, certamente percebeu que, diante do *oficialismo da proteção fraternal*<sup>243</sup> de Estado proposto para catequese e civilização dos índios, se fazia inadiável a sua intenção inicial, havia dez anos,

<sup>239</sup> OLIVEIRA, 1915, p. 23. O professor Feliciano ouviu do Capitão Sepé e de outros chefes com os quais teve a oportunidade de conviver que muitas vezes o fato de não querer receber o batismo imposto pelas missões religiosas cristãs, é porque acreditavam que após a morte não se reencontrariam com seus ancestrais.

<sup>240</sup> Magalhães escreve *Chouachi* para a palavra estrela. Ver MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaya*. 4. ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, [1863] 1938. Vale destacar que o Prefácio à 2ª edição desta obra é assinado por Couto de Magalhães Sobrinho, que faz homenagem “[...] á tão illustre quão temerária professora D. Leolin[d]a de Figueiredo Daltro [...] bahiana, desprotegida tudo soffreu nas mais longinquas paragens do rio do Somno, na quasi bifurcação do Tocantins e Araguaya, no estado de Goyaz.” p. xxxi. Sobre o mineiro de Dimantina é sabido que fundou a navegação à vapor no Araguaya, após ter sido nomeado presidente da Província de Goiás (que para ele a ortografia correta seria Guayás) em fins de 1862. Contava ele com 24 anos. ([1863] 1938, p. 4-5)

<sup>241</sup> Lembremos que na página inicial da Introdução informamos que o jornal *A Política* é dirigido por Leolinda. ROCHA (2002, p. 253; p. 284; p. 308) confirma que localizou este periódico. O exemplar por ela localizado muito provavelmente é o mesmo que fazemos a citação, pois é do ano 1, n.1, jun. 1910, p. 6.

<sup>242</sup> In DALTRO, 1920, p. 585-86.

<sup>243</sup> Categoria com a qual Souza Lima (1987) analisa a política indigenista que adota o Estado brasileiro que se autodefine como republicano. Para ele, a “convivência pacífica” foi pensada com o objetivo de “desobstruir” [no período imperial “desinfestar”] o caminho à civilização nas zonas de fronteira agrícola, entretanto, sem que significasse a expansão dos serviços do Estado. Na verdade o papel do Estado ficaria restrito a fiscalização de leigos e missionários nos aldeamentos, que por sua vez continuariam a servir de núcleos de “atração”, i.e – de catequese – que possibilitassem a fixação dos índios. Ou seja, assistimos a continuidade de uma prática indigenista, que usa os índios “mansos” como interlocutores para o fim de pacificação dos considerados “bravos” ou selvagens das floretas e, que evidentemente não desejam o contato com os “mansos” e tampouco com os ditos “civilizados”. Enfim, a imposição de uma prática política de completa submissão à ordem nacional.

quando retornou ao Rio de Janeiro, de publicar os documentos da viagem, de seu encontro com o *outro* e da *outra* realidade dos grupos indígenas em Goiás.

O periódico *A Política*, na sequência da referida matéria, abre novo espaço em suas colunas para fazer referência à Oacy-Zauré, “D. Leolinda de Figueiredo Daltro”. Desta vez, fazendo *justa homenagem* pela passagem de aniversário da professora:

Conhecem-n’á? Não! Não a conhecem; [...] Ouviram pronunciar o seu nome quando a reclamação dos nossos selvicolas chegavam de viva voz, a esta capital, [...] temos ocasião de inserir nestas columnas, não os nossos próprios conceitos, mas os julgamentos, as palavras de conforto e animação que lhe dirigiram essas pessoas [dos sertões de Goiás]. Palavras essas que constituem o valioso Album de Viagem [...] Como seria longa a publicação de todos os documentos desse brilhante livro, limitamo-nos a dar, apenas, os primeiros como justa homenagem a essa patriótica senhora que a 14 de julho fluyente galgou mais um anno de existência verdadeiramente util e preciosa.<sup>244</sup>

Como toda lenda faz parte da cultura de uma sociedade e dos grupos sociais que a compõem e, por isso, é constantemente passível de ressignificados, a lenda da *Ôa-ci* não poderia ser diferente. Como veremos a seguir, a lenda é apropriada por Leolinda em dois momentos distintos. Desta vez, não mais em confronto com as práticas de Estado, mas em protesto à opinião do então Diretor do Museu Paulista, o naturalista Hermann von Ihering que, como meio de civilização, sugere o extermínio de etnias indígenas no Centro-Sul, que segundo ele, estavam obstruindo a expansão da fronteira agrícola na região.<sup>245</sup>

Por essa razão, Leolinda faz o pedido de inclusão de seu protesto em ata da sessão ordinária da ‘Associação de Protecção e Auxilio aos Selvicolas do Brasil’. Aproveita, também, para confirmar que havia enviado sua manifestação à imprensa para ser publicada. O protesto, em forma de discurso, foi apresentado aos consócios sob o título “Os Indigenas do Brasil”:

Féras humanas os chamam! E o são na verdade, mas só quando os que se dizem civilizados lhes roubam os cereaes que plantam, os animaes que criam, ou os enxotam a ferro e a fogo das terras que regam com o suor do rosto e lhes tomam as mulheres e filhas que são toda a sua felicidade. [...] Instrucção em vez de balas de carabinas assassinas, é o que os sabios

<sup>244</sup> In DALTRO, 1920, p. 591-93. Em *Da catechese* se encontra o recorte de outro exemplar que indica somente a data de 21 jul. 1910. Pode-se possivelmente confirmar sua publicação pela passagem de seu aniversário que aparece registrada: 14 de julho, passagem já mencionada no primeiro capítulo. Entretanto, não nos foi possível localizar outros exemplares em nossa pesquisa. O que implica que não podemos atestar sobre sua periodicidade. Mas, sabemos que iniciou em um momento inusitado, o que provocou a identificação de Leolinda como a Oacy-Zauré dos Xerente.

<sup>245</sup> Para saber mais ver: FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia do Sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 415-436, jan./dez., 2005.

devem aconselhar se dê aos índios. E com a instrução, ministre-se-lhes a moral pelo exemplo. Isso é o que elles querem. Só disso é o que elles precisam. O resultado pratico será certo. Haja vista os índios, meus discípulos [...] Cidadãos eleitores, todos elles são artistas, sem nenhum vicio, verdadeiros homens de bem, inexcedíveis em sentimentos generosos e delicados, no brio e na dignidade pessoal. Esta feito meu protesto!<sup>246</sup>

Leolinda pediu, também, que fosse inserido na ata o seguinte protesto:

Os índios brasileiros abaixo assignados, já *incorporados a civilização*, e representantes nesta Capital das tribus Gauranys, Guajajára, Cherentes e Caraós, protestam contra [...] A’ sciencia do Dr. von Ihering oppomos a moral de todo mundo civilisado em pleno antagonismo com a sua opinião; que só representa uma extravagante aberração do espirito humano. E tanto basta para este necessario protesto. Marcelino Jepia-jú, pela tribu Guarany; Vital Uaquidy, pela tribu Guajajara; Kuroki Porpipó, pela tribu Caraó; Djalma Uacumupté e Oyama Pracé, pela tribu Cherente.<sup>247</sup> (Grifo nosso).

Não é nosso propósito aqui analisar as declarações de von Ihering tão debatidas na literatura que trata sobre a questão.<sup>248</sup> Consideramos importante referir que Leolinda ao se identificar, nessa ocasião, como *Oassy-Zauré dos indígenas brasileiros*, estava chamando para si o direito de cobrar da atuação do Estado republicano – que ainda mantinha indefinida sua política indigenista – medidas mais afirmativas e eficientes, que implicavam em:

1. delimitar as áreas indígenas;
2. oferecer proteção aos indígenas;
3. promover, especialmente, a educação laica;
4. oportunizar o emprego da força de trabalho dos indígenas.

Tais desafios, a serem abraçados pelo governo republicano, poderiam, segundo Leolinda, promover gradualmente os hábitos civilizados entre os índios brasileiros, e, talvez, num futuro próximo, garantir a transformação social destes povos.<sup>249</sup> Leolinda,

<sup>246</sup> DALTRO, 1920, p. 624-25. A Ata da associação é do dia 09 dez. 1908.

<sup>247</sup> In DALTRO, 1920, p. 626. A ata da associação é também de 09 dez. 1908.

<sup>248</sup> *A Antropologia do Estado de São Paulo* (1907) é o lugar onde Von Ihering escreve sua sentença sobre o extermínio dos *Kaingangs* que resistiam ao avanço dos cafeicultores no Oeste Paulista. In FERREIRA, 2005.

<sup>249</sup> Seguimos a análise de SOUZA LIMA (1987), que confirma a aproximação de Leolinda com Sousa Pitanga sobre a posição de “convivência pacífica”, e na posição de “filantropia leiga” e “paternalista” com Cândido Rondon. E, nos chama a atenção, a aproximação mais instigante do autor, a saber, identifica uma posição em comum entre Leolinda e von Ihering, quando se trata da equiparação dos direitos dos índios como de “cidadãos” da República. Por último, identifica-a como única, entre os intelectuais que têm posições publicamente assumidas, que faz a defesa da conservação da integridade física dos povos indígenas, bem como do desenvolvimento de indústrias, além do trabalho de agricultura e comércio defendido pelos seus pares. A nossa opção pela análise do referido antropólogo se justifica, mesmo

portanto, tinha como principal objetivo a *incorporação dos índios brasileiros à civilização*. Este é o mote norteador de seu programa, aquele que ela defenderá no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909), como veremos mais adiante no texto.

O que Leolinda pensava ao se referir sobre os povos indígenas como “verdadeiros donos da pátria” ou à educação “para a civilização dos Selvicolas brasileiros”? Talvez uma das possíveis respostas a esta pergunta possa ser encontrada nesta afirmação: “[...] eduquei quinze índios; a todos ensinei a lêr e escrever e tornei cidadãos da Republica, investindo-os nos *seus direitos civis e politicos*, conforme provam os votos a descoberto.”<sup>250</sup> [grifo no original] No entanto, as fontes que consultamos não fornecem dados precisos sobre o tempo que os índios permaneceram hospedados em sua casa no Rio de Janeiro. No prólogo de *Da catechese*, Leolinda registra o atendimento de seu objetivo principal: “tornei-os cidadãos uteis”, e enumera as profissões em que eles se formaram. Dentre eles, estavam dois ferreiros, dois carpinteiros, um pintor e um mecânico. Este último, empregado como ajustador de máquinas na Estrada de Ferro Central do Brasil, acabou vitimado pela gripe espanhola, quando se preparava para prestar exame na Escola Politécnica, em 1918. Ao final, ela acrescenta que um deles foi contratado como professor no Paraná, muito provavelmente, da etnia Guarani. Sobre as mulheres Xerente, Guarani e Krahô, Leolinda iniciou-as na educação doméstica, ensinando-as a atuarem em profissões ‘uteis’, como a de costureira. Já a Krahô, segundo ela, teria se revelado ‘uma perfeita florista’.<sup>251</sup>

Sabe-se que no prédio de número 387 da rua general Câmara aconteceu a sessão ordinária que deu início aos trabalhos da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil em 1º de setembro de 1908. Leolinda pediu a palavra e declarou que há muito desejava fundar nesta capital uma associação com o objetivo de auxiliar e defender os índios “tratando seriamente da catechese leiga dos selvicolas, aos quaes falta apenas a luz da instrucção para que possam entrar francamente na communhão social brasileira.”<sup>252</sup>

---

conhecendo suas produções mais recentes, porque inclui Leolinda como portadora e defensora de um projeto indigenista nas décadas iniciais da República.

<sup>250</sup> Daltro, 1920, p. xxiv. Alguns destes, segundo Leolinda, voltaram as suas aldeias e outros permaneceram com ela.

<sup>251</sup> Id. Ibid., p. xxiv-xxv. Sabe-se que Leolinda ministrou – gratuitamente – aulas a operárias no período noturno, para que tivessem oportunidade de se tornarem independentes, como se verá no terceiro capítulo. Esta instrução, no entanto, não significa dizer que ela somente as iniciou nas “prendas domésticas” como quer GRIGÓRIO (2008). Na Ilustração 16 – Uma lição ao ar livre – em que Leolinda Daltro aparece em sua residência, no Morro de S. Carlos, em 1906 –, anexada ao final deste capítulo, pode-se perceber uma mulher indígena sentada à mesa, ao lado de Leolinda. Não podemos, contudo, afirmar a qual etnia esta indígena pertencia.

<sup>252</sup> DALTRO, 1920, p. 609.

Encontramos na ata de reunião uma razão bem pertinente que possivelmente reascendeu em Leolinda “[...] sentimentos e preocupações constantes pela causa dos indígenas.”<sup>253</sup>

Ilustração 12 – “Uma boa brasileira” – facsimile de uma caricatura do *Jornal do Brasil* (1902).



Fonte: Daltro (1920).

Ainda, de acordo com o registro da referida ata, Leolinda justifica a urgência das ações da associação: “[...] agora que essa proteção se torna necessária porquanto se encontra nesta capital o índio Guarany Marcelino Jepia-jú que vem reclamar contra a destruição completa dos índios *Choclés*,<sup>254</sup> julga de inteira conveniência a fundação e instalação desta associação tão mal sucedida na sua primitiva forma”.<sup>255</sup> Em *Da catechese* encontramos Leolinda se posicionando em relação ao conflito citado acima,

<sup>253</sup> DALTRO, 1920, p. xxi.

<sup>254</sup> O ataque que exterminou os índios Chucles ocorreu em Ourinhos- SP, em 1908. Citado em GAGLIARDI (1989). No ‘Resumo Histórico’, derradeiro documento em *Da catechese*, também é mencionado o massacre dessa etnia indígena. Entretanto, difere quanto à localização, pois indica que os Chucles estavam na comarca do Paraná. O Distrito de Paz de Ourinhos (criado em 1908), desmembrou-se de Salto Grande, quando foi elevado à categoria de Município, 1918. Disponível em: [http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=\\_EN&codmun=353470&search=sao-paulo%7COurinhos%7Cinphographics:-history](http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_EN&codmun=353470&search=sao-paulo%7COurinhos%7Cinphographics:-history). Acesso em: 13 fev. 2011.

<sup>255</sup> DALTRO, 1920, p. 610.

decorrente da decisão tomada por von Ihering, havia dois anos, de exterminar os Kaingang. Notemos o conteúdo do telegrama que ela enviou ao presidente [governador] do Estado de São Paulo: “Rogo V. Ex. reservar-me gratuitamente, função catechistas junto [aos] indigenas [dos] sertões paulistas, [...]”<sup>256</sup>

Continuando sua exposição, Leolinda confirma que a iniciativa de criar um instituto e/ou associação para proteger os índios já existia há algum tempo, e que tudo começou havia seis anos<sup>257</sup> na sede do IHGB, com o apoio do sócio comendador Raffard e do general Francisco Raphael de Mello Rego (ambos já falecidos). Entretanto, segundo Leolinda, a criação do ‘Instituto de Protecção aos Indigenas Brasileiros’ teve duração efêmera e sua criação foi infrutífera ficando sua organização postergada para outro momento. As frustradas expectativas deram-se porque indivíduos presentes às reuniões do instituto procuraram desviar os objetivos inicialmente propostos, a exemplo da catequese leiga, “[...] exploradores, que queriam a todo transe converter a nascente instituição em um centro clerical, pernicioso e deturpador dos seus verdadeiros fins”.<sup>258</sup>

Antes de apresentar a caminhada de Leolinda, agora pelas ruas da capital, em busca de seus propósitos – instrução e proteção para os autóctones – circulando por instituições, órgãos oficiais, congressos e a imprensa como anunciado, consideramos importante retomar aqui a participação efetiva de seus filhos, genro e nora na Associação de Protecção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil. Eles a acompanharam nessa nova jornada, agora já adultos, já que não havia sido possível acompanhá-la pelas aldeias do norte de Goiás – como queriam, outrora, Oscar e Leobino – participando ativamente das reuniões da organização e das demandas da associação. Leobino é designado, por aclamação da assembléia, para assumir o cargo de secretário e, na maioria das atas da associação, encontram-se registradas as presenças de seus outros filhos Alfredo e Alcina e de seus respectivos conjugues Antonietta de Figueiredo e Oscar de Siqueira Amazonas. O nome de sua filha mais nova, Aurea, também é registrado nas atas de reunião.

Apesar das expectativas frustradas que resultaram na desarticulação do Instituto de Protecção aos Indígenas Brasileiros, criado com o apoio de alguns sócios do IHGB (1902),

---

<sup>256</sup> Id. Ibid., p. 468. Leolinda refere-se ao ataque aos índios Kaingang [Coroados], na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1906 [Sertões de Bauru, entre Bauru e Avanhandava - SP].

<sup>257</sup> Leolinda registra o ano de 1903 para a instalação do Instituto, contamos com seu *esquecimento*, porque nesta data ocorreu reunião, em uma das salas do IHGB, para celebrar o primeiro ano da criação do Instituto.

<sup>258</sup> DALTRO, 1920, p. 610.



Leolinda continuou a sua luta obstinada de criar uma associação no Brasil, e, com este propósito, circulou acompanhada de seus alunos, por diversos lugares, que passamos a enumerar a seguir: o Congresso Pan-Americano, o Congresso de Instrução e a União Cívica Brasileira. Todos no ano de 1906. Acreditamos que estas tentativas, como mencionamos, deveram-se à situação de violência e confronto que envolvia os grupos indígenas, as autoridades locais, os cafeicultores, e a presença de Companhias de estrada de ferro nos sertões paulistas.

Como anunciado no terceiro tópico do primeiro capítulo, apresentaremos aqui um resumo das duas sessões [ordinária e extraordinária] que mudaram a rotina dos consócios do IHGB. Assim, tudo começou, como mencionado, nas colunas dos principais jornais da capital que noticiavam sobre o contentamento dos índios recém-chegados à capital ao reencontrarem Leolinda.

A própria Leolinda escreveu ‘Ao publico’, missiva em que apresentava, sumariamente, seu Projeto de catequese. O motivo para divulgar suas intenções publicamente, além dos objetivos de retornar e dar continuidade à catequese, está associado à confusão que fazem os jornais da época em relação à classificação do grupo indígena denominado apenas por “Apynagés” ou “Pynagés”. A carta, a partir de sua publicação no *Jornal do Brasil* (sessão da tarde), chamou a atenção de um dos consócios do IHGB, Henrique Raffard. Certamente, como leitor e intelectual, ele deve ter acompanhado as manchetes sobre os “estranhos” visitantes que circulavam na cidade do Rio de Janeiro.

A seguir, exibimos passagem da fala apresentada em reunião extraordinária do IHGB<sup>259</sup> pelo então secretário do Instituto, o comendador Raffard. Ele inicia sua fala, dizendo que se encontrava em discussão a proposta, que havia sido adiada por falta de número legal na última sessão [ordinária, em 26/09/1902], relativa à criação “sob os auspícios deste Instituto, de uma associação protectora dos índios brazis”.<sup>260</sup> Diferentemente da versão da falta de quórum, apresentada por Raffard – motivo pelo qual a pauta sobre a proteção dos índios na reunião ordinária não foi discutida – Leolinda

---

<sup>259</sup> Esta 9ª sessão extraordinária foi realizada em 03 de outubro de 1902. Leolinda, tal como na 15ª sessão ordinária realizada em 26 de setembro, somente assistiu e ouviu de uma sala imediata. As sessões foram registradas, respectivamente, na Ata de 03 out. 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, t. 65, parte 2, p. 502-509; e na Ata de 26 set. 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, t. 65, parte 2, p. 489-502. O acervo da *Revista do IHGB*, já referido, está disponível em: <http://www.ihgb.org.br>.

<sup>260</sup> In DALTRO, 1920, p. 426.



argumenta no ‘Resumo Histórico’ da obra *Da catechese*,<sup>261</sup> fundamentada no pronunciamento de um dos sócios que defendeu intensamente a catequese religiosa, que o verdadeiro motivo para o adiamento dessa pauta era outro. Este, em grande medida, era o mesmo que a havia impedido de participar da reunião, restando a ela apenas assisti-la de uma sala contígua. Enfim, como se pode constatar, existem divergências entre os relatos e as lembranças dos envolvidos no episódio, o que parece ser inevitável, considerando-se a heterogeneidade dos grupos envolvidos. Entretanto, como já afirmamos não temos a pretensão de identificar o verdadeiro/falso na codificação do extenso corpus documental que constitui a obra *Da catechese*.

Enfim, as cobranças de Leolinda e a expedição de “[...] alguns descendentes dos primitivos senhores do solo brasileiro despertou a ideia de criação de um Centro destinado a interessar-se pela sorte destes indivíduos afastados da civilização e com direito entretanto de toda a nossa consideração”. Este parecer consta no relatório anual do Sr. Raffard<sup>262</sup> e, também, aparece no discurso de abertura do Presidente do IHGB, conselheiro Olegario Herculano D’Aquino e Castro, por ocasião da sessão magna de seus consócios, “[...] o estudo e a adopção de medidas adequadas ao melhoramento do serviço de catechese e civilização dos Indigenas brasileiros, bem merecedores de protecção e amparo [...]”.<sup>263</sup> Neste mesmo ano, o Instituto completava o seu 64º aniversário. Afinal, foi aprovada e nomeada uma comissão para instalar o Instituto de Protecção aos Indigenas Brasileiros no dia 21 de outubro, por coincidência, aniversário da fundação do IHGB.

Na primeira sessão ordinária deste Instituto – o de Protecção aos Indígenas Brasileiros –, Leolinda apresentou-se acompanhada de seu filho Alfredo Napoleão de Figueiredo e agradeceu a gentileza de sua admissão como sócia benemérita. Talvez esta tenha sido a única maneira encontrada pelos sócios para que Leolinda acompanhasse efetivamente os trabalhos do instituto. Em seguida, ela fez um breve relato de suas viagens e afirmou que, pelo que viu e observou, era “urgente a fundação de um núcleo de indigenas

<sup>261</sup> Id. Ibid., p. 426. Este ‘Resumo Historico’ (p. 629-637), foi analisado por autores já mencionados: Gagliardi (1989), Rocha (2002), e Corrêa (2003).

<sup>262</sup> SESSÃO magna anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 15 de dezembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 65, parte 2, 1902. p. 556.

<sup>263</sup> SESSÃO magna anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 15 de dezembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 65, parte 2, 1902. p. 542. Nota-se a continuidade da ideia de *catequese* – da colônia à república – agora ressignificada como serviço que o Estado deveria prestar às populações indígenas. Outro termo e objetivo sempre presente no discurso dos intelectuais é *protecção* (e amparo) para se referir aos indígenas brasileiros. SOUZA LIMA (1987) analisa para o mesmo período que mesmo os que estavam a serviço do oficialismo do Estado priorizavam a catequese leiga no caso de Mariano Cândido Rondon e, por sua vez, o Ministro da Agricultura Rodolfo Miranda elegia a *protecção*.

na margem do Araguaya”.<sup>264</sup> Proposta que, diante do entusiasmo dos consócios obteve de imediato o apoio dos presentes. Um dos sócios sugeriu o nome de Couto de Magalhães, em substituição ao de Joaquim Murtinho para a futura colônia indígena, o que confirma a presença e a exposição de seu projeto de catequese aos consócios presentes. O *Jornal do Commercio* publica também o conteúdo da ata desta sessão.

A próxima sessão ocorrerá por ocasião do primeiro aniversário do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros, em 21 de outubro de 1903. Desta sessão, Leolinda não participará. O que sabemos sobre esta sessão encontra-se na missiva que o maranhense [João] Parsondas de Carvalho escreveu à Leolinda. Ele, primeiro, a parabeniza pelo sucesso alcançado, pelo entusiasmo com que se pronunciaram Raffard e Mello Rego a seu favor e pela petição que estava sendo redigida no Congresso. O conteúdo dessa petição, infelizmente, não aparece na missiva. Entretanto, muito provavelmente, a petição se referisse à criação da colônia indígena às margens do Araguaia, proposta por Leolinda e aclamada pelos sócios do instituto. Ao final da missiva, Parsondas faz referência à situação constrangedora a que Leolinda havia sido exposta na Intendência Municipal. Também não encontramos maiores informações sobre o ocorrido na missiva, entretanto, pode-se ter uma dimensão nas palavras de Parsondas: “Commendador Raffard se associou a mim para irmos ao deputado Barbosa Lima e outros, afim de acabar a perseguição que a senhora está sofrendo”.<sup>265</sup>

Sabe-se que a sessão do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros de 28 de março de 1903 ocorreu no salão das sessões do IHGB, conforme as duas primeiras linhas da ata deste encontro. Segundo as palavras do Sr. Raffard, que constam da ata da 15ª sessão ordinária, deveria ser criada uma associação que cumprisse, efetivamente, a proteção dos índios e o IHGB seria o lugar apropriado para a realização das reuniões de seus associados.<sup>266</sup>

As informações que destacamos acima constam no livro *Da catechese* e elas nos levam a contestar as afirmações de Rocha (2002) e Grigório (2012), para quem Leolinda teria apresentado duas versões, a saber, uma em que teria podido assistir às sessões do IHGB de uma sala contigua, devido à “condição de seu sexo”, e, outra, em que teria estado presente em tais sessões. Em relação a esta visão difundida por Rocha e por Grigório, é importante esclarecer “que não existem duas versões” sobre a presença de Leolinda, pois, a

---

<sup>264</sup> DALTRO, 1920, p. 434. Sessão ordinária do instituto em 28 de março de 1903.

<sup>265</sup> In DALTRO, 1920, p. 435.

<sup>266</sup> In DALTRO, 1920, p. 422. Cf. a ata da 15ª sessão ordinária do IHGB, em 26 set. 1902.

sessão de que Leolinda participou, acompanhada de seu filho Alfredo – e durante a qual foi aclamada consócia benemérita – foi a do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros,<sup>267</sup> realizada nas dependências do IHGB.

A reação de alguns sócios do IHGB à proposta de Leolinda, que ainda entendiam a catequese como missão dos religiosos, talvez esteja atrelada à missiva de Parsondas sobre seu constrangimento na Intendência Municipal e os motivos de sua perseguição. Em sua ‘*Explicação necessaria*’, ela conta sentir-se hostilizada por ‘civilizados’ no seu retorno ao Rio de Janeiro e que isto se devia ao fato de estarem sugestionados por segmentos do clérigo, que defendiam a catequese dos índios por ordens religiosas. Afinal, por essa mesma razão, como já referimos, membros do clero a haviam hostilizado pelo intermédio de indivíduos ‘incultos e fanaticos do interior de Goyaz’.<sup>268</sup>

Nos acervos a que tivemos acesso encontramos também uma missiva de Leolinda ao Barão do Rio Branco,<sup>269</sup> pedindo algum auxílio para garantir o sepultamento de outro índio que havia falecido. Ainda, no prólogo de *Da catechese*, Leolinda refere a morte e sepultamento de quatro índios que haviam contraído varíola, segundo ela, ainda durante o período em que estiveram acomodados na repartição central da polícia. Como já referido, eles haviam sido anunciados pela imprensa como Apythagés quando chegaram à capital em 1902.

Nesta carta, Leolinda explica a José Maria da Silva Paranhos Júnior<sup>270</sup> como já havia, com sacrifícios, providenciado o sepultamento de outros no cemitério de Jacarepaguá<sup>271</sup>. Desta vez, porém, seria necessário algum apoio, porque já não contava mais com recursos para tal. Leolinda informa que, na madrugada, havia procurado o secretário do IHGB, comendador Raffard, que havia auxiliado com algum dinheiro e sugerido que ela o procurasse, razão pela qual havia tomado a liberdade de lhe escrever.

<sup>267</sup> Na ordem da paginação do livro, a ata da sessão ordinária do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros, de 28 mar. 1903, vem logo após a ata ordinária e a extraordinária do IHGB. p. 415-434. O que não justifica tamanho equívoco.

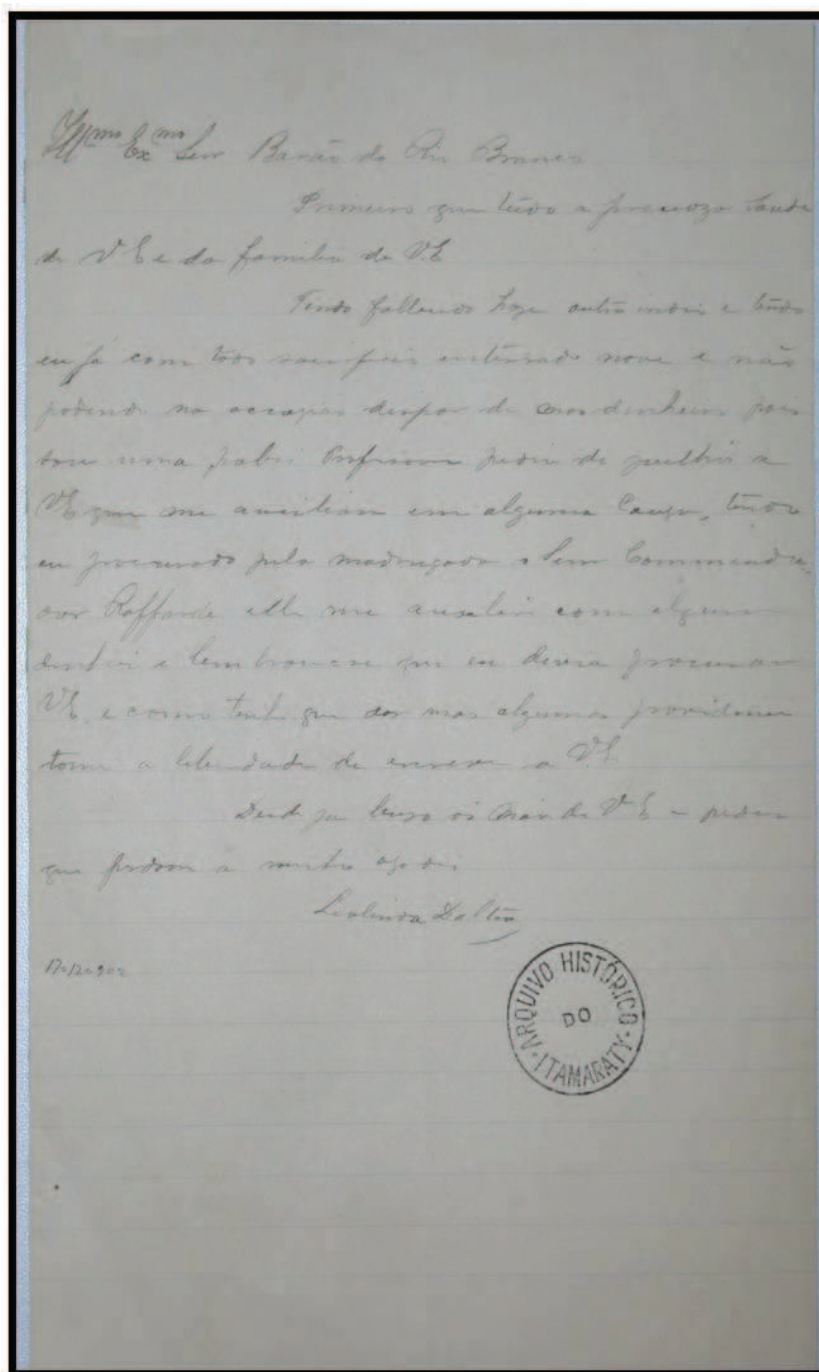
<sup>268</sup> DALTRO, 1920, p. xviii.

<sup>269</sup> A missiva data de 17 dez. 1902. O documento nos foi gentilmente enviado pelo trineto de Leolinda, Rafael Daltro Bosisio. Ele nos informou que realizou estágio no acervo Histórico do Itamaraty.

<sup>270</sup> Os dez anos do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores permitiram a "continuidade nacionalista" que propiciou vitórias diplomáticas brasileiras. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco *Rev. bras. polít. int.* v. 43, n. 2. Brasília July/Dec. 2000.

<sup>271</sup> Major Sabino Krahô, citado no 3º tópico do primeiro capítulo, e, também, seu filho Galdino. Leolinda faz ainda referência, e por diversas vezes, ao apoio que teve do médico Primo Teixeira de Carvalho para o atendimento dos índios doentes em sua casa.

Ilustração 13 – Carta de Leolinda ao Barão do Rio Branco



Fonte: Daltro (1902).

Ao examinarmos a caligrafia de Leolinda nesta carta, pode-se constatar o estado de aflição em que ela se encontrava, diante da perda de mais um ‘companheiro das tabas’ e, principalmente, da difícil situação financeira em que se encontrava, pois os abrigara em sua casa, contando somente com seu salário. Acredito que a razão mais importante, embora

Leolinda não a refira na missiva, tenha sido a preocupação em realizar um sepultamento minimamente digno e talvez o mais próximo possível dos que deve ter participado com os Akwen: “Quando morre um índio [...] e, antes do enterramento, fazem um alarido medonho, chorando o morto, pranteando-o não só os parentes como os conhecidos. Nisso demonstram o amor que têm entre si, e não há tempo possível para esquecer os parentes e amigos falecidos.”<sup>272</sup>

O pedido de jubilação [aposentadoria] do exercício do magistério que Leolinda encaminhou para poder retornar à Goiás e continuar seu trabalho de catequese tomou proporções imensuráveis na imprensa, quando da ‘tribu’ chegou mais um grupo Xerente: Simnâkru, Wakesane e Wakōdi, mulher deste último, em fins de 1908.<sup>273</sup> O grupo viera em missão para cumprir o pedido do falecido chefe indígena capitão Sepé, que recomendara que fosse [após sua morte] um grupo de Xerente à capital buscar Leolinda, tal a necessidade, nos aldeamentos, de sua presença “para a felicidade de toda sua tribu.”<sup>274</sup>

Foram divulgadas, através dos órgãos de comunicação,<sup>275</sup> por praticamente um ano, as inúmeras tentativas feitas por Leolinda para o deferimento de seu pedido de *Jubilação* do cargo de professora do magistério público municipal e de nomeação para o cargo de “Missionaria Civilisadora dos Índios de Goyaz”, sem qualquer remuneração ou ônus para o Estado. A contínua circulação pelas redações dos jornais e o contato *frente a frente* com os articulistas, acompanhada dos índios que educava em sua própria casa, demonstram, minimamente, o recurso a duas estratégias. A primeira, de convencimento da opinião pública, visando à adesão a sua causa, e a segunda, a de persuadir o governo e os poderes institucionalizados a elaborarem uma legislação que garantisse o cumprimento de uma política indígena. Leolinda pretendia, de fato, convencer o público leitor da importância de sua missão de educadora ou, em suas palavras, da relevância de seu regresso, tendo em vista o projeto de “incorporar” os índios no seio da sociedade civilizada. No governo do Presidente Afonso Penna (1906-1909), Leolinda retomaria seu pedido de nomeação para o

<sup>272</sup> VIANNA, 1927, p. 43.

<sup>273</sup> Mais uma vez, Leolinda soube do grupo de índios, que de novo haviam sido hospedados na “hospedagem” da Rua do Lavradio (Repartição central da polícia), pela imprensa.

<sup>274</sup> In DALTRO, 1920, p. 619. Ata da sessão da Associação de Apoio e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, realizada em 20 de novembro de 1908. “Retornar à Goiás para cumprir sua sagrada missão”. p. 517-520.

<sup>275</sup> Na imprensa este episódio foi veiculado por aproximadamente um ano, de janeiro de 1909 até fevereiro de 1910, a saber, os jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Folha do Dia*, pelo que podemos identificar em *Da catehese*. p. 511-16; p. 529-32; p. 563-567; p. 567-569; p. 579-581; p. 595-597.



cargo de Missionária. O jornal *Folha do Dia*, tratando do assunto, publica matéria, em tom hilário, sob o título “Os índios”:

A pergunta que salta logo dos lábios é a seguinte: por que razão o governo, que tanto faz pelos immigrants arrebanhados indistinctamente, foge de despender uma parcella insignificante para attender a uma porção de naturaes do paiz? [...] Que diabo poderiam fazer os pobres indios pelo Sr. Affonso Penna ou pelo Sr. Miguel Calmon? Mandavam-lhe quando muito algumas flechas e pennas quando houvessem sahido do estado selvagem. Ahí está porque o governo não se incomodará que os indios cherentes continuem a andar da Policia para o ministerio da Justiça e dahi para o da [Indústria] Viação [e Obras Públicas], [...] <sup>276</sup>

Ilustração 14 – Os índios da professora Daltro pedindo ao presidente Afonso Penna a jubilação de sua mãe adotiva para com ela seguirem para as aldeias - facsimile de uma caricatura do *Jornal do Brasil* (1909). <sup>277</sup>



Fonte: Daltro (1920).

<sup>276</sup> In DALTRO, 1920, p. 565.

<sup>277</sup> Os índios registrados na foto são Wakmõpote Xerente, Prasé Xerente e Porpipó Krahô, que vieram na 2ª comissão enviada pelo capitão Sepé. Leolinda, em *Da catechese* apresenta, os seus votos a descoberto, o que lhes confere o direito de cidadãos.



Leolinda talvez acreditasse na possibilidade de um dia retornar a Goiás, para poder dar continuidade à catequese e, certamente, solicitou aos índios das etnias Xerente e Krahô que se encontravam hospedados em sua casa, algum documento<sup>278</sup> que a autorizava a responder por eles em todos os trâmites necessários para a concretização da viagem e de sua permanência nos aldeamentos. O fato é que ela não desistiu diante das matérias jornalísticas difamatórias e persistiu em sua luta pela causa indígena. Sua próxima parada seria o gabinete de Rodolfo de Miranda, acompanhada de uma comissão da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil. Sobre a recepção que teve no Ministério da Agricultura, que será, posteriormente, vinculado o SPI, Carneiro da Cunha escreveu:

É curioso, aliás, seguir-se o diálogo de surdos que, sob a aparência de harmonia de propósitos, se tratava entre Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura em 1910, quando da Fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, que dependia desse Ministério), e Rondon, seu primeiro diretor. Enquanto Rondon proclamava que sua ação é destinada a “redimir os índios do abandono e integrá-los na posse de seus direitos, respeitando sua organização social fetichica [...] e aguardando sua evolução”, Rodolfo Miranda fala explicitamente em “catequese indígena com feição republicana”.<sup>279</sup>

Em sua participação no Congresso Brasileiro de Geografia (1909), Leolinda irá pedir "desesperadamente" o apoio para seu programa de catequese. O resultado destas investidas será a reativação da Associação de Proteção aos Silvícolas do Brasil, que, como mencionado acima, havia sido inaugurada em 1908, para depois tornar-se inoperante, devido à falta de apoio das instituições de poder. Isso também fica comprovado nas atas da Associação e também no ‘Resumo Histórico’ que já foi referido.

---

<sup>278</sup> DALTRO, 1920, p. 567-569. Procuração dos Xerente e Krahô, reconhecida em cartório, em set. 1909.

<sup>279</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2009. p. 256.

Ilustração 15– Grupo de sócios e convidados que assistiram a (re)instalação da “Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas” na Sociedade de Geografia (1909).



Fonte: Daltro (1920).

Leolinda chegou a preparar a ‘Memória’ que deveria ser apresentada à 8ª Comissão de Antropologia/Etnografia, por ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Geografia. Entretanto, por alguns desencontros, sobre os quais não trataremos,<sup>280</sup> seu programa de catequese se resumiu a uma ‘Moção’ apresentada de última hora. O texto da ‘Memória’ será, no entanto, publicado nos Anais do Congresso. O programa é composto por dez artigos, e nele encontramos a proposta de delimitação de territórios indígenas, de incorporação dos ‘selvícolas’ à sociedade civilizada, o que ressarciria os prejuízos causados “aos donos espoliados deste Paiz que chamamos hoje nossa Patria”, de uma educação racional, laica, científica, industrial e emancipadora “para a civilização dos

<sup>280</sup> GAGLIARDI (1989) faz uma excelente análise de seu programa de catequese e também dos bastidores do Congresso. O documento, anexado ao livro, conta a versão de Leolinda – nas palavras do engenheiro civil Adolpho Gomes d’Albuquerque – sobre a não apresentação desse programa durante este Congresso.

Selvicolas brasileiros; [...] sem tolher-lhes a liberdade e os instintos nativos mas, organizando nucleos e escolas agricolas e industriaes onde possam cultivar seus dótes e aptidões e desenvolver suas melhores tendencias.”<sup>281</sup>

Ilustração 16- Uma lição ao ar livre, por D. Leolinda Daltro, em sua residência, Morro de S. Carlos (1906).



Fonte: Daltro (1920).

---

<sup>281</sup> DALTRO, 1920, p. 559.

Ilustração 17 – Uma lição de Geografia, por D. Leolinda Daltro, em sua residência, no Morro de S. Carlos (c.1906).



Fonte: Daltro (1920).

Ilustração 18 – Leolinda Daltro rodeada de seus discípulos em seu sítio em Inhaúma (c.1909).<sup>282</sup>



Fonte: Daltro (1920).

<sup>282</sup> A foto não está datada, entretanto, está na sequência de artigos de jornais que datam de 1909. Nela aparece Leolinda com bem mais que seus seis educandos. Além dos Xerente, Krahô e Guarani, aparecem os das etnias Guajajara e Bororo.



Ilustração 19– Leolinda Daltro entre seus educandos (1909).<sup>283</sup>



Fonte: Daltro (1920).

Com o propósito de analisar mais uma das faces de Leolinda, no terceiro capítulo, “*A viagem de retorno, isto é, para dentro de si mesma*”, procuramos compreender sua atuação política em prol da emancipação feminina e, por que não dizer, o processo do qual decorreu sua autodescoberta.

<sup>283</sup>Os nomes na língua Akwen: [Simnãkru], [Wakmõpte], [Wakezane], [Wakõdi], [Prasé] foram indicados por Rael Wakazate Xerente da aldeia Porteira e graduando do 5º período do curso de História, do Campus de Porto Nacional da UFT. O nome Porpipó é de um índio da etnia Krahô e, portanto, como indicado na foto não são “todos cherentes”. O educando Porpipó Krahô (terceiro em pé da esquerda para a direita) também acompanhava Leolinda pelas ruas da cidade-capital, como referimos neste capítulo. Optamos por caracterizar na foto o ano de 1909, porque nela aparecem os índios da etnia Xerente: [Simnãkru], [Wakezane] e [Wakõdi], mulher deste último, os quais chegaram à capital na missão de cumprir a última vontade antes de morrer do capitão Sepé, a saber, buscar Leolinda, pois “visto como a sua volta aos aldeamentos Cherentes era uma necessidade insuprimível para a felicidade de toda sua tribo; [...]”. Esta passagem é registrada na ata da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil (20/11/1908) in DALTRO, 1920, p. 619.

#### 4 A VIAGEM DE RETORNO, PARA DENTRO DE SI MESMA

Um movimento na historiografia nacional e internacional, iniciado nas últimas décadas do século XX, tem adensado o debate e a produção acadêmica sobre a escrita de si ou escrita auto-referencial, que propõe ao historiador outro espaço de investigação histórica, a saber, o espaço do privado, que permite os estudos sobre os indivíduos comuns, que remetem às experiências do indivíduo que é único em relação aos demais e, ao mesmo tempo, múltiplo no que se refere aos seus papéis sociais. A proposição metodológica é oferecida por Ângela de Castro Gomes, que também nos adverte sobre os cuidados na análise da escrita de si, que, apesar de ter sido sempre usada como fonte, apenas recentemente também se tornou “objeto da pesquisa histórica”.<sup>284</sup> Nessa perspectiva, e consciente dos riscos que o historiador corre ao se deparar com tal documentação, tomaremos como questão norteadora a memória individual, entendida como uma das práticas culturais dos registros de uma “produção de si”, que adquire significados específicos a partir da constituição do indivíduo moderno<sup>285</sup>.

Castro Gomes produziu um texto elucidativo sobre a escrita de si e sobre a constituição de uma memória de si, enquanto práticas que permitiram ao indivíduo moderno constituir uma identidade para si através de seus documentos. Nessa perspectiva, a “chave para o entendimento dessas práticas culturais” é a importância histórica que passa a ser conferida a vida individual nas sociedades ocidentais.

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si.<sup>286</sup>

Por isso, iniciamos falando sobre as relações da autora com seu texto, o que implica considerar a prática da construção de uma identidade para si registrada em seu relato. Leolinda Daltro é também, como já referimos em outros momentos, a autora do livro *Início*

<sup>284</sup> GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p 9-13.

<sup>285</sup> O sentido de indivíduo moderno usado por GOMES nos permite entender que, embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida dos outros, ou de escrever cartas, seja desde há muito uma prática cultural, o seu significado ganha especificidades com a constituição do individualismo moderno que reivindica para si uma identidade singular no interior do todo social. Id., Ibid., 2004. p 11-12.

<sup>286</sup> GOMES, 2004, p. 13.



*do Feminismo no Brasil*. Subsídios para a História<sup>287</sup>. Editado somente em agosto de 1918, o opúsculo traz o texto da ata da sessão de fundação da ‘Junta Feminil Pro-Hermes-Wenceslau’, que ocorreu em dezembro de 1909. Leolinda apresenta-se, já na capa do livro, como professora pública jubilada, fundadora e diretora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca.<sup>288</sup> Logo após, no que poderia ser considerada uma folha de rosto, encimada por sua foto e, também, por sua assinatura, encontramos um breve currículo, que nos informa sobre os cargos e funções que exerceu: educadora, indianista e feminista<sup>289</sup> e, também, o de redatora de três jornais de sua propriedade.

Seguindo os traços delineados pela autora, o leitor depara-se com a ‘*Advertencia necessaria*’, o que equivaleria a um prólogo, o título é similar ao de sua obra posteriormente editada, *Da catechese dos índios no Brasil*, onde se encontra a ‘*Explicação necessaria*’. No prólogo, ‘*Advertencia*’, ela apresenta o seu livro como um opúsculo que trata do início da vitória da emancipação feminina brasileira ‘com um partido organizado’. O livro constitui a primeira parte de uma obra máxima que ela se propõe a escrever, abordando o início do feminismo no Brasil. Cabe ao historiador reconhecer as ambiguidades peculiares à sua proposta, pois pretende subsidiar em poucas páginas a história do feminismo no Brasil ao mesmo tempo em que propõe tratar de sua trajetória individual.

Pode-se fazer uma aproximação entre as duas obras? Possivelmente, se observarmos atentamente que Leolinda dedicará boa parte do *Início do Feminismo...* à narração de sua experiência de catequese entre os povos indígenas nos sertões de Goiás:

---

<sup>287</sup> (Parte 1ª). 1918. 20 p. Embora não conste como na atual catalogação das edições o local e a editora, ao final do que equivaleria a um prólogo se lê: Rio, 22 de Agosto de 1918. No que se refere à editora, a anotação em manuscrito: Rua General Camara 387, nos leva a crer que foi na tipografia da Escola Orsina da Fonseca, porque é exatamente o endereço da mesma tipografia que se encontra em seu outro livro *Da catechese dos índios no Brasil*. Notícias e documentos para a História (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. Até o momento não temos informação se o livro teve outra edição ou sobre o número de exemplares editados.

<sup>288</sup> Sabe-se que, quando Leolinda publicou *Da catechese*, ela residia no sobrado à rua general Câmara, nº 387 [por vezes, encontramos a informação de que residia na mesma rua, mas no nº 385]. Muito provavelmente, foi nesse local que fundou a escola.

<sup>289</sup> CORRÊA, Mariza. “Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro”. In: \_\_\_\_\_. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, nos seus estudos sobre Leolinda divide sua atuação em duas fases: a indigenista e a feminista. As obras de ALVES, in SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 2000, nº 15, p. 97-117; de HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Ainda, da autora estadunidense, \_\_\_\_\_. *Feminism, Women’s Rights, and the Suffrage Movement in Brazil, 1850-1932*. *Latin American Research Review*, v. 15, n. 1, p. 65-111, 1980; e da FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 1, são umas das primeiras a revelar Leolinda em sua fase de feminista (e sufragista).

“quando delineei a realização de meus ideaes de civilização indígena.” Nesta passagem, ela reitera sua ascendência indígena – em linha reta – dos “TUPINAMBÁ e TYMBIRA e o digo com a maior satisfação, com o maior orgulho!” [grifo no original] <sup>290</sup> Provavelmente, a publicação do opúsculo motivou-a a continuar escrevendo sobre si mesma, ou seja, permitiu que avançasse no exercício de rememorar, selecionar, ordenar os documentos, os relatos sobre suas experiências para, finalmente, publicar a sua segunda obra *Da catechese*.

Aqui, pedimos licença ao leitor para retomar uma das inquietações apresentadas no primeiro capítulo e que se referem às possíveis influências que Leolinda teve de autores ou obras com as quais teve algum contato. Em razão disso, retomamos o questionamento: Leolinda teria lido a obra *O Selvagem* de Couto de Magalhães antes de partir com o grupo Xerente para Goiás? Ou tomou conhecimento da obra somente após seu retorno? “Despertára nessa epoca [em 1896 com a chegada do grupo Xerente à capital] as minhas latentes aspirações de me internar pelos sertões do Brasil a fim de observar a vida e os costumes das populações indígenas [...]”<sup>291</sup> Parece-nos que Leolinda pode ter lido a obra de Couto de Magalhães antes de sua incursão pelos sertões, valendo-se dela para delinear os seus ideais de civilização após o encontro com o grupo Xerente, liderado pelo capitão Sepé. Parece reforçar esta nossa percepção a afirmação de Leolinda sobre sua pertença às etnias indígenas Tupinambá e Timbira, o que, em nosso entendimento, promoveria a sua identificação com a *causa indígena*.

Refletindo sobre suas aspirações após seu retorno ao Rio de Janeiro, ela mesma afirmaria, ainda, no prólogo: “[...] para que de futuro esteja nesta obra a fonte segura dessa evolução social, moral e politica de nossa nacionalidade.” Nos chama a atenção a especificidade do tema anunciado, pois uma obra com o fim de subsidiar a história do feminismo brasileiro sinaliza outra pretensão, isto é, a de relocar os ideais do feminismo para a pauta de discussões do desenvolvimento social, moral e político da nacionalidade brasileira. Embora, em seu opúsculo figure a mulher integrada à família – concepção do papel tradicional feminino naquele momento – Leolinda iniciava um longo percurso na luta pela emancipação política da mulher.

Ao folhear as páginas seguintes, percebemos a comunicação que a autora estabelece consigo mesma e com os outros. Observemos a justificativa inicial de Leolinda: “[...]”

<sup>290</sup> DALTRO, Leolinda. *Início do Feminismo no Brasil*. Subsídios para a Historia. Parte 1. Rio de Janeiro. 1918. p. 9.

<sup>291</sup> Id., *Ibid.*, p. 9.

sessão essa que encerra um problema de alta importância para nós mulheres [...]”<sup>292</sup>, entretanto, no decorrer da reunião, estrategicamente, entraria em votação o apoio ao candidato gaúcho e militar Hermes da Fonseca, que concorria com o baiano e civilista Rui Barbosa à campanha presidencial de 1910, na qual Hermes seria o eleito.<sup>293</sup>

#### 4.1 UMA BRILHANTE FÉ DE OFÍCIO

Partindo de uma retrospectiva da reunião, Leolinda redige uma “carta circular” às senhoras brasileiras residentes no distrito federal convidando-as para a sessão a realizar-se nos próximos oito dias: “[...] para divulgação e pratica dos ideaes feministas de reforma social, appélo para o vosso apoio e collaboração valiosa na grande e generosa causa da emancipação do nosso sexo.”<sup>294</sup> Enfim, na noite de vinte e três de dezembro de 1909, comparecem na Praça Tiradentes, nº 77, centro do Rio de Janeiro, vinte e cinco mulheres. Dentre elas, encontravam-se suas duas filhas Alcina de [Figueiredo] Siqueira Amazonas e Aurea Castilho Daltro, respectivamente do seu primeiro e segundo casamento, e sua nora Maria Antonietta M. de Figueiredo (casada com seu filho do primeiro casamento, Alfredo Napoleão de Figueiredo). Leolinda é aclamada e instada a dirigir a sessão. Agradecendo às presentes, lamenta que o seu apelo não tivesse sido atendido por um maior número de senhoras, fato que demonstrava “[...] o pouco interesse que as questões feministas despertam, ainda, na mulher brasileira.”<sup>295</sup>

O objetivo da reunião justificava-se “[...] para aquelles que, em vez de se preocuparem com as soluções ephemeras de um acanhado egoismo, se collocam no ponto de vista nobre e elevado dos interesses futuros da humanidade!..”<sup>296</sup> Parece-nos que Leolinda, considerando a ‘carta circular’ e o conteúdo inicial do seu livro, vale-se de um discurso que deseja sensibilizar as mulheres que se fizeram presentes na reunião, não somente para a nobre causa da emancipação feminina, mas também para as reformas sociais que brotariam da organização e divulgação – de ideais e práticas – feministas, as

---

<sup>292</sup> DALTRO, 1918, p.1.

<sup>293</sup> A disputa presidencial, pela primeira vez na Primeira República, contou com a ampla participação de segmentos da sociedade, especialmente os da classe média tais como professores, jornalistas, funcionalismo público, dentre outros. Embora não seja nosso propósito nessa explanação explorar o teor da campanha presidencial, vale situar o momento em que os setores da classe média confirmaram o desejo de uma participação política mais efetiva no contexto de um regime caracterizado pelo poder hegemônico das tradicionais oligarquias. Consulta na Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2012.

<sup>294</sup> DALTRO, 1918, p. 2.

<sup>295</sup> Id., Ibid., p. 2

<sup>296</sup> Id., Ibid., p. 2.

quais, em certa medida, contribuiriam no processo de evolução da humanidade. Provavelmente, sua atitude decorra de sua trajetória de vida.

Esta proposição nos permite uma incursão nos princípios metodológicos da microanálise.<sup>297</sup> Afinal, Leolinda era uma mulher que se situava nos setores médios, exercia o cargo de professora, e entre a prática do magistério e a atuação em associações, instituições e congressos, foi provedora de cinco filhos, frutos de dois matrimônios<sup>298</sup>. Apesar de não optarmos por uma história das mulheres, enquanto referencial teórico, para dar conta do nosso objeto, entendemos que as experiências e as formas de registro da memória de Leolinda estão conectadas à sua condição e ao seu lugar na família e na sociedade.<sup>299</sup>

Leolinda refere-se à Assembleia feminina como “A PRIMEIRA DE QUE HA EXEMPLO EM NOSSO PAIZ” [grifo no original].<sup>300</sup> Por isso, fará exposição de seus projetos e ideais, com o intuito de que deles compartilhassem “as minhas dignas conterrâneas!..” Pode-se presumir que Leolinda, natural da Bahia,<sup>301</sup> entretanto, residindo há duas décadas no Rio de Janeiro, se sentisse já identificada com o cotidiano da sociedade fluminense. Cotidiano que esboçava um desenho sempre incompleto de uma cidade-capital em ritmo alucinante de transformação e de incerteza política da conjuntura dos anos finais do Império<sup>302</sup> e das primeiras décadas da República.

<sup>297</sup> Esta metodologia, já mencionada na Introdução, prevê um duplo movimento, razão pela qual nos deteremos na escala reduzida de observação e, simultaneamente, investigaremos a rede das relações em que Leolinda se inseriu em uma determinada sociedade. Ver mais sobre o método da microanálise em LEVI (1992; 2000).

<sup>298</sup> De acordo com seu neto Othon de Castilho Daltro, o seu segundo marido Appolonio de Castilho Daltro era funcionário da Fazenda da Província da Bahia, na capital Salvador, e foi transferido para o Rio de Janeiro. Razão pela qual Leolinda, possivelmente, o acompanhou com seus filhos para o Rio de Janeiro. Entrevista concedida à pesquisadora, em 17 jun. 2011.

<sup>299</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 39-40.

<sup>300</sup> DALTRO, 1918, p. 2.

<sup>301</sup> Como já referimos na Introdução, Leolinda, segundo Rocha (2002), é natural de *Nagé*, no Recôncavo baiano. Atualmente, Najé é um dos vinte distritos que compõem a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Com aproximadamente 3000 habitantes, garante sua manutenção com atividades da pesca e do extrativismo praticados na extensa área de manguezais. Segundo Toni Caldas (2012), durante o Império, em razão da proximidade com o rio Paraguaçu, serviu como via de acesso para quem pretendia se dirigir à cidade de Salvador. Por sua localização estratégica, tornou-se rota de fuga para indígenas e escravos negros fugidos, que nesta região formaram quilombos e mocambos. Consulta em um webjornal laboratório da disciplina Jornalismo Online do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/reverso/2012/04/25/nage-onde-a-vida-brota-da-lama-primeira-parte/>. Acesso em: 8 fev. 2014.

<sup>302</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, analisa o Rio de Janeiro nas últimas décadas do império brasileiro como uma cidade entre dois mundos: o da *cultura europeia* e o da natureza pujante das Américas. Para isso

Abrimos, nesse instante, um parêntese para oferecer outra possibilidade de leitura das palavras proferidas por Leolinda por ocasião da primeira Assembleia feminina no país. Na interpretação de Elaine Rocha (2002), a publicação do livro em [agosto de] 1918, teria sido motivada pela criação, por Bertha Lutz juntamente com outras colaboradoras, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, também, estava empenhada na luta pelo voto feminino. Contudo, outras fontes indicam que a paulista Bertha Maria Júlia Lutz retornou ao Brasil, de seus estudos na Europa, somente no final de 1918, quando, então, publicou na *Revista da Semana*, a 14 de dezembro do mesmo ano, uma matéria intitulada “Somos filhos de tais mulheres”.<sup>303</sup>

É plausível supor que Leolinda, já contando, então, com cinquenta anos de idade, e tendo atuado como editora de jornais (como mencionado em seu currículo) e, certamente, sendo leitora assídua de periódicos, tenha tido conhecimento de que outra geração de mulheres – mais jovens do que ela – também estava se mobilizando para a conquista do sufrágio feminino. Considerando, ainda, a hipótese de que Leolinda tenha acrescentado à ata a informação – “a primeira” – ao publicar o livro oito anos depois, pode-se arguir que ela estaria emitindo seu ponto de vista sobre o protagonismo da assembleia feminina<sup>304</sup>. Dando continuidade à sessão, Leolinda declara que fará uma longa exposição sobre sua pessoa, e justifica às participantes que tal procedimento se fazia indispensável para que compreendessem

“[...] a necessidade urgente de se estabelecer uma UNIÃO entre as senhoras brasileiras, destinada a facilitar-lhes O AMPARO MUTUO e crear um nucleo de resistencia contra a surda campanha das tendencias rotineiras que nos pretendem conservar em plano inferior na ordem publica e nos destinos da nossa especie!..” [grifo no original]<sup>305</sup>

Leolinda, possivelmente, aspirava a uma sociedade em que homens e mulheres pudessem contribuir para *a ordem e o progresso* e que dariam o tom da identidade de uma

---

utiliza as cartas-crônicas do narrador alemão, naturalizado brasileiro, Carl von Koseritz vindo do Sul do país.

<sup>303</sup> SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade* biográfico e ilustrado. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 106-107; p. 217-218.

<sup>304</sup> SOIHET, Rachel (2000) refere-se à professora Leolinda Daltro como aquela que primeiro reivindicou o voto de forma organizada, inclusive articulando, em 1917, uma passeata, e acompanhando, dois anos depois, a votação no Congresso de projeto que daria à mulher o direito de voto. Estratégias de pressão política, de acordo com pesquisa realizada pela FCC (1979), que seriam adotadas, posteriormente, pelo movimento feminista. Essa última afirmação também é citada por Alves (1980), In SOIHET. Ainda o mesmo artigo de Soihet, que enfatiza a conquista do espaço público pelas mulheres, informa que, somente em 1919, Bertha Lutz com um grupo de companheiras funda a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, a qual deu origem a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

<sup>305</sup> DALTRO, 1918, p. 2.

nova nação republicana<sup>306</sup>. Por isso, se tornava imperativo romper com hábitos e valores comportamentais arraigados, o que poderia se traduzir em seu desejo de constituir a união e o amparo mútuo entre as mulheres brasileiras, sendo necessário para alcançar tal meta estabelecer ações que as colocariam em um nível de equidade na ordem pública.

O que significava “feminismo” para Leolinda? O seu tom empregado para atrair a atenção das participantes da Assembleia parece denotar que seu maior objetivo era envolvê-las em uma luta que extrapolava o direito de emancipação da mulher, na medida em que ela pregava: “[...] assistamos ao início de uma nova era de PAZ, DE TRABALHO, PROGRESSO E DE CIVILIZAÇÃO para a Patria Brasileira!” [grifo no original]<sup>307</sup> Por esse viés, Leolinda enfatiza a criação de um núcleo de resistência, que libertasse a mulher de sua condição social, cultural e, até mesmo, jurídica, diante de uma legislação que impedia que a mulher votasse e fosse votada.

A proposição metodológica de Castro Gomes (2004), como já referido, nos parece adequada para a análise que pretendemos fazer, pois utilizamos a escrita auto-referencial de Leolinda como fonte neste capítulo da tese. Ao analisarmos o seu relato, constatamos o delinear de uma pluralidade de objetivos, na medida em que, além de construir e legitimar uma identidade para si, ela procura fazer com que as mulheres entendam as razões que motivaram a reunião. Ao iniciar sua fala, Leolinda diz que seu nome não é desconhecido da maioria das presentes, não apenas por sua popularidade,

[...] mas pelo simples motivo de me haver adeantado ás mulheres do meu tempo, rompendo, sem reboços nem hypocrisia, com os habitos que, infelizmente, caracterizam, ainda, as pessoas do meu sexo, impellida por ideaes que venho alimentando desde a mais tenra idade e que fazem parte integrante de meu eu, ideaes cuja importancia se me apresenta pela necessidade do progresso e da civilização da Patria!<sup>308</sup>

---

<sup>306</sup> BRESCIANI, Stella. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum”. In BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, argumenta que no final do século XIX e primeiras décadas do XX, a onda política dos nacionalismos, formada no confronto com a Internacional proletária, e a rivalidade sem tréguas entre os países europeus, aí incluindo os novos avanços colonizadores, dariam estímulo a nova busca da identidade brasileira, mais coerente com as novas instituições republicanas.

<sup>307</sup> DALTRO, 1918, p. 18.

<sup>308</sup> DALTRO, 1918, p. 3. Leolinda recorre por várias vezes no texto à expressão de exclamação e à utilização de letras maiúsculas, provavelmente com o objetivo de convencer a si e ao leitor da autenticidade da sua escrita, a qual está indissociável da sinceridade e da singularidade do seu autor. A tarefa do historiador não é buscar a verdade dos acontecimentos no documento, mas identificar o ponto de vista do autor, isto é, como ele se expressa, no presente em que registra, em relação ao acontecido. Ver GOMES, Angela de Castro (2004); e GONTIJO, Rebeca (2005).



As palavras da autora nos levam a crer que ela depositava imensa expectativa em uma organização feminina, percebendo-a como uma das vias principais para a construção do progresso e da civilização brasileira. Talvez esta expectativa possa ser melhor percebida quando lê-se que ela se considerava uma mulher ‘adeantada’ ao seu tempo. Uma mulher disposta a desafiar o descaso do poder público, para que o Estado concedesse às brasileiras o direito de participar ativamente dos destinos de sua pátria. Em outras palavras, Leolinda parece ter compreendido [e acreditado] que o êxito da transformação da nação, que se proclamava moderna, e do futuro da humanidade estava diretamente conectado ao movimento pela emancipação da mulher. Ou, quem sabe, a um Brasil mais feminino?

Parece-nos que as ideias de Leolinda, que previam a emancipação da mulher, vinculando-a ao processo de desenvolvimento global da humanidade, antecedem os rumos que o feminismo no Brasil tomou a partir da década de 1960. Resta-nos, então, perguntar: a nossa protagonista rompeu com o estereótipo do papel feminino? Certamente, na medida em que sua obra *Da catechese dos índios no Brasil* parece comprovar o seu pioneirismo, ao propor um projeto laico de educação indígena, a ser implementado no norte de Goiás, no final do século XIX.

Sob essa perspectiva, a postura de Leolinda, com certeza, precedeu os rumos que o movimento feminista assumiria a partir da segunda metade do século XX. A luta pela conquista de igualdades jurídicas (Constituição, Código Civil, Leis Trabalhistas) caracterizou a primeira metade do século, contudo, o papel tradicional da mulher foi mantido, embora fosse admitida sua participação no universo extradoméstico. Já o movimento produzido nos anos de 1960 ultrapassaria o âmbito jurídico, libertando a mulher de sua vocação doméstica condicionada aos padrões culturais constituídos.<sup>309</sup> As estratégias das organizações feministas do século XX foram registradas na vasta literatura que trata sobre feminismo no Brasil. Destacamos, no entanto, uma publicação da Fundação Carlos Chagas, de 1979, que está fundamentada em extensa pesquisa interinstitucional e multidisciplinar, e reúne referências bibliográficas e documentais para os estudiosos interessados no cotidiano da sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX.

Como já referimos, este livro de Leolinda é editado quase nove anos após a realização da reunião que descrevemos no tópico anterior. Ao aventarmos a possibilidade

---

<sup>309</sup> FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 1. p. 209-215.

de que ele corresponda à transcrição da ata da sessão de fundação da ‘Junta Feminil’, estamos concordando com Michael Pollak, para quem os sujeitos organizam suas memórias, de acordo com as questões que estão postas em seu presente, elegendo, reconstituindo o vivido em ambientes reais na operação da reconstrução de si. Ou seja, “[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.”<sup>310</sup> Enfim, a proposição de Pollak parece nos auxiliar a estabelecer a estreita ligação entre memória e o sentimento de identidade social.

Esta proposição de Pollak nos leva a inquirir não somente sobre a escrita de si, mas especialmente sobre a forma como Leolinda pretendia ser percebida pelos outros. Nessa perspectiva, Leolinda faz o exercício de rememoração e ordenamento do relato, com o intuito de destacar os múltiplos papéis sociais que desempenhou, e que constituíram os diferentes tempos (ou as temporalidades) de uma individualidade também múltipla. Acreditamos que tenha sido com este intuito que ela iniciará o relato falando sobre sua atuação como educadora. Ela nos conta que foi nomeada professora catedrática no final do Império<sup>311</sup>, e que logo postulou um programa não limitado ao ensino da leitura, escrita, gramática e às quatro operações básicas da aritmética. Por essa razão, inaugurou o ensino de Artes e Profissões – que parece antecipar a criação da Escola de Ciências, Artes e Profissões, na segunda década do regime republicano – que se somava ao programa oficial, o que proporcionaria, em suas palavras, “[...] aptidões necessárias afim de que, ao sahirem da escola, pudessem obter, com o trabalho, os meios de subsistencia.”<sup>312</sup> Leolinda diplomou-se pela Escola da Bahia e, provavelmente, com habilitação em um número menor de disciplinas daquelas ministradas na Escola Normal do Distrito Federal.

No entanto, sua formação distante do Rio de Janeiro não a impediu de pôr em prática um currículo arrojado para o ensino primário, em consonância com as necessidades dos segmentos mais desprovidos da população da cidade do Rio de Janeiro. Notável por sua criatividade, o programa executado por Leolinda previa o ensino de artes e profissões

---

<sup>310</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 205.

<sup>311</sup> Leolinda solicita à Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal contagem do tempo em que serviu gratuitamente como docente de cursos noturnos, no período de 1888 a 1893. Não encontramos outro registro que identificasse o início de sua atuação no magistério, o que não exclui a possibilidade de uma nomeação anterior ao referido período. Consulta no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Escrita, jun. 2011.

<sup>312</sup> DALTRO, 1918, p. 3.

na formação dos alunos, para que, ao se diplomarem estivessem aptos a exercer um ofício que os integrassem no mercado de trabalho. Esta proposta estava pensada para uma cidade como a do Rio de Janeiro, na qual uma massa de indivíduos estava paulatinamente sendo liberada do regime escravagista e disputava ofertas de trabalho com os imigrantes (nacionais e estrangeiros) que chegavam à capital federal.

Para comprovar suas ações avançadas no magistério público, Leolinda diz ter promovido as duas primeiras exposições pedagógicas realizadas ainda no Império, e que teriam ocorrido no Paço da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A iniciativa mereceu menções de entusiasmo e o louvor dos vereadores que, segundo ela, foram registrados no livro de visitas da escola<sup>313</sup>. Leolinda conta, ainda, que quando se achava lecionando na Escola Mista de Santa Isabel, no Matadouro de Santa Cruz<sup>314</sup>, recebeu a visita da Princesa Isabel e do Conde D’Eu, acompanhados do diretor do Matadouro. Leolinda narra que os honrosos visitantes assistiram às aulas de artes e profissões e aos exercícios de ginástica, sendo suas impressões tão favoráveis que mereceram ser registradas na ‘pagina de honra’ de um livro criado para esse fim específico.

Retomando a discussão em torno da “escrita de si”, resgatamos a importante recomendação feita por Castro Gomes, de que o historiador deve estar atento a “como seu autor a expressa, pois o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”.<sup>315</sup> No seu relato, é recorrente a importância e o significado dados ao cumprimento de sua ‘missão’ no magistério, pois todo incentivo, estímulo ou elogio que recebia era uma oportunidade para aprimorar e ampliar o programa do ensino primário com seus alunos, como por exemplo, levando-os a passeios campestres para aprender a amar a natureza, também a museus, exposições, até célebres funerais e, especialmente, incorporando-os às festas nacionais “[...] aproveitando todos os momentos oportunos para variadas prelecções com o fim de lhes educar a alma para o bello e para o bem [...]”<sup>316</sup>

---

<sup>313</sup> A escola não é nominada e tampouco a data. Mas dentre os vereadores citados no livro está o abolicionista e jornalista José do Patrocínio, que de acordo com VASCONCELOS, Rita de Cássia A. F. de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea I), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2011. p. 98-104, foi eleito em 1886 à Câmara Municipal da Corte do Rio de Janeiro ou Município Neutro, como era designado a capital da Corte.

<sup>314</sup> Um dos bairros mais antigos do Rio de Janeiro, e que, atualmente, mantém o mesmo topônimo.

<sup>315</sup> GOMES, 2004, p. 15.

<sup>316</sup> DALTRO, 1918, p. 4.

Contudo, a atuação de Leolinda, que havia migrado da Bahia, nos sugere que ela pretendia, para além de sua missão e ‘fé de officio’<sup>317</sup>, ser, de fato, reconhecida na vida pública.

Isto fica evidenciado na menção que Leolinda faz à participação de sua escola – com ‘brilhante papel’ – na inauguração da estátua do general Manuel Luís Osório<sup>318</sup>, que teria sido divulgada dois dias após o acontecimento nas páginas do *Jornal do Commercio*, em 14 de novembro de 1894, com o objetivo de reparar as omissões cometidas por outros jornais, ao descreverem a solenidade de inauguração:

Assim devemos lembrar a 1ª escola do sexo feminino do 7º districto, que funciona na “Praia Pequena”, cuja professora, apesar da distancia e do máo tempo, apresentou-se com as suas alumnas, muito bem vestidas, todas de branco, com faixas verdes e amarellas. Em frente a estatua produziu o maior enthusiasmo, sendo abraçado, beijado e carregado o menino Plinio de Moraes, de 6 para 7 annos, que proferio uma allocução com um sentimento admiravel em tão tenra idade. [...] Foi uma das mais bellas scenas da solemnidade, essa a que assistiu a multidão que cercava a estatua fazendo alguma justiça aos esforços da digna professora.<sup>319</sup>

#### 4.2 DE CATEQUISTA A FEMINISTA: IDEAIS QUE FAZEM PARTE DE ‘MEU EU’

Dois anos depois, uma guinada surpreendente – para dizer o mínimo – mudaria a vida da professora Leolinda de Figueiredo Daltro. As lições de educação cívica e patriotismo vivenciadas pela professora e seus alunos do ensino primário, e que tinham como palco principal as ‘festas nacionaes’ na cidade do Rio de Janeiro, vão transferir-se literalmente para o norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, na região entre os rios Araguaia e Tocantins.

Este período da trajetória de Leolinda, que pode ser percebido como *excepcional*, na acepção dada ao termo por Angela de Castro Gomes (2004) para enfatizar que a “escrita

<sup>317</sup> Sobre os debates inspirados nas ideias positivistas e cientificistas da identificação da mulher com a atividade docente entre o final do Império e as primeiras décadas da República ver LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>318</sup> De acordo com os estudos de SOUZA, Adriana B. de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. *Varia História*, Belo Horizonte, 2001, n. 25, p. 234-240, o professor Rodolfo Bernardelli foi o estatuário responsável pelos monumentos equestres de Osório e duque de Caxias, dois heróis da Guerra do Paraguai, reinventados pela República. O monumento a Osório foi inaugurado em 12 de novembro de 1894, noticiava *O Paiz*, acompanhado por uma “marcha cívica” que incluía alunos das escolas públicas e particulares, que dentre outros segmentos da população se aglomeravam na Praça XV de Novembro, no atual centro histórico do Rio de Janeiro.

<sup>319</sup> In DALTRO, 1918, p. 7.

de si”, constitui-se, também, em um “lugar de memória” – conceito empregado por Pierre Nora –, pois certos momentos e circunstâncias da história individual ou de um grupo, ao serem lembrados podem vir a ser percebidos como *excepcionais*, como por exemplo, viagens, estadas de estudo e trabalho, dentre outras experiências. Apropriamos-nos dessa perspectiva para entender a viagem que Leolinda realizou, sem qualquer apoio do Estado ou da Igreja, aos sertões do norte de Goiás (de 1897 a 1900), com o objetivo de ministrar a ‘catechese leiga’ aos indígenas. Sabe-se que ao retornar, Leolinda enfrentou a rejeição dos sucessivos governos (até 1910), que não deferiram suas solicitações de nomeação para o cargo de ‘Missionaria Civilisadora dos Índios de Goyaz’.<sup>320</sup> Apesar de não ter exigido qualquer remuneração, Leolinda não conseguiu ser nomeada, e, segundo sua avaliação, isto teria ocorrido por causa de seu sexo. Todos esses reveses, certamente, acentuaram ainda mais o seu caráter arrojado e desprendido, acionado durante mais de uma década de lutas pela causa indígena, levando-a a encetar outro projeto, o de reivindicar os direitos femininos no Brasil.

Entendemos que, também, este livro de Leolinda institui-se como um “lugar de memória”, auxiliando-a na operação da construção do “eu”, na medida em que ela, ao mesmo tempo em que procura registrar a pluralidade de ações de sua trajetória, reivindica uma identidade singular no interior dos grupos a que pertence. Assim, a autora de *Historia do Feminismo no Brasil* materializa uma das práticas próprias dos registros de uma “produção de si”. Como bem apontado por Rebeca Gontijo (2005): “[...] escrever sobre si mesmo é construir-se e transformar-se. Um exercício que busca o efeito de verdade, com o objetivo de convencer aquele que escreve e aquele que lê, de que aquilo que está escrito não possui a intenção de enganar ou dissimular”.<sup>321</sup>

Na continuidade, apresentamos alguns questionamentos, com base nas fontes que consultamos, sobre as “memórias” construídas pelos dois filhos do primeiro casamento e sobre o envolvimento de um deles nas viagens de Leolinda. Enquanto Alfredo Napoleão de Figueiredo, nascido em 1877, contava com 19 anos quando a acompanhou à Goiás, Alcina Beatriz de Figueiredo, a outra filha do primeiro casamento de Leolinda – que requereu, à 3ª Pretoria do Distrito Federal, certidão de habilitação para casamento, em dezembro de 1895,

<sup>320</sup> Sobre a ação mediadora de Leolinda Daltro, consultar SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. O olhar viajante ‘em busca do desconhecido’: a ação mediadora de Leolinda Daltro. *Revista Ágora*, Vitória, n. 14, p. 1-11, 2011.

<sup>321</sup> GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et al. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 265.

declarando ter vinte e um anos – nasceu em 1874. O requerimento é deferido e habilita a casarem-se Alcina e o contraente da mesma idade, Oscar de Siqueira Amazonas,<sup>322</sup> no prazo de dois meses, a partir de janeiro de 1896. Em março deste ano, encontramos requerimento, anexado ao processo, pedindo ao juiz da 3ª Pretoria que sejam designados dia/hora para casarem-se.<sup>323</sup> Considerando que Alcina era a filha mais velha de seu primeiro casamento, pode-se deduzir que Leolinda foi mãe muito jovem, entre quatorze e quinze anos de idade.

Parece-nos, portanto, plausível supor que Leolinda, enquanto cursava a Escola Normal em Salvador, na Bahia, estivesse, muito provavelmente, também, comprometida com os deveres de mãe. Não podemos, no entanto, afirmar que ela continuasse casada com seu primeiro marido, Gustavo Pereira de Figueiredo, quando deu à luz ao seu segundo filho Alfredo. Esta particular condição de Leolinda nos leva também a especular sobre o que a Escola Normal representaria para jovens mulheres como ela e, ainda, sobre o quanto sua instrução contribuiu para o fim deste casamento?

Ainda sobre Alcina e Alfredo, constatamos que em documentos processuais localizados no Arquivo Nacional, a primeira, quando perguntada sobre sua filiação, refere apenas Leolinda, declarando que o estado civil da mãe era o de solteira.<sup>324</sup> Já Alfredo declarou ser filho de Gustavo Pereira de Figueiredo, acrescentando que se chamava Alfredo Daltro.<sup>325</sup> Pode-se, ainda, supor que a omissão do nome do pai no pedido de habilitação para casar-se revelasse certa mágoa de Alcina em relação ao pai, uma relação que, inclusive, pode não ter existido de forma mais efetiva. As atitudes de Alfredo e Alcina parecem remeter a um intencional *esquecimento* das lembranças da figura paterna e a um maior destaque para Leolinda.

---

<sup>322</sup> De acordo com o Sr. Othon, seu pai Leobino mudou-se para Inhaúma, atendendo ao pedido de sua mãe, Iracema de Amazonas Daltro, que exercia o Magistério municipal, e desejava lecionar em uma escola desse bairro, por ser um lugar afastado do burburinho e ruídos da cidade e, portanto, aprazível, mais tranquilo e próximo à natureza. O Sr. Othon nos chamou a atenção sobre a coincidência de parentesco entre a esposa de Leobino e o marido de Alcina. Oscar de Siqueira Amazonas e Iracema eram irmãos, assim como Leobino era irmão de Alcina. Ou seja, como o Sr. Othon se referiu: “dois irmãos casados com duas irmãs”. Engenheiro civil Leobino aí construiu moradia e residiu com sua família. Iracema, de acordo com Rafael Daltro Bosisio [trineto de Leolinda], lecionou na Escola Municipal Barão de Macahubas. (O Projeto de Lei n. 1298/2012 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro tomba o imóvel da Escola Municipal Barão de Macahubas, situado à Rua Pe Januário, n. 220. – 12ª Região Administrativa (Inhaúma), Subprefeitura Zona Norte do município Rio de Janeiro, RJ).

<sup>323</sup> Fundo/Coleção: 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia de Sacramento (EV) – Habilitação para Casamento – Notação: Número 5, maço 101, ano 1895, galeria A – Folhas: 15. In Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ- Coordenação de Atendimento a Distância - AN/COACE/COADI.

<sup>324</sup> Id., Ibid.

<sup>325</sup> Fundo/Coleção: Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal (3Y) – Notação: Número 2129, ano 1915, caixa 2141 – Folhas: 12.



Retomando o processo de “produção do eu”, constata-se que o momento presente será apropriado por Leolinda, ou seja, a realização da Assembleia feminina permitirá não apenas a evocação e a materialização de suas lembranças do passado, mas também a projeção e a execução de seus ideais de emancipação política da mulher. Nas palavras da autora:

Minhas Senhoras! – O convite que vos dirigi, para que viesseis tomar parte nesta reunião, longe de ter um cunho político e partidário, destina-se a fins mais duradouros, elevados. Tenho em vista a propaganda, corôada pela victoria de uma causa de grande futuro e utilidade para todas as mulheres brasileiras. A questão politica, que ora se agita, servirá, talvez, para ensaiarmos o primeiro passo na estrada que nos levará á nossa independencia futura!<sup>326</sup>

#### 4.3 PARA O JUÍZO DA HISTÓRIA: A PROPOSTA DE UM PARTIDO ORGANIZADO

Ao final da leitura do livro *Início do Feminismo no Brasil*, o leitor pode avaliar o quanto a noite do dia vinte e três de dezembro foi importante para as mulheres presentes à reunião que se encerraria às vinte e três horas e vinte minutos. O encontro foi extremamente decisivo e propositivo, se considerarmos o teor das principais deliberações aprovadas na Assembleia. A primeira delas foi a aprovação da fundação de um ‘Club’, denominado provisoriamente, ‘Junta Feminil Pro-Hermes-Wenceslau’, sociedade com o objetivo de realizar a ‘propaganda’ dos ideais feministas “[tal como as sociedades] já vencedoras em alguns paizes”<sup>327</sup>; a segunda, foi o apoio à campanha presidencial do militar Hermes da Fonseca<sup>328</sup>; sendo que a última deliberação, votada e aprovada por unanimidade, foi a de se difundir listas pedindo adesão aos ideais do ‘Club’. Cabe aqui ressaltar que o texto faz referências ao movimento feminista internacional, através da menção às notícias que chegavam do ‘Velho Mundo’ (inglesas e norueguesas) sobre a propaganda feminista e as vitórias significativas da ‘America do Norte’.

Naquela extenuante noite do verão carioca, na antevéspera das festas natalinas, uma sala de frente do segundo andar, na Praça Tiradentes, seria palco de um projeto ainda mais amplo e audacioso do sexo feminino, que viria a se concretizar, precisamente, um ano depois. Acreditamos que Leolinda estava convencida, já naquela ocasião, da necessidade

<sup>326</sup> In: DALTRO, 1918, p. 16.

<sup>327</sup> Id., Ibid., p. 18.

<sup>328</sup> Cabe destacar que Leolinda contava com o apoio de Orsina da Fonseca, primeira esposa de Hermes da Fonseca, para seu programa de emancipação social feminina. Certamente, o nome da Escola de Ciências, Artes e Profissões foi uma homenagem à primeira dama.

de promover a criação de ‘um partido organizado’, com a fundação do Partido Republicano Feminino em dezembro de 1910, do qual Leolinda viria a ser a primeira presidente.

Mônica Karawejczyk, em um dos capítulos de sua tese, faz uma analogia entre a militância feminista de Leolinda e a de Bertha Lutz. De acordo com ela, as iniciativas de mulheres que, até então, haviam reivindicado o seu alistamento com o objetivo de exercer os direitos de cidadã vinham acontecendo de forma esporádica e pessoal até a “[...] data que surge o que se pode identificar como primeira forma organizada de reivindicar os direitos da mulher no Brasil de que se tem notícia até o momento, o **Partido Republicano Feminino (PRF)**.”<sup>329</sup> (grifo no original) Esta postura, possivelmente, segundo esta autora, inaugura a primeira “manifestação coletiva” constituída na luta pela emancipação feminina.

A coesão e união anunciadas por Leolinda na Assembleia parecem ter tido desdobramentos, pois algumas das mulheres que estiveram presentes à reunião tomariam parte na direção do Partido. Mulheres que, como Leolinda, procuravam provar por ‘actos e factos’, junto aos poderes constituídos, “a nossa capacidade moral, intellectual e politica!” Não seria demasiado afirmar que a luta dessas mulheres representava a ampliação das reivindicações de suas antecessoras, que já em meados do século XIX haviam defendido e reivindicado a emancipação feminina no Brasil.

Vale registrar que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) concede, desde 2004, o diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro àquelas mulheres que tenham contribuído na defesa dos direitos da mulher e nas questões de gênero. O mais significativo é constatar que ela é reconhecida, ainda no presente, como uma das brasileiras que tiveram atuação singular em prol dos direitos das mulheres.<sup>330</sup>

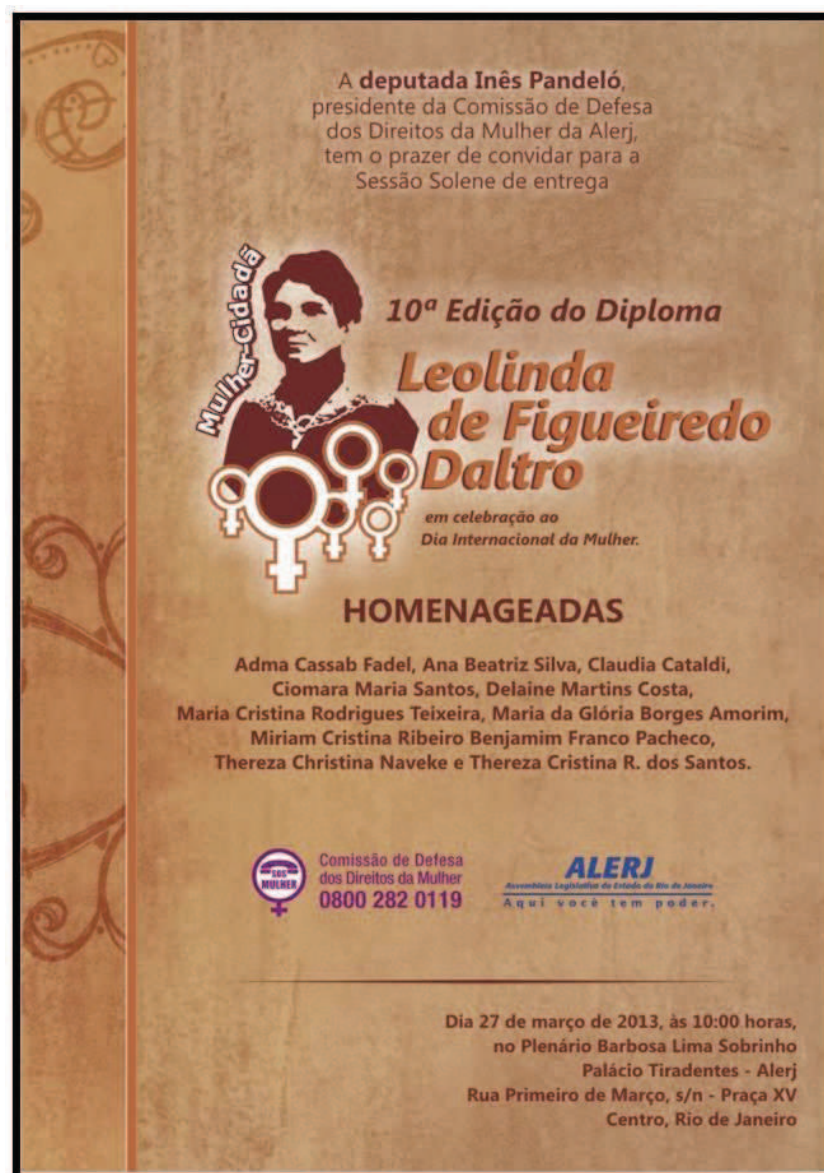
---

<sup>329</sup> KARAJEJCZYK, Mônica, 2013, p. 125.

<sup>330</sup> Recebi, após solicitação feita à Fundação Biblioteca Nacional, o catálogo da exposição *Brasil Feminino* – realizada entre julho e agosto de 2011 – na qual Leolinda aparece ao lado de Gilka Machado, como as primeiras sufragistas do século XX. Da mesma forma, solicitei ao SEESP/COBLI/SGL – Seção de Acervos Especiais - Coordenadoria de Biblioteca - Secretaria de Gestão da Informação – do Tribunal Superior Eleitoral. *Press Release*. Exposição A mulher Brasileira. Brasília-DF, n. 3, abr. 2003. Entretanto, não foram encontrados registros no que se refere à expografia. Somente me foi enviado o registro no catálogo que traz uma descrição: “Feminista e indianista. Defendeu a inclusão dos índios na sociedade por meio da educação sem conotações religiosas. Visando ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto feminino, fundou (1910) o Partido Republicano Feminino.” Disponível em: <http://www.tse.jus.br/internet/biblioteca/index.html>. Acesso em: 24 jun. 2011.

## Ilustração 20– Convite da 10ª Edição do Diploma Mulher-Cidadã

Leolinda de Figueiredo Dalto



Fonte: ALERJ (2013).

Leolinda sentiu, pensou e viveu experiências simultâneas, que constituíram os diferentes tempos (ou as temporalidades) de sua individualidade também múltipla, entre o expirar do Império e a instauração da República, quer como educadora, indianista ou feminista. Suas experiências foram também as de uma mãe extremosa, que proveu uma família de cinco filhos: Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea. Somente esta condição já a colocaria, certamente, em uma posição singular diante de outras mulheres dos setores médios do seu tempo.

A “fé de ofício” de Leolinda, que mobilizou sua atuação como educadora, durante os anos em que lecionou nas escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro, não foi suficiente para delinear sua trajetória de vida. Seus ideais a levaram a acompanhar um grupo da etnia Xerente da capital até Goiás, no final do século XIX, com o propósito de dedicar-se à catequese das populações indígenas.

Cora Coralina, pseudônimo adotado pela poetisa goiana Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), foi testemunha da “fé de ofício” de Leolinda em suas incursões pelos sertões de Goiás e de sua atuação como educadora no Rio de Janeiro. Cora Coralina visitou a Exposição de Trabalhos da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, dirigida por Leolinda, tendo demonstrado seu entusiasmo da seguinte maneira: “Admirável o seu progresso cuja feliz iniciativa cabe de direito a alludida professora que sabe por em pratica os seus ideaes nesta epocha de estreitas preocupações individuaes e cuja vontade intrepida e forte não conhece recuos!”<sup>331</sup> Cabe ressaltar que Cora Coralina contava com apenas 11 anos quando Leolinda viajou de Goiás ao Rio de Janeiro (1900), mas, certamente, deve ter ouvido falar sobre seu projeto de catequese dos índios: “Foi grande e valiosa a sua campanha viva e tenáz, atravez dos vastos sertões de Goyaz que percorreu em vários sentidos [...] até hoje ainda não se moveu nem fez cousa alguma em prol dos selvicolas [...]”<sup>332</sup>

E, como já referido, após ver frustrada sua intenção de retornar à Goiás para continuar sua missão de catequista, Leolinda colocou diante de si dois novos projetos: o da divulgação do feminismo e o da criação de um partido, que tivesse como meta fundamental a luta pela independência da mulher e, por consequência, o reconhecimento da contribuição efetiva do “seu sexo” para a construção da nação e para a civilização da pátria. “Pensei então que era necessário, antes de tudo, despertar a mulher, promovendo o ideal da emancipação feminina.”<sup>333</sup> Temos, aqui, evidenciadas tanto a sua individualidade múltipla, quanto a sua identidade singular no interior das redes sociais com as quais se envolveu e pelas quais foi também envolvida. Parece-nos, assim, que neste processo de “produção de si”, Leolinda transformou o livro *Início do Feminismo no Brazil* em um “teatro da memória”. Uma expressão que deve ser entendida como uma metáfora, que

<sup>331</sup> In DALTRO, 1920, p. 607. A data indicada ao final da carta é dezembro de 1911.

<sup>332</sup> In DALTRO, 1920, p. 606.

<sup>333</sup> DALTRO, 1918, p. 15.

remete à ideia do texto como representação de si para os outros, procedimento que também pôde ser observado em relação ao *Da catechese*.<sup>334</sup>

---

<sup>334</sup> Leolinda publicou o livro *Da catechese* “porque se candidatava à prefeitura da capital do país” (Corrêa, 1989, p. 64). A sua candidatura foi negada em 1919 (FCC, 1979), e o livro foi publicado em outubro de 1920. Se conjecturarmos que Leolinda estava reunindo documentos para divulgar sua intrépida missão nos sertões de Goiás para lançar sua candidatura, pode-se caracterizar esta ação como arrojada, já que somente o Código Eleitoral, de 1932, asseguraria o voto feminino. Talvez Corrêa tivesse reconsiderado esta proposição, visto que não mais a refere em sua obra *Antropólogas & Antropologia* (2003).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Da catechese*, o interesse na civilização e catequese dos “seus índios” parece, efetivamente, suplantar o olhar etnográfico, na medida em que Leolinda optou por selecionar, reunir e apresentar, especialmente na primeira parte, documentos que comprovassem sua idoneidade moral, na tentativa de executar seu plano de catequese. Isso fica bem evidenciado no subtítulo dado: ‘Notícias e documentos’.

Já na segunda parte, mais longa do que a primeira, Leolinda trata de sua ação pelos ‘autochtones’ na capital, o Rio de Janeiro. Nela, para além de suas principais ações, Leolinda relatou a facilidade de aprendizagem dos índios que acolheu e educou em sua casa. Destacou sua facilidade para aprender outras línguas, assim como para ler e escrever em português. Por estas razões, segundo Leolinda, foi possível também iniciá-los na língua francesa. Registrou também a capacidade que tinham de tornarem-se cidadãos, apresentando os votos “a descoberto” de Prasé, Wakmõpte e Porpipó. E ressaltou, ainda, que eles podiam circular e apresentar-se publicamente em congressos e eventos, perante as autoridades e o poder público, tanto que se fez acompanhar deles, inclusive, perante chefes de Estado. Para estas situações, Leolinda os colocava em trajes alinhados de gentlemen<sup>335</sup> para que circulassem com ela pela cidade-capital.

Parece-nos que o ideal de Leolinda – registrado em sua ‘Memoria’ – se expressa no desejo, à semelhança de alguns outros políticos do Império e também da República, de incorporar os índios à sociedade brasileira, através do trabalho e da educação. Sua proposta, no entanto, se diferenciava das demais, na medida em que propunha que este processo se desse em seus próprios territórios, adiantando que se esta condição fosse observada, eles estariam, segundo ela, a um passo da civilização.

Após dez anos de circulação na capital, Leolinda teria “abandon[ado] seus índios”, segundo análise feita por Corrêa (2003). Devemos confessar que muito nos surpreendeu o emprego do termo “abandono” por esta antropóloga. A luta obstinada de Leolinda que, durante quase uma década, circulou por instituições públicas e privadas, congressos e

---

<sup>335</sup> “São índios do Brasil elegante” este é o título que aparece em uma das matérias do *Correio da Noite*, 1907, In DALTRO, 1920, p. 489-490. Certamente, Corrêa (2003) inspirou-se nesta matéria para dar o subtítulo “Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro” ao capítulo de sua obra que trata sobre Leolinda.



redações de diversos jornais parecem demonstrar o contrário, isto é, que ela assumiu a *causa indígena*.<sup>336</sup>

Ilustração 21 – Fotografia de um arco indígena.



Fonte: Bosisio (2011).

Vale lembrar que, impedida de regressar a Goiás, Leolinda manteve em sua casa, homens e mulheres das etnias Xerente, Krahô e Guarani, a quem ministrou aulas, aplicando parte de seu projeto de civilização. Após longo período de militância e de frustradas tentativas, parece não ter restado a ela mais do que “assisti[r]”, como ela mesma afirmou, o ato de nomeação de Cândido Rondon à Direção do SPI (1910).

Concomitantemente à criação pelo Estado de uma instituição encarregada de “proteger” as várias sociedades indígenas, resultante de uma política indígena *costurada* pelo governo e as elites oligárquicas, Leolinda empenhou-se em obter a aposentadoria do magistério e pleiteou o cargo de “Missionária dos Índios de Goiás”. Parece-nos que Leolinda não abandonou seus índios, pois continuou divulgando o seu programa de catequese na imprensa, mesmo após o seu retorno dos sertões de Goiás. Ao se ver impedida de assumir o cargo de catequista ou missionária leiga, Leolinda abraçou outra causa, tão árdua quanto a primeira – a da emancipação da mulher – levantando a bandeira do sufrágio feminino.

Apesar de Corrêa, Rocha e Grigório reconhecerem que foi Horace Lane quem sugeriu a Leolinda que ela realizasse um trabalho etnográfico sobre os povos indígenas com os quais

---

<sup>336</sup> O arco indígena na Ilustração 21, faz parte do acervo de Leobino de Castilho Daltro.

conviveu, pois ele entendia que estes relatos eram mais relevantes do que os de seu enfrentamento com os missionários encarregados de sua catequese, estas autoras têm priorizado, justamente, os conflitos de Leolinda com estes religiosos, não destacando a importância que os índios do norte de Goiás tiveram em sua trajetória, relegando-os, assim, ao papel de figurantes. Em resumo, parece-nos que estas autoras somente fizeram “as pazes” com a protagonista – Leolinda –, reconhecendo os méritos das viagens e dos contatos que teve com os indígenas quase ao final da obra, no espaço destinado às considerações finais.

É importante, no entanto, reafirmar que não foram objetivos primordiais deste trabalho refutar as ideias, por vezes, equivocadas, divulgadas na historiografia já produzida sobre a história de vida de Leolinda. Meu maior propósito foi o de, a partir da leitura minuciosa desta bibliografia e das fontes que consultei, encarar outras possibilidades de análise, que não haviam sido ainda exploradas.

Assim, penso que a originalidade desta tese está justamente na opção que fiz de tratar do engajamento político de Leolinda, sua militância pela causa indígena e pela emancipação feminina, através de um itinerário distinto daquele que outros historiadores já percorreram. Este itinerário tem relação com o destaque que demos à dupla viagem que Leolinda fez. Aquela que teve como origem e destino a cidade de Goiás, e se deu através das águas do Araguaia e do Tocantins, em busca dos sertões e dos índios ainda desconhecidos. E a de seu “retorno” ao Rio de Janeiro, que se completa com a viagem que os indígenas de Goiás fizeram ao Rio de Janeiro e aquelas que Leolinda fez com eles pela cidade-capital. Um itinerário que, de certa forma, a levará novamente ao ponto de início da viagem que fez ao encontro de si mesma. Desta nova experiência resultará a Leolinda feminista, a que após ter vivido junto aos índios Xerente de Goiás, passará a se dedicar à causa do sufrágio feminino.

Esta autodescoberta se expressa em seus textos. Por vezes, em tom autobiográfico, ela mantém diálogos com aqueles que compunham as redes sociais que constituiu nos sertões e na cidade. De seu livro *Da catechese*, pode-se considerar como escrita autoral a *Explicação necessária* e a *Memória*; suas duas cartas abertas, uma dirigida *Ao Público* e, a outra, aos *Indígenas do Brasil*, podem ser tidas como uma escrita de si. O texto que preparou e apresentou à Assembleia de mulheres, e que deu origem ao opúsculo *Início do Feminismo no Brasil*, também se caracteriza por uma representação de si, o que é confirmada em suas próprias palavras: “ideais que fazem parte de meu eu.”

Leolinda, após seu falecimento, será descrita pela imprensa como “precursora do feminismo no Brasil fundando o Partido [Republicano] Feminino” ou, então, como “precursora do movimento feminista”. Contudo, observamos um equívoco ou, talvez, um *não dito* sobre a sua *causa mortis*: “faleceu em consequência de um desastre de automóvel”. O *Jornal do Brasil*, diferentemente da maioria dos periódicos e de grande parte da literatura que consultamos, informa que a “[...] distinta educadora, [...] que foi colhida por um automóvel na Pç. da República, quando se dirigia á Prefeitura. Internada na Casa de Saude Dr. Pedro Ernesto<sup>337</sup> [...] teve o seu estado, bastante agravado, muito contribuindo para isso a amputação da perna que fraturara no desastre.”<sup>338</sup>

Ilustração 22 – Telegrama de Darcy Vargas à Leolinda

Monília N. 562 (ant. T 2)

BRASIL DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS  
TELEGRAMA

RECEBIDO

DE: [Circular Stamp: CORREIOS E TELEGRAFOS - BRASIL - 04 MAI 1935 - CENTRAL - SOBRALPA]

ENDEREÇO: Off. Tra Daltro, Casa de Saude Pedro Ernesto

DE: Palácio Catete, Rio de Janeiro

N. 293 DATA 4 HORA 21

Visito a afetuosamente clareando votos prontas melhoras Saudações.  
Darcy Vargas

A primeira linha deste telegrama, depois da estação, contém as seguintes indicações: estação de procedência - número do telegrama - número de palavras - data e hora de arquivamento.  
Restama, si houver demora na entrega de vossos telegramas.

Fonte: Daltro. (1935)

<sup>337</sup> Certidão de óbito na 3ª Pretoria, liv. 79, fl. 244, termo 4.255 em 04/05/1935. Acervo Leobino de Castilho Daltro. O Sr. Othon Daltro, durante entrevista à pesquisadora, confirmou esta informação do *Jornal do Brasil*. 04 maio. 1935. Rocha (2002), dá a mesma informação em sua pesquisa.

<sup>338</sup> Na Casa de Saúde Leolinda recebeu um telegrama: “Visito-a afetuosamente fazendo votos prontas melhoras. Saudações.” O telegrama é assinado por Darcy Vargas. (1935)

O Sr. Othon contava com oito anos quando a avó faleceu. Pode-se perguntar como soube, por ocasião da entrevista que me concedeu, descrever com tantos detalhes e, por vezes, de forma minuciosa os acontecimentos e experiências que envolveram Leolinda. Um dos prováveis motivos seria porque, muito amada, a lembrança de sua trajetória de vida foi uma constante nas palavras de seu pai, o Sr. Leobino. O Sr. Othon mencionou que encontrou nos escritos de seu pai uma carta em que lamentava a ausência da mãe, que havia partido para os sertões de Goiás. Uma destas cartas escritas pelos filhos à Leolinda foi apresentada no primeiro capítulo. Pode-se questionar porque ela teria sido selecionada por Leolinda e publicada em *Da catechese*. Talvez com o intuito de evidenciar seu amor de mãe para com os filhos Oscar e Leobino, que ficaram, como já referimos, aos cuidados de Horace Lane, então diretor do Colégio Mackenzie. Leobino chegou a organizar um pequeno arquivo de anotações da família, ao qual tivemos acesso parcial, durante a entrevista que fizemos. Este arquivo se encontra, hoje, sob a guarda dos filhos de Lêda Daltro Bosisio, que ainda residem na casa construída pelo avô Leobino.<sup>339</sup>

Ilustração 23 – Filho Leobino e esposa Iracema de Amazonas Daltro.



Fonte: Daltro (1955).

<sup>339</sup> Leobino colocou na fachada superior da casa um organograma com as letras O. D. São as iniciais de Othon Daltro. Percebe-se um espaço, confirmado por Daniel, filho de Lêda, que se destinaria ao organograma de Lêda Daltro, entretanto, não foi concluído. Provavelmente uma dedicatória carinhosa de Leobino aos seus dois filhos Othon e Lêda.



Ilustração 24 – Fotografia de Othon de Castilho Daltro e Lêda Daltro Bosisio.



Fonte: Bosisio (2008).

Ilustração 25 – Fotografia de Othon de Castilho Daltro.



Fonte: Acervo pessoal da autora

## FONTES

### a) *Fontes manuscritas:*

#### **Acervo Othon Alves Daltro (bisneto de Leolinda e filho de Othon Castilho Daltro)**

- Carta de Leolinda a Leobino Castilho Daltro [seu filho], [19 --].
- Telegrama de Darcy Vargas à Leolinda. Rio de Janeiro, 1935.

#### **Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro, Rio de Janeiro-RJ - Serviço de Documentação Escrita**

- Fundo Câmara Municipal: Série Instrução Pública

#### **Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ**

- Carta de Leolinda ao Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 17 dez. 1902. Arquivo particular do Barão do Rio Branco.

#### **Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ- Coordenação de Atendimento a Distância - AN/COACE/COADI**

- Fundo/Coleção: 3ª Pretoria Criminal do Rio de Janeiro (6Z) – Notação: 6Z.PCR. 1928, caixa 3253 – Folhas: 82
- Fundo/Coleção: 6ª Vara Criminal do Rio de Janeiro (CT) – Notação: Processo 1431, ano 1903, caixa 2000 – Folhas: 118
- Fundo/Coleção: 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia de Sacramento (EV) – Habilitação para Casamento – Notação: Número 5, maço 101, ano 1895, galeria A – Folhas: 15
- Fundo/Coleção: Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal (3Y) – Notação: Número 2129, ano 1915, caixa 2141 – Folhas: 12
- Fundo/Coleção: 2ª Pretoria Cível do Rio de Janeiro (MZ) – Habilitação para Casamento – Notação: Número 7252, maço 85, ano 1914, galeria A – Folhas: 12

#### **Fundação Getúlio Vargas – CPDOC**

- Telegrama de Leolinda ao Ministro Antunes Maciel Junior. Rio de Janeiro 12 nov. 1933.
- Carta de Oscar Castilho Daltro ao Ministro Antunes Maciel Junior. Rio de Janeiro, 09 jan. 1934.

### b) *Fontes Impressas*

#### **Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro, Rio de Janeiro-RJ**

SILVA, Otacílio A. da. *O Ensino Popular no Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936. v. 1.

#### **Biblioteca da UnB, Brasília-DF**



DALTRO, Leolinda. *Da catechese dos indios no Brasil*. Noticias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

**Museu Paulista, São Paulo-SP**

DALTRO, Leolinda. *Inicio do Feminismo no Brazil*. Subsidios para a Historia. Parte 1. Rio de Janeiro, 1918.

c) *Anais*

**Acervo Biblioteca Nacional de Agricultura/BINA, “Dr. Moisés Santiago Bertoni”, Asunción, PY.**

BERTONI, Moisés Santiago. Relacion sucinta de un viaje de estúdios al Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LOS AMERICANISTAS, DEL CENTENARIO DE LA INDEPENDENCIA DEL BRASIL Y DE LA EXPOSICIÓN UNIVERSAL.1922. *Anais...* Puerto Bertoni, Alto Paraná, Paraguay: Ex Sylvis, 1924. p. 97-100.

d) *Periódicos*

**Jornais**

**Acervo Lêda Daltro Bosisio (neta de Leolinda e filha de Leobino Castilho Daltro)**

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 14 jul. 2000. Caderno B, Mulheres.

**Acervo Othon Alves Daltro (bisneto de Leolinda e filho de Othon de Castilho Daltro)**

A NOITE. Rio de Janeiro, 03 jul. 1934.

A NOITE. Rio de Janeiro, 13 ago. 1934.

A NOITE. Rio de Janeiro, 03 maio 1935.

A PÁTRIA. Rio de Janeiro, 05 maio, 1935.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 27 set. 1934.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 04 maio 1935.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 05 maio 1935.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 11 ago 1940.

DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, 06 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 18 jul. 1934.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 09 out. 1934.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 30 abr. 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 01 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 03 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 05 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 09 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 1940.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 06 maio 1935.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 16 maio 1935.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 08 ago. 1981.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 08 dez. 1981.

VANGUARDA. Caruaru, 04 maio 1935.

#### **Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ**

A NOITE. Rio de Janeiro, 24 set. 1919.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 30 abr. 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 04 maio 1935.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 05 nov. 1948.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 06 maio 1935.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 16 maio 1973.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 08 ago. 1981.

#### ***Revistas***

#### **Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ**

A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, jun. 1935. Mensal.

A CARETA. Rio de Janeiro, jan. 1918.

A MENSAGEIRA. São Paulo: Typographia Brasil, 30 jan. 1898. Quinzenal.

#### **Fundação Educacional Frei Simão Dorvi – FECIGO – Goiás/GO**

A INFORMAÇÃO GOYANA. Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, maio 1921.

MULHER: opinião feminista organizada. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Anno 1, n. 6-7, p.31, maio/jun. 1935.

SEMMANARIO Official de Goyaz. Actos do Governo. Goyaz, 15 fev. 1900.

#### **e) *Outras Fontes Impressas***

MAGALHÃES, Basilio. Algumas notas sobre os Cherentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.101, v. 155, p. 6-30, 1927. Prefácio.

OLIVEIRA, José Feliciano de. Os Cherentes (Aborígenes do Brasil Central). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, p.13-25., 1915.

VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v. 155, p. 33- 48, 1927.

*f) Outras Fontes*

ATA da 15ª sessão ordinária em 26 de setembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 65, parte 2, p.489-502, 1903. (sobre Leolinda p. 493-501)

ATA da 9ª sessão extraordinária em 03 de outubro de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.65, parte 2, p. 502-509, 1903. (sobre Leolinda p. 503-509);

SESSÃO magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 15 de dezembro de 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.65, parte 2, p. 542; p. 555-56, 1903. (Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros, instalado em 21/10/1902)

*f) Exposição*

**Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ**

BIBLIOTECA Nacional. *Brasil feminino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

*g) Catálogo*

**Tribunal Superior Eleitoral, Brasília-DF**

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Press Release*. Exposição A mulher Brasileira. Brasília-DF, n. 3, abr. 2003.

*h) Entrevistas*

DALTRO, Othon Castilho. *Othon Castilho Daltro*: entrevista. Entrevistadora Paulete Cunha dos Santos. Rio de Janeiro, 17 e 20 jun. 2011.

LANE, Fred. Fred Lane: *entrevista*. Entrevistadora: Paulete Cunha dos Santos. São Paulo, 18 jul. 2011.

*i) Conversa informal:*

MENDES, Marcel. Marcel Mendes, Vice Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie : conversa informal. Ouvinte: Paulete Cunha dos Santos. São Paulo, 19 jul. 2011.

*j) Fontes digitais*

**Acervo digital da Coleção Brasileira/USP.** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 24 mai. 2011.

BARRETO, Lima. *Numa e a nympha*: romance da vida contemporanea. Escripito especialmente para A Noite. Rio de Janeiro: Officinas D' "A Noite", 1915. 73p. (Leolinda aparece como Florinda Seixas)

A LIÇÃO de Guarany. *O Riso*: semanario artistico e humorístico. Rio de Janeiro, anno 1, v. 7, p.15, 06 jul. 1911. Semanal.

**Arquivo em PDF**

DON QUIXOTE. Rio de Janeiro, anno 8, n. 158, p. 8, 20 set. 1902.

**Tribunal Superior Eleitoral, Brasília-DF**

Seção de Acervos Especias - SEESP/COBLI/SGI Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/internet/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

**Diário Oficial da União**

DIÁRIO Oficial da União. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/diarios](http://www.jusbrasil.com.br/diarios)>. Acesso em: 10 abr. 2012 .

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Emilia V. de. *Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil 1895-1911*. Dissertação (Mestrado em História da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, SP, 2007.

ANDRADE, Adriano. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, RJ. 2011. p. 1-15.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. *Convite da 10ª Edição do Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro*. 2013.

AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo/missionário Dom Domingos Carrérot*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

BARRIERA, Darío. Crisis y resignificación de la microhistoria. Una entrevista a Giovanni Levi. *Prohistoria*, Rosario, Argentina, p. 1-4, 1999.

BEOZZO, José O. A Igreja frente aos Estados liberais: 1880-1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 177-222.

\_\_\_\_\_. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

BOSISIO, Lêda Daltro. *Othon de Castilho Daltro e Lêda Daltro Bosisio*. Acervo pessoal, 2008. 1 fotografia.

BOSISIO, Rafael Daltro. *Arco indígena*. Fotografia de Rafael Daltro Bosisio. Acervo pessoal da autora, 2011. 1 fotografia

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: \_\_\_\_\_; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 403-429.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 347-360.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-173.

- \_\_\_\_\_. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2009. p. 256.
- \_\_\_\_\_. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 3.ed. rev. e ampl. Teresina: EDUFIP, 2011.
- CAVALCANTE, M.E.S.R. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UCG; São Paulo: Ed. EDUSP, 2003.
- CERTEAU, Michel de. Etno-Grafia: a oralidade ou o espaço do outro: Léry. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 211-242.
- CHAVES, Antonio Marcos et al . Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 8, n. spe, 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: \_\_\_\_\_. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139.
- \_\_\_\_\_. Os índios do Brasil elegante e a professora Leolinda Daltro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 43-65, 1989.
- \_\_\_\_\_. Três heroínas do romance antropológico brasileiro. *Primeira versão*. IFCH/ UNICAMP, São Paulo, n. 22, p. 1-37, 1990.
- DALTRO, Leobino de Castilho. *Filhos de Leolinda Daltro, Oscar e Leobino, crianças e adultos*. Acervo pessoal, 1955. 1 fotografia.
- \_\_\_\_\_. *Filha de Leolinda Daltro, Aurea*. Acervo pessoal, 1955. 1 fotografia.
- \_\_\_\_\_. *Filho Leobino e de sua esposa Iracema de Amazonas Daltro*. Acervo pessoal, 1955. 1 fotografia.
- DALTRO, Leolinda. *Início do Feminismo no Brasil*. Subsídios para a História . Parte 1. Rio de Janeiro, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Da catechese dos índios no Brasil*. Notícias e documentos para a História (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.
- \_\_\_\_\_. *Carta de Leolinda ao Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, 17 dez. 1902. Arquivo particular do Barão do Rio Branco. Acervo Histórico do Itamaraty.
- DALTRO, Othon Alves. *Telegrama de Darcy Vargas à Leolinda*. Acervo pessoal, 1935.
- DAVIS, Natalie Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



DE LUCA, Leonora; DE LUCA, João Bosco. Marie Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v.10 , n. 2, p.703-725, maio/ago., 2003.

DE PAULA, Débora C. "*Da mãe e amiga Amélia*": cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro-Pelotas, na virada do século XX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

DIAS, Thiago. Contatos e desacatos: os línguas na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740 a 1789) – Goiás. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205-226, jul./dez. 2013.

DOLES, Dalísia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco *Rev. bras. polít. int.* v. 43, n. 2. Brasília July/Dec. 2000.

FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia do Sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 415-436, jan./dez., 2005.

FLECK, Cristina D. Cartografia da sensibilidade: a arte de viver no campo do outro (Brasil, séculos XVI e XVII). In: ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis. (Orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 217-247.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 1.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: Mercado historiográfico e troca desigual. In: GINZBURG, Carlo *et al.* *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

\_\_\_\_\_. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989. p. 143-179.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 109-135.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 251-262.

GRIGÓRIO, Patrícia C. Leolinda Daltro e o projeto de catequese dos índios no Brasil. In: XIII Encontro de História. Identidades, 2008. Rio de Janeiro, RJ. *Anais*. Rio de Janeiro, RJ: ANPUH/UFRRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Transformando selvagens em civilizados. Um plano de educação para os índios do Brasil segundo a professora Leolinda Daltro. In: XXVI Simpósio Nacional de História. Anpuh 50 anos, 2011. São Paulo, SP. *Anais...* São Paulo, SP: ANPUH/USP, 2011.

\_\_\_\_\_. *A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

HAHNER, June E. Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement in Brazil, 1850-1932. *Latin American Research Review*, v. 15, n. 1, p. 65-11, 1980.

\_\_\_\_\_. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 31-39.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo, política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 397-412.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2013.

KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003. p. 525-541.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 80-101.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, [1992] 2006. p. 167-182.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 133-161.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. Questões de escala: Giovanni Levi. In: \_\_\_\_\_. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 225-276.

LIPPI, Lúcia O. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LOPES DA SILVA, Aracy. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: \_\_\_\_\_. FERREIRA, Mariana K. Leal (Orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 9-25.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

MAGALHÃES, Basílio. Algumas notas sobre os Cherentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.101, v. 155, p. 6-30, 1927. Prefácio.

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaya*. 4. ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, [1863] 1938.

MAIA, João E. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-23, jul./dez. 2007

MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos no Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MEDEIROS, Euclides. Narrativa jornalística de João Parsondas de Carvalho: memória da violência na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. *Fênix*. Uberlândia, MG, v. 10, ano X, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2013.

MELO, Valeria. *Posto de Saúde da Aldeia Porteira, Tocantínia – TO*. Acervo pessoal, 2010. 1 fotografia.

MENDES, Marcel. *Tempos de transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. São Paulo: Mackenzie, 2007.

MONTERO, Paula. Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Deus na Aldeia*. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MOREIRA NETO, Carlos de A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

NAXARA, Márcia Regina C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004. p. 9-80.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v.3, p. 119-153.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cláudia de et al. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, José Feliciano de. Os Cherentes (Aborígenes do Brasil Central). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, p.13-25., 1915.

OLIVEIRA, Rosy de. A ‘invenção’ do Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 13-47.

OLIVEIRA-REIS, Francisco C. *Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwë-Xerente*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2001.

PALACÍN, Luís G. *O coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.7-37.

REVERSO online. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/reverso/2012/04/25/nage-onde-a-vida-brota-da-lama-primeira-parte/> Acesso em: 8 fev. 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Elaine P. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2002.

\_\_\_\_\_. Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-1897), *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n.15, p. 146-172, 2013

SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura: as apostas na República. In: SCHWARCZ, Lília (Coord.). *Abertura para o mundo: 1889-1930*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 239-294.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. O olhar viajante ‘em busca do desconhecido’: a ação mediadora de Leolinda Daltro. *Revista Ágora*, Vitória, n. 14, p. 1-11, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/2074/1552>. Acesso em: 22 maio 2012.

\_\_\_\_\_. *Um “álbum” que virou livro: o atestado final da “missão” de Leolinda de Figueiredo Daltro em educar os índios nos sertões do norte de Goiás. Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, MG, v. 10, ano X, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol32-a13.php>. Acesso em: 08 dez. 2013.

SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHROEDER, Ivo. Os Xerente: estrutura, história e política. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2010.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lília. População e sociedade. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *A abertura para o mundo 1889-1930*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 35-83.

\_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOZO, Motoyama (Org.). *Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2004.

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos: os povos indígenas Akwen e a conquista de Goiás (1749-1851)*. Palmas: Nagô, 2010.

SILVA, Otacílio A. da. *O Ensino Popular no Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936. v. 1.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 97-117, nov./dez., 2000.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: FLAMARION CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Adriana B. de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, p. 231-251, 2001.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. UFRJ; Marco Zero, 1987.

TELLES, Norma. Duas mil léguas pelos sertões & duas mil léguas pela cidade: Leolinda Daltro. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*. Brasília; Québec; Paris, n. 19, jan./jun. 2011.

TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 781-803, jul./dez. 2012

VASCONCELOS, Rita de Cássia A. F. de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea I), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2011.

VÁSQUEZ, Ladislao Landa. Pensamientos indígenas en nuestra América. In: *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, ago. 2006. p.11-75. (Colección Becas de Investigación)

VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v. 155, p. 33- 48, 1927.



ANEXOS

Anexo A – ‘Explicação necessaria’ in *Da catequese dos índios no Brasil* (1920).

# Explicação necessaria

## I

Pretendia eu, ao voltar da minha temeraria excursão ás aldeias indigenas das margens do Araguaya, Tocantins, sertões de Goyaz e Matto-Grosso, onde me demorei cerca de cinco annos, pesquisando, estudando, doutrinando e soffrendo, fazer uma serie de conferencias (\*) e depois publicar as «Memorias» detalhadas dessa incomparavel viagem; da grandeza e belleza do mais rico pedaço do Mundo — Goyaz! —; das immensas riquezas abandonadas e muitas ainda ignoradas e espalhadas sobre e sob o seu sólo, que, exploradas, fariam do Brazil o mais rico paiz da America; da sua prodigiosa fauna e flóra; do ineditismo da vida indigena com toda a sua simplicidade e encantos; da hospitalidade, da nobreza de character e sentimentos altruisticos dos sertanejos, e tambem da ignorancia e fanatismo tremendos, causadores dos maiores horrores e crimes, que, de vez em quando, sacodem o sertão, praticados ao serviço de hypocritas representantes de um Deus de amor e perdão!!...

Chegando a esta Capital, me encontrei sob uma atmospherá pesada de indifferentismo e friesa, e, após, alvejada por uma saraivada de ridiculos, partida

---

(\*) Vide pagina 372.



## XVIII

de todas as classes sociaes, principalmente da imprensa, com que me procuraram ferir e anniquillar! . . .

Compreendi, então, que os civilisados daqui haviam sido suggestionados pelos mesmos elementos que indispuzeram contra mim individuos incultos e fanaticos do interior de Goyaz.

O que a dedicação dos selvagens, com a sua natural estrategia, conseguiu impedir, guardando-me á vista, dia e noite, amarrando-me muitas vezes, quando desconfiavam de alguma cilada, nas altas copas das arvores, enquanto dançavam e cantavam ao redor da fogueira, para desviarem a attenção dos assassinos (\*) que me seguiam por toda a parte; — conseguiram effectuar aqui, os meus crueis inimigos, fazendo jesuiticamente, com o mais intelligente trabalho de sapa, a derrocada do meu trabalho e do meu nome.

Comprehendendo isso, em tempo, resolvi prudentemente calar-me e soffrer resignadamente toda a campanha de ridiculo que até hoje soffro, e aguardar o momento opportuno em que a verdade se fizesse luz e pudesse a minha palavra ser ouvida e acatada.

Obedecendo aos impulsos do meu coração e ao appello dos meus pobres indios, eu desejava voltar para completar a obra patriotica e humana iniciada, com tão bom exito, nas diversas tribus que visitei, dos indios Cherentes, Chavantes, Caraós, Caiapós, Tymbiras, Chambioás, Carajás, Purys, Gaviões e Tapirapés; porém, não mais para o Tocantins onde me esperavam os frades Antonio de Ganges e Gil; mas, para o Araguaya, para o meio dos Carajás, perto de



## XIX

Leopoldina, sob as vistas immediatas do governo de Goyaz, onde não ha catechese, nem missões religiosas, onde chegei a demarcar uma colonia indigena, á qual dei o nome de — Joaquim Murinho (\*) — abrindo, com o auxilio dos indios Carajás e Purys, ruas symetricas e espaçosas, construindo um grande rancho onde abri uma escola com uma matricula de 82 indigenas, cujos nomes tenho em meu archivo.

Uma outra razão mais poderosa me empedia a publicação do meu livro; era que, nesse livro, eu teria tambem de narrar os crimes, as ciladas e as torpezas de que foram capazes os meus perseguidores, e com isso assularia ainda mais os meus ferozes inimigos, do que resultaria, pelo menos, ser eu alvejada, em caminho, por algum *firo casual*, talvez logo ao sahir de Araguay.

Passaram-se os mezes, os annos: as illusões com a mocidade recuarom para dar logar á velhice, que avança a passos largos, e com ella a morte, da qual recebo quasi diariamente o cartão de visitas por intermedio do coração.

Agora, depois de consumir a maior parte de minha existencia na lucta desigual travada contra o inexpressivo e frio olhar do indifferentismo, no ataque aggressivo da critica soêz, que fere sem exame as reputações mais solidas e mata toda a iniciativa altruistica; — agora, que perdi de todo a esperanza de voltar para continuar a minha grande obra de patriotismo e de humanidade, em pról dos da minha raça, pois que, (com orgulho o digo) sou nêta, tanto pelo lado mater-



## XX

no, como pelo paterno, dos valorosos Tymbiras e Tupy-nambás; — agora, que estou fóra do alcance das balas traçoeiras e dos aleives dos malfeteiros, pois que, hoje, a sociedade carioca por demais me conhece; — resolvi, por amor dos meus filhos e, a bem da verdade, projectar um raio de luz sobre esse caso e contar franca e desassombradamente a historia verdadeira da catechese religiosa nos sertões de Goyaz.

Grande parte das minhas «Memorias» já se acham escriptas, porém, repito, minha saúde se faz precaria e doe-me a idéa de que os meus patricios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa, uma memoria de ridiculo, com que, ainda depois de morta, possa magoar meus filhos.

Por isso, tomei a deliberação de apressar a publicação, — primeiro, dos documentos que possuo e que como precursors do meu livro vão, sem commentarios, sem notas explicativas, sem uma referencia sequer, adiando para mais tarde, se não me abandonarem as energias que ainda me restam, a narração dos factos a que taes documentos alludem e servem de ponto de apoio.

Cada documento, até os que, á primeira vista, parecem de nenhuma importancia, vale por um thesouro de verdades e tem seu logar distincto na historia da minha excursão ás tribus selvagens e no meu martyriologio.

Se vier a fallecer antes de alcançar o meu *desideratum*, levarei pelo menos o consolo de haver, por documentos fidedignos, revelado o sufficiente para o Juizo da Historia.



Na segunda parte deste livro verá o leitor que não me descudei um só instante da causa dos selvicolas; mas, pelo contrario, continuei aqui a defendel-a arduamente chegando a extremos de sacrificios materiaes e soffrimentos moraes inegalaveis.

Entre os documentos que se seguem ha, além de outros, um *fac-simile* de uma caricatura do «Jornal do Brazil», que é uma synthese da minha attitude nos acontecimentos que se desenrolaram, e essa synthese me honra porque revela os meus sentimentos e preocupação constantes pela causa dos indigenas. (\*)

Está alli patente a vehemencia com que repelli a exploração de dous estrangeiros, *agentes da policia* que exhibiam esses nossos infelizes patricios, como animaes raros, nas praças publicas, cafés, restaurantes e theatros, mandando-os pedir dinheiro, roupas e alimentos, enquanto elles, agentes, escondiam nos bolsos a etápa fornecida pela policia para o sustento dos indios.

Essa miseria durava já oito dias, quando disso tive noticia.

Fui sacudida, então, por um sentimento de revolta que me fez ir á Policia conhecer esses infelizes aos quaes a imprensa dava o nome de *Apinagês*. Quaes não foram, porém, a minha surpresa e alegria ao ver entre os dous unicos *Apinagês*, que eu não conhecia por serem do Maranhão, os meus bons amigos, com-

---

(\*) Vide pagina 397.



## XXII

panheiros de excursão pelas tabas, os meus guias e protectores? ! . . . (1)

Disseram-me elles então, terem vindo em missão especial de seu chefe, capitão Sapé, que, sentindo-se doente e temendo morrer, apressou-se em me mandar buscar para entregar-me o governo da tribu .

Limitei-me, pois, a offerecer abrigo aos meus amigos, mesmo, porque, quasi todos achavam-se doentes e um delles já em caminho da — Santa Casa.

Obtendo permissão do chefe de Policia transportei o doente, que era meu afillhado e irmão do Sepé, para minha residencia em Cascadura. Os outros ficaram na Policia ; mas, no dia seguinte surgiram todos em minha casa (menos os Apinagés) acompanhados por um guarda civil, dizendo-me que dali não sahiriam senão para seguirem commigo para as aldeias . . .

Deu-se o que era de esperar: o choque de interesses inconfessaveis com os *dous* agentes de policia. E a imprensa, como sempre, sem exame, se manifestou encarniçadamente contra mim.

No dia seguinte, com grande escandalo e apparato de força armada, a policia cercou-me a casa para tirar á força os indios e continuar a exploração. Houve protesto enérgico de minha parte e dos indios que diziam estar promptos a sahir, porém, mortos ; houve protestos dos *dous* medicos, Dr. Primo Teixeira de Carvalho e Dr. Gralha, que assistiam os doentes, e houve tambem (o que me honra accentuar) protesto de grande parte dos moradores de Cascadura que assistiram a contenda. (2) E a policia capitulou.

(1) Vide pagina 379.

(2) Vide paginas 397 e 402.



## XXIII

Apesar dos meus ingentes sacrificios e desvelos, quatro desses indios vieram a fallecer de variola (adquirido o mal na policia).

Nos documentos que se seguem verá ainda o leitor que só, á minha custa, sem auxilio de quem quer que fosse, nem mesmo da Policia que me negou até a etápa que lhes estava dando, tratei os indios em todo o longo tempo da enfermidade, fazendo-lhes o enterro com decencia, (1) sem ao menos acceitar a sepultura gratis (unico favor que me foi offerecido). Assim, pude conseguir que os verdadeiros donos deste grande paiz, não fossem sepultados como indigentes!

Ficaram commigo sete que constituiram aqui na Capital a primeira turma de indios trazidos á civilisação.

Sepé, vendo que a sua expedição demorava, mandou convidar os meus amigos de outras tribus e enviou outra expedição composta de mais *quatro cherenfes, tres bororós, cinco guaranys e dois guajajaras*, vindo de cada tribu uma mulher.

Contei-lhes toda a minha vida de martyrio e horror; a minha falta de recursos; a perseguição que estava soffrendo até dos poderes publicos, que, por castigo, pelos meus feitos, me despojaram mesmo dos direitos que me assistiam em lei.

Entre esses direitos estava a inamovibilidade do meu cargo de professora no 1.º Districto Urbano, de onde fui transferida a força para *Mendanha* (Campo Grande) e depois de mil perseguições, como o attestam esses documentos, (2) suspenderam-me do exercicio com per-

(1) Vide pagina 411

(2) Vide pagina 135.



## XXIV

da de todos os vencimentos, pelo *horroso crime* de ter eu alojado os indios na Escola. Observe-se, porém, que o alojamento que dei a esses nossos caros patricios, foi numa dependencia que havia sido estrebria e que se achava abandonada. Tire quem quizer a moral do caso, ha de chegar á conclusão de que se fossem irracionaes e não creaturas humanas ninguém lhes contestaria o direito de abrigo.

Apesar de todas essas humilhações e soffrimentos os meus pobres amigos a cousa alguma quizeram attender e pediram-me que eu os ensinasse aqui, emquanto esperavam a minha jubilação.

Passei dias horriveis, passei miserias, quasi morremos todos de fome; lançei mão de todos os recursos que a intelligencia humana em taes apuros pode suggerir para não succumbirmos á mingua. (1)

Mas não esmoreci um só dia sequer.

N'uma lucta ingente contra gratuitos e rancorosos inimigos, sem jamais ter recebido auxilio de quem quer que fosse, eduquei *quinze* indios; a todos ensinei a lêr e escrever e tornei cidadãos da Republica, investindo-os nos *seus direitos civis e politicos*, conforme provam os votos a descoberto. (2)

Tornei-os cidadãos uteis, pois que lhes dei profissão, sendo dois ferreiros, dous carpinteiros, um pintor e um mechanico, empregando-se este na Estrada de Ferro Central do Brasil como ajustador de machinas, já tendo quasi promptos os preparatorios para fazer exame na Escola Polytechnica, quando foi victimado pela grippe em 1918.

(1) Vide pagina 454.

(2) Vide pagina 453 (e estampas relativas).



## XXV

Além dos que acima enuméro, um outro apurou de tal modo a sua educação, que foi contractado como professor no Paraná. Às índias (duas cherentes, duas guarany e uma caraó), além da mais perfeita educação domestica que receberam, tornando-se bôas donas de casa, ensinei tambem profissões uteis. Fizeram-se habéis costureiras (a guarany e as cherentes, constando-me que uma dellas tem officina de costuras em Goyaz, revelando-se a caraó uma perfeita florista, sendo sua especialidade em trabalhos de flores em pennas.

Essa documentação demonstra que a minha acção civilisadora foi ao extremo da persistencia.

Dirigi-me a todos os magistrados que se succediam na *patriotica* missão de governar a Nação; a todos os Congressos de Notabilidades, (\*) até ao Pan-Americano; ás sociedades philantropicas e a todos os poderes da Republica, suppondo nelles encontrar apoio á causa santa que eu desinteressada e gratuitamente defendia, pedindo, implorando mesmo, protecção para os pobres brasileiros, donos expoliados deste paiz, e a resposta era, quasi sempre, o desprezo, a chacota, o riso imbecil dos nullos, dos inuteis e (porque não dizel-o?) dos invejosos?

O que fui, o que sonhara ser, o que tenho feito, deixo atravéz destas paginas, affirmado pelo testemunho, até mesmo dos meus proprios inimigos.

Não pudesse eu exhibir provas mais concretas e bastaria o odio delles para estereotypar a verdade do meu esforço.

(\*) Vide paginas 463, 466, 473, 501 e 433.

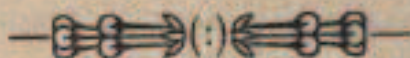


## XXVI

Pairando acima da calúnia — essa expiã que me seguiu pari-passu — si tive muita vez de enfrontal-a e reprimil-a, é bem verdade também que o estímulo encontrei no desinteressado apoio de consciências immaculadas. A esses a homenagem de minha eterna gratidão.

Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1920.

**Leolinda de Figueiredo Daltro.**



Anexo B - 'Advertencia necesaria' in *Inicio do Feminismo no Brazil* (1918).



## Advertencia necesaria

O opusculo que se vae ler dá conta do inicio da emancipação feminina no Brazil, com um partido organizado.

E como tivesse origem essa victoria do inicio do feminismo brasileiro, na sessão da qual me occupo no corpo do opusculo, d'ahi a publicação, agora, na integra, da sessão referida.

Este opusculo constitue a primeira parte da obra que, sob a denominação geral de **Inicio do Feminismo no Brasil** eu me proponho a escrever, contribuindo assim, com documentações insophismaveis, para que de futuro esteja nesta obra a fonte segura dessa evolução social, moral e politica de nossa nacionalidade.

**Leolinda Daltro**

*Rio, 22 de Agosto de 1918*

